

**REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
E  
HISTÓRIA MILITAR  
DO  
BRASIL**



**ANO: 65 N° 92 2005**

**ISSN: 0020-3890**

# *Editorial*

**C**om grande satisfação, o nosso Instituto coloca à disposição de seus sócios, e de quantos queiram encontrar assuntos de seus interesses, relativos à História Militar, assuntos de autores confiáveis, sem a mácula do revisionismo histórico.

Editar a Revista do Instituto de Geografia e História Militar deve, e é, um dos principais objetivos da atual Diretoria. Pois ela representa um esforço pela preservação da nossa memória histórica, atualmente um tanto relegada.

No decurso deste Ano Sócio-Cultural foram realizadas vinte e duas sessões semanais e cinco do nosso Núcleo de Estudos e Pesquisa de História Militar. Assim como atendemos pedidos de cooperação de vários estabelecimentos de ensino do Exército Brasileiro.

O nosso grande propósito, conforme as palavras proferidas pelo Presidente do Instituto, em seu momento de posse, é o empenho em resgatar a verdade histórica, contrapondo-se ao revisionismo que campeia nas salas de aula, nas publicações, nos seminários e nos painéis por esse Brasil a fora. Revisionismo histórico, em expansão acentuada, o qual procura enxergá-la sob diferente ótica e, se possível, com dados novos, reformulá-la, reinterpretá-la ou reapresentá-la, destacando mudanças de visão ideológica. Mudanças que, por certo, vão afetar a visão e o entendimento dos fatos históricos, distorcendo-os da forma que bem entendem e convém, abalando profundamente a base do saber armazenado.

A contínua revisão da História é louvável e necessária, tudo no bojo da constante busca da verdade histórica.

“Verdade histórica” é uma afirmação com a qual se deve ter muito cuidado, diante de tantas verdades. Ela também pode vir ser relativa uma vez que ainda não se tenha a certeza com bases nas pesquisas em fontes de credibilidade. A verdade de hoje pode não vir a ser a de amanhã, em face do



aparecimento de novas fontes que a derrubem.

As novas fontes são fatos novos que aparecem e permitem novas avaliações e conclusões. Ou apenas complementam as verdades já consolidadas. Para isso não bastando o crivo de um pesquisador experiente. É necessário o equilíbrio de um analista ético, competente e desapaixonado, para que as novas constatações venham a ser avaliadas e mesmo confirmadas. Não só a questão ética estará em jogo, mas também a auto-imagem nacional.

Encontradas novas fontes, novas provas de algum episódio histórico, ainda que polêmicas, devem ser divulgadas e utilizadas nos estudos e análises.

A História Militar é um ramo relevante da História de uma nação, como o é da História Universal, que se entrelaça com História pátria a todo o momento, tomando-se difícil isolá-la.

A História Militar do Brasil tem papel fundamental na formação e na manutenção da consciência dos militares. Se as Forças Armadas são alvos prioritários de novos detratores, imperioso lhes é desgastar a sua imagem diante da população, uma vez que continuam sendo um dos pilares da Nação. Isso poderia vir a ser conseguido pela diminuição gradual da sua capacitação profissional e pelo desvalimento do orgulho de classe.

A História Militar do Brasil é um campo propício ao assalto cultural e político, dentro da doutrina “gramsciana”, em plena expansão no País e quase sem barreiras. Apesar da postura que nos conduz ao culto dos grandes feitos e dos grandes homens, do general ao soldado, constituindo uma corrente, com elos de tradições firmes com base em nossos direitos e deveres, de valores e de virtudes, para que se mantenham a hierarquia e disciplina.

Estamos na ocorrência de um projeto de revisionismo em nossa História. Não um projeto inocente ou patriótico, mas com objetivos ideológicos e radicais. São pessoas atuantes, formadoras de opinião, professores, historiadores, jornalistas, editores e “homens de cultura”, que procuram atingir seus alvos compensadores: os professores, os estudantes e os jovens, que de certa maneira são mais vulneráveis.

O revisionismo tem-se detido em determinados temas da nossa História. Uns mais importantes, outros mais limitados. Questiona-se a traição de Calabar,

a Guerra da Tríplice Aliança, a figura de Caxias. Mostra o Paraguai como vítima indefesa, atacado por imposição da Inglaterra. Teríamos aniquilado um país progressista, em uma guerra que nos levou a um grande sacrifício material e humano, onde os atos de bravura e nossas lideranças militares têm sido mostrados como vergonha nacional. Não se reconhece nenhuma glória para nós –, mas se reconhece para os nossos adversários imolados pelo “genocídio” do seu povo. Campanha grosseira, mentirosa e infame. Onde se pode sentir que as farpas são direcionadas às Forças Armadas e aos militares, para machucar, baixar o moral, cindir e desgastar o prestígio existente junto à população nacional.

Procuram-se desmerecer a atuação da Força Expedicionária Brasileira nos campos de batalha da Itália durante a 2ª Guerra Mundial. Procuram-se desqualificar seus comandantes, agravar deficiências, orquestrar fracassos, insinuar fraquezas do soldado brasileiro, ao invés de exaltar nossas vitórias, praticadas na superação conseguida sobre as próprias vicissitudes.

São apresentados ao povo como “heróis” Zumbi, Calabar, Lampião, Adeodato e outros mais, personagens presentes em nossa História, porém, longe de poderem vir a ser relacionados como heróis nacionais. Mas que vêm sendo apresentados como tais.

No andamento deste processo revisionista, “verdades” históricas vão sendo repetidas tantas vezes que são registradas como fontes primárias, ou consolidação da história oral do povo. Vão ganhando força de verdade, manchando definitivamente a História do Brasil, perdendo-se as referências morais e éticas da Nação, aviltando-se o passado e comprometendo-se a brasilidade, comprometendo o futuro do País.

Cabe aos historiadores, aos professores e aos meios de comunicação comprometidos com a verdade ética, darem tudo de si para impedir a dilapidação da nossa História.

Por certo, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil manter-se-á firme na vanguarda, em defesa da verdadeira memória de nossa Pátria.



**Revista do IGHMB**  
Ano 59 – Nº 87 - 2005  
Publicação Oficial do Instituto de  
Geografia e História Militar do Brasil  
Fundada em 1940

**DIRETOR**  
Gen Div Aureliano Pinto de Moura

**REDATOR**  
Coronel de Eng e EM  
Darzan Neto da Silva

**ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO**  
Casa Histórica de Deodoro. Praça  
da República, 197 - Rio de Janeiro,  
RJ. 20.211-350 – BRASIL. Tel/Fax:  
(0 xx 21) 2221-0467

Os conceitos emitidos nas matérias  
assinadas são de exclusiva responsa-  
bilidade dos autores.

A Revista não se responsabiliza  
pelos dados cujas fontes estejam devi-  
damente citadas.

Salvo expressa disposição em con-  
trário, é permitida a reprodução total ou  
parcial das matérias publicadas, desde  
que mencionado o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publi-  
cações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser digitados  
no formato A4 (210 x 297mm), com  
margens de 25mm (usar apenas um  
lado de cada folha A4, com letras de 12  
pontos e entrelinha dupla), acompa-  
nhados de uma síntese do currículo.

Os originais encaminhados à reda-  
ção não serão devolvidos.

**PUBLICAÇÃO ANUAL**  
**DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**

H. P. COMUNICAÇÃO ASSOCIADOS  
TEL. FAX: 0 XX 21 – 3393-4212  
editoraagoradailha@terra.com.br

## SUMÁRIO

O REVISIONISMO NA HISTÓRIA DO BRASIL.....	7
Jonas de Moraes Correia Neto	
REVISÃO DA HISTÓRIA.....	14
Sergio A. de A. Coutinho	
O IDEÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 1964.....	16
Sebastião José Ramos de Castro	
GUERRA DO PARAGUAI -140 ANOS - A MARCHA PARA O COMBATE.....	19
Sérgio Roberto Dentino Morgado	
CAXIAS E O BRASIL.....	25
Prof. Dr. Paulo Napoleão Nogueira da Silva	
A BATALHA NAVAL DO RIACHUELO: UMA VISÃO MICRO-HISTÓRICA.....	32
Francisco Eduardo Alves de Almeida	
AS VIOLACÕES “INVISÍVEIS” DAS FRONTEIRAS.....	48
Embaixador Marcos Henrique Camillo Côrtes	
A CRISE FRANCO-BRASILEIRA DE 1963.....	55
Arlindo Vianna Filho	
A PROVÍNCIA CISPLATINA E A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO...	75
Darzan Neto da Silva	
EPISÓDIOS DA VIDA PRIVADA, POLÍTICA E SOCIAL - O PARAGUAI NO TEMPO DOS LÓPEZ.....	85
Marco Antonio Cunha	
URUGUAIANA – 140 ANOS.....	97
Aureliano Pinto de Moura	
69º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL.....	117
Pedro Luís de Araújo Braga	
RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA ANO DE 2005.....	123
IGHMB SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2005.....	131

# **INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL**

Fundado em 7 de novembro de 1936

Órgão Consultivo Oficial da História Militar reconhecido pelo Governo Federal  
(Decreto nº 27.512, de 28 de novembro de 1949 - DOU de 1º de dezembro de 1949)

Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro

(Lei 2.217, de 28 de agosto de 1973 - DOIRJ, de 30 de agosto de 1973)

CNPJ 30.278.931/0001-17

## **DIRETORIA ELEITA PARA O BIÊNIO 2005-2006**

**PRESIDENTE** Gen Div Aureliano Pinto de Moura

**1º VICE-PRESIDENTE** Gen Ex Jonas de Moraes Correia Neto

**2º VICE-PRESIDENTE** Cel Inf Marco Antonio Cunha

**DIR 1º SECRETÁRIO** Cel Eng EM Darzan Neto da Silva

**DIR 2º SECRETÁRIO** Cel Art EM José de Sá Martins

**1º DIR FINANCEIRO** Dr Marcos Ribeiro Corrêa

**2º DIR FINANCEIRO** Prof Guilherme D'Andréa Frota

**DIRETOR COMUNICAÇÃO SOCIAL** Cel Inf João Ribeiro da Silva

**SUPLENTES** Cel Cav EM Dartanham Marques de Amorim

Cel Arivaldo Silveira Fontes

### **CONSELHO FISCAL**

Gen Ex Pedro Luís de Araújo Braga

Gen Div Carlos de Meira Mattos

V Alm Sérgio Tasso Vásquez de Aquino

### **SUPLENTES**

Gen Ex Sebastião José Ramos de Castro

Gen Bda Sérgio Roberto Dentino Morgado



# O REVISIONISMO NA HISTÓRIA DO BRASIL

**Jonas de Moraes Correia Neto(\*)**

## **O revisionismo histórico**

Entendemos por revisionismo histórico uma atividade cultural, em expansão acentuada, a qual consiste em revisar a História, tal como é reconhecida e acatada, a fim de reenxergá-la, sob diferente ótica, se possível com dados novos; reformulá-la, priorizando outras idéias, velhas ou novidades; reinterpretá-la segundo conceitos e direções pré-estabelecidos; e reapresentá-la, destacando as mudanças incluídas.

Essas mudanças, produzidas seja pela reconsideração de aspectos selecionados, seja pelo aparecimento (surgimento ou valorização) e pela utilização de elementos novos, ou quase, vão afetar determinadas noções das coisas históricas, modificando-as, de forma ora meramente complementar, até sem importância, ora mais profundamente, abalando a base do saber armazenado.

A revisão continuada da História é, sem dúvida, louvável, necessária, a partir daquilo que já se tem por certo, tudo no bojo da constante busca da exatidão histórica.

---

(\*) O autor é General-de-Exército, historiador e 1º Vice-Presidente do IGHMB

Tal revisão, e algumas alterações que pode pretender impor, justifica-se, mas nem sempre. Não de modo absoluto. Não em qualquer caso, nem de qualquer maneira.

Toda sociedade, mormente as sociedades nacionais, tem natural anseio de poder se apoiar, sentimentalmente e modelarmente, na sua História pátria, que é a argamassa mais eficaz e durável da integridade social da nação; e que é o melhor esteio para a formulação e a execução de ações, nos âmbitos interno e externo, em demanda dos grandes objetivos nacionais.

As “novas provas” soam como os “fatos novos” da área judicial. Quando elas aparecem, permitem novas avaliações e novas conclusões, às vezes completamente opostas às convicções consolidadas. Isso é possível, é válido.

Se forem achadas novas provas de algum acontecimento histórico, deverão elas ser utilizadas, ainda que polêmicas?

Achamos que sim, deverão.

Faça-se o registro, proceda-se à análise com as técnicas recomendáveis, avalie-se a conveniência, a oportunidade, a forma da divulgação. Há muitas circunstâncias a serem consideradas – porém, nenhuma delas poderá ser a exploração ideológica, que



é capaz de inventar, de deformar, de usar meias verdades, de subverter.

Com honestidade e cautela, é possível conseguirem-se efeitos construtivos da difusão de uma novidade, ainda que com ressalvas. Se houver segundas intenções, precipitação, corre-se o risco de não oferecer nada de bom e de útil ao campo histórico, gerando descrença e perplexidade e corroendo a sinergia da estrutura social.

Entretanto, se a intenção novidadeira for exatamente essa, desestabilizadora, desfigurativa, haverá um nítido objetivo visado. Então, valerá tudo: desde o mais cínico “achamos” até a manipulação descarada de documentos apócrifos e forjados.

Na correta utilização de novos elementos, ou de novos enfoques de velhos fatos, é primordial a cautela a manter; e claro, admita-se como premissa a honestidade – de conhecimentos e de propósitos. A cautela levaria a se verificar, sobre os aspectos tratados, a credibilidade - fontes insuspeitas, melhor se forem primárias-, a apresentação - sem vaidades, sem ranços, sem preconceitos-, as decorrências - cascata cultural, com os reflexos educacionais, culturais, sociais e cívicos.

Será que vem ocorrendo assim, nesta onda persistente do chamado “revisonismo” na nossa História?

Parece-nos que nem sempre, e cada vez menos estamos vigiando e cuidando deste mal, à medida que o campo de ação vai-se alargando para

as colocações novas, que o interesse vai aumentando entre o público-alvo praticamente desarmado e que os recados – fruto do trabalho orquestrado em curso – vão abrindo seus caminhos, instalando-se nas mentes (sobretudo nas mais moças), gerando dúvidas, descréditos, questionamentos e, logo, novas certezas, nesta altura compreensíveis.

### **Revisonismo na História Militar do Brasil**

A História Militar é um ramo relevante da História de uma nação, como o é da História Universal. Num país como o nosso, mais do que noutros, ela é tão entrelaçada com a História pátria que, a todo momento, torna-se difícil isolá-la.

O revisonismo na nossa HMB mostra-se bastante claro, no quadro amplo que estamos apreciando. No entanto, existem aqui dois condicionantes, que não se podem ignorar: um, generalizado no mundo (salvo, em parte, no Primeiro Mundo), traduzido no repúdio popular às soluções de força, às ações bélicas resultando, daí, má vontade para com as instituições castrenses e seus integrantes, os militares, marcado pela discussão, por ângulos mais e mais incisivos, da real importância da existência daquelas instituições, da sua maneira de ser e de agir típicas, *ipso facto*, dos servidores militares da nação, e pela avaliação do custo-benefício das Forças Armadas para os diversos países. O outro fator condicionante, conjuntural, brasileiro:



nossas Forças Armadas são, atualmente, as únicas instituições nacionais que, por sua definição legal, por suas características organizacionais e por sua força moral, tudo lhes valendo prestígio ímpar (comprovado em pesquisas insuspeitas), ainda têm capacidade de bloquear ações adversas, nocivas à ordem, ao bem público, à integridade territorial e a outros ideais permanentes.

A força moral merece destaque. Ela é tão essencial que, se chegar a ser destruída, dificilmente se recuperará, pelo menos não nos moldes em que a temos visto, em que a queremos. É por isso que nossos inimigos do Brasil tanto se esforçam por tentar abatê-la.

A força moral se afirma por um componente dinâmico e funcional – meios bélicos, instrução, adestramento, logística, liderança, etc; e por outro, íntimo, arraigado à alma militar, que é o orgulho profissional, o qual decorre da consciência do papel histórico das nossas Forças Armadas, bem como da sua missão. Ambos são preponderantes para o fiel cumprimento do dever. Um terceiro componente, interativo com os anteriores, é a impressão causada ao povo pelas atitudes exemplares das organizações militares e pelo procedimento irrepreensível do seu pessoal (apresentação, garbo, comportamento), resultando admiração, respeito, bem-querença.

A História Militar do Brasil tem papel fundamental na formação e na manutenção da consciência dos militares. Portanto, se as Forças

Armadas ainda são alvo prioritário de novos detratores (novos pelo momento, pela disposição, pelos processos), e elas de fato o são, imperioso lhes é enfraquecê-las, já que continuam sendo instrumentos e pilares da nação. Isso poderia ser conseguido, primeiro, pela diminuição gradual da capacitação profissional.. Simultaneamente, pelo desvalimento do orgulho de classe.

A História Militar do Brasil é um campo especialmente propício ao assalto cultural, em marcha paralela ao assalto político, dentro do esquema do “gramscismo” crioulo, em expansão quase sem barreiras.

A História Militar do Brasil está impregnada das clássicas noções do que é verdadeiro e do que é falso, do que é principal e do que é acessório, de direitos e deveres, de valores, de virtudes, de hierarquia e disciplina. Tal postura conduz ao culto dos grandes feitos e dos grandes homens, do general ao marinheiro, e à constituição de uma corrente poderosa, com elos de tradições firmes, íntegras.

Uma revisão de nossa História Militar teria de começar pelos questionamentos atualmente mais expostos, como sejam:

- são verdadeiros ou não os sucessos militares citados na História Militar do Brasil, tidos e celebrados como gloriosos?

- são verdadeiras ou não as qualidades humanas e profissionais de figuras festejadas na História como notáveis e mostradas como modelos?



De fato, o que se procura é pôr em xeque questões político-militares e mesmo operações militares em que estiveram engajados, ao longo de muitos anos, o Brasil e suas Forças Armadas. É o caso da participação brasileira na 2ª. Grande Guerra, bem como das intervenções e conflitos platinos, avultando a Guerra da Tríplice Aliança. E os comandantes e combatentes, dos vários lados.

### **Referência indispensável**

Em janeiro de 1964, apareciam nos estabelecimentos de ensino e nas livrarias os primeiros volumes de uma coleção oficial. Eram cinco folhetos, com cerca de cem folhas apenas. A iniciativa era do Ministério da Educação de então. Em todos, lê-se uma mesma abertura dos autores sobre as intenções da coleção: “para a reformulação do ensino da História em nosso país”. Os livros seriam entregues “a professores e estudantes”, acrescentando-se esperar deles que “de uma nova reflexão sobre os dados componentes de nossa História se passe de imediato àquela ação capaz de dar ao povo brasileiro o Brasil pelo qual ele realmente anseia”. Qual ação? Qual anseio?

Os autores eram seis: cinco alunos da então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil coordenados por um professor, conhecido, na época, por sua postura marxista-stalinista. Usaram os chavões típicos dessa linha de pensamento político.

Qual a verdadeira intenção?

Passaram-se 40 anos. No entanto... Pouco a pouco, voltamos a ter uma problemática muito parecida. Os tempos são outros, sim. Mas notamos que há armas novas servindo para velhos ataques. Dos processos reconhecíveis do tempo da “guerra fria”, chegou-se aos procedimentos subreptícios sugeridos por Gramsci e que estão em plena prática, com a virulência que possuem. O revisionismo que estamos abordando inclui-se nesta moldura.

### **Desenvolvimento do “revisionismo histórico”**

Estamos convencidos da ocorrência de um projeto de revisionismo da História brasileira, não inocente, não patriótico, mas a serviço de ressurgente causa ideológica.

Os revisionistas mais atuantes são professores (plantadores), estudantes (repetidores), historiadores (e historiógrafos), escritores, jornalistas, editores e artistas (até para estar “na onda”). Os alvos compensadores são professores, estudantes – e os jovens em geral, por serem mais permeáveis –, e minorias – raciais, culturais, sociais e outras.

Os meios de comunicação utilizados são, praticamente todos, especialmente os informativos e didáticos de maior penetração: livros, folhetos, plaquetes, romances históricos e livros de ficção, apostilas escolares, jornais (articulistas, cadernos especializados), revistas (destaque para as diversas revistas



especializadas), rádio (setor hoje dominado por entidades religiosas), redes de televisão (com mensagens freqüentes, em programas especiais, em “pílulas” ocasionais e até subliminarmente), cinema, etc.

É claro que aqui têm de ser considerados, como processos pedagógicos aproveitados, as aulas, palestras, simpósios e outros meios, de preferência valorizando-se os debates, para melhor consolidação.

Além desses, podem ser usados, como vias de comunicação bem enfáticas, porque permanentemente à vista, os monumentos e os nomes de logradouros (novos ou mudados).

O revisionismo na História Militar do Brasil, no decurso de muitos anos, tem-se detido em diferentes temas, uns mais importantes, de envergadura, outros mais limitados. Vejamos alguns.

#### I. Guerra Holandesa

Há muitos questionamentos: brasilidade; correção das chefias luso-brasileiras (e espanholas); prioridades dos líderes, em face dos interesses pessoais; Calabar traidor? Etc.

#### II. Guerra da Tríplice Aliança

Os motivos da guerra são apresentados como injustos para com o Paraguai, mostrado como vítima indefesa, atacado em obediência à imposição da Inglaterra. Teríamos aniquilado um país cujo progresso fazia sombra ao Brasil... Então, tudo que fizemos para enfrentar os ataques que sofremos, todos os sacrifícios materiais e humanos, todos os heroísmos, tudo

deve ser visto como vergonha para o Brasil. Não se reconhece nenhuma glória para nós, mas se reconhece para os nossos adversários de então, imolados no “genocídio” do seu povo (como afirmou um escritor fraudulento, em obra que ainda serve de referência e é acreditada no meio educacional). Esta campanha é tanto mais grosseira, mentirosa e infame, quanto sabemos que, no Paraguai, já é expressivo o movimento cultural pela desmistificação dos procedimentos paraguaios no conflito, bem como do próprio mito de Solano López. Interessante: o revisionismo de lá é menos por novas interpretações do que pela liberação de opiniões, antes existentes, porém vedadas pela censura.

Em todos os casos, sente-se que as farpas são direcionadas para as Forças Armadas e os militares, a fim de machucar, baixar o moral, cindir, fragilizar, dificultar tomadas de posições corretas, diante da pressão de preço, e limitar a capacidade de agir, devido a possíveis dúvidas sobre onde está o exato cumprimento do dever.

#### III. O Brasil na 2ª Guerra Mundial

Procura-se desmerecer a atuação das Forças Armadas, em particular da FEB, durante o conflito. Procura-se desqualificar comandantes, ressaltar deficiências, orquestrar fracassos, mostrar fraquezas do soldado brasileiro ao invés de exaltar as vitórias, as virtudes praticadas, a superação conseguida sobre as próprias vicissitudes.



## VI – Movimento de 1964 e Governos Militares

São distorcidas, não reconhecidas as razões da participação militar no movimento de 64. O período autoritário que ficou conhecido como dos governos militares é apresentado como a “ditadura”, os “anos de chumbo”. Há sistemática negação ou minimização dos sucessos e das conquistas do país no período. Há repetição exaustiva de acusações de violência, torturas, repressão e censura. Procura-se colocar a opinião pública contra os militares e romper a coesão institucional, dando a entender que as Forças Armadas de hoje são “outras”... (isto tem sido pouco observado). Enfim, através de estórias, submetem o militar a uma discriminação velada e injusta.

Alguns temas menores têm sido explorados: a Revolta da Chibata, promovendo a figura do discutível “Almirante negro” João Cândido; os inúmeros conflitos internos (daqueles que Hermani Donato pôs em “Batalhas brasileiras”) quais sejam, revoltas nativistas, Balaiada, movimento liberal de 1842, Revolução Farroupilha, Revolução Federalista de 1893, Canudos, Contestado e muitos outros, nos quais lança-se suspeitas, específicas ou veladas, sobre figuras militares renomadas, seus procedimentos e méritos.

No espaço sócio-cultural do país, existem muitos movimentos atuando, com maior ou menor

capacidade. Alguns têm objetivos imediatos bem marcados, como o movimento negro unificado e os ecologistas e ambientalistas, esses entre os mais combativos.

A partir deles, surgem personagens, antigos e recentes, os quais passam a ser festejados, endeusados, sem maior análise do seu real valor, porém emblemáticos para os objetivos imediatos desses grupos; são apresentados ao povo como “heróis”. Zumbi, Calabar, Lampião, Prestes, Lamarca, Chico Mendes, Betinho; e vários outros, que são personagens presentes na história, mas que não se qualificaram para tal tratamento destacado. E os heróis tradicionais, os que se tornaram verdadeiros exemplos para os pósteros, esses irão desaparecendo devagar, naturalmente, pela apresentação sistemática- de uma “história nova”, “não oficial”.

No andamento deste processo mudador, que é o revisionismo, costumam ser ditas e repetidas “verdades” que estão longe demais dos fatos históricos tal como estão registrados em fontes primárias ou como se consolidaram na memória nacional através da história oral do povo. E elas vão ganhando força de verdade, manchando definitivamente a História do Brasil. Perdem-se as referências morais e éticas da Nação, avilta-se o passado e compromete-se a brasilidade, destruindo irremediavelmente o futuro da Pátria.



## **Conclusão**

Desejo ter contribuído para trazer alguma luz ao assunto “revisão histórico”, que é atual e merece nossa atenção.

Poderíamos dizer que há o bom e há o mau revisão. Ambos os tipos se fazem presentes no dinamismo dos estudos históricos e da sua utilização. O revisão bom deve ser apoiado, incentivado, aproveitado, mostrado, pois que é correto, é construtivo. O mau tem de ser combatido e respondido, pois é movido por razões políticas menores que não convêm à Nação.

O revisão procedido segundo os padrões recomendáveis ao trato dos assuntos históricos é fator de aprimoramento cultural e cívico, mesmo quando possa desagradar a alguém ou a algum grupo ou classe.

O séc. XX, após a 2ª Guerra Mundial, viu aparecer aquela espécie

de revisão, que foi arma de subversão global. Para os conhecedores das táticas do tempo da “guerra fria”, a presença daquele fermento era facilmente comprovada.

Atualmente, os modos de agir são outros. Mesmo para quem está ciente da nova estratégia, em meio a tantos avanços da modernidade, nem sempre fica fácil e tranqüila a identificação dos agentes e dos objetivos envolvidos no revisão histórico.

Minha tarefa, nesta abertura do ano cultural do IGHMB, era a de apresentar um quadro do revisão histórico aplicado particularmente à História Militar do Brasil. Apresentar um equacionamento que pudesse servir para melhor compreensão e acompanhamento de sua prática e efeitos. Foi uma abordagem ligeira, um primeiro toque no assunto. Tudo quanto disse, disse porque acho verdadeiro. Tomara que tenha sido instigante.

# REVISÃO DA HISTÓRIA

**Sergio A. de A. Coutinho (\*)**

Na pequena cidade de Pindaíba do Sul viveu o doutor José Benedito Ferrão Petrino, médico clínico geral. Filho de família ilustre, descendente dos fundadores do lugar, gozava de prestígio e estima geral muito mais pelo saber, dedicação e solidariedade do que pelo seu nome de família.

Exercia com fidelidade e competência a medicina heróica daqueles tempos. Embora na época a maioria das mulheres se valia das parteiras para terem seus filhos, aos poucos desenvolveu a maternidade da Santa Casa local, dando um atendimento mais seguro às parturientes que, em número crescente, passaram a buscar o atendimento médico obstétrico.

O Doutor Petrino dedicava um dia da semana para atender gratuitamente em seu consultório os pobres que o procuravam. Tornou-se, pela sua reconhecida honestidade e dedicação, pessoa de grande destaque e merecedor da geral admiração. Foi chefe de família exemplar e pai educador. Morreu em 1952, ainda relativamente moço. A comoção foi incontida e quase toda gente da cidade foi ao seu enterro. As homenagens se sucederam. Seu nome foi dado a uma praça, ao hospital municipal mais tarde

---

(\*) O autor é General-de-Brigada e Sócio Titular do IGHMB.

inaugurado e no único colégio secundário da cidade. A data do seu nascimento foi instituída como feriado de Pindaíba do Sul.

A biografia do Dr Petrino, publicada num pequeno livro, era de todos conhecida na cidade e leitura recomendada aos alunos das escolas públicas.

Anos depois de sua morte, lá pelos idos de 1980, algumas revelações inéditas sobre sua vida começaram a ser difundidas na cidade. Um de seus netos; descobriu nas coisas do seu avô a foto de uma mulher com uma dedicatória que o fez suspeitar que era sua amante. Falava de uma criança que “ele ajudara vir ao mundo”. A revelação logo se espalhou para constrangimento e reprovação da família. O neto pesquisador achava que aquele fato não poderia ficar oculto do conhecimento da família e da sociedade. Afinal, tudo indicava que havia mesmo acontecido algo na vida do doutor. Alguém na cidade lembrou-se que à época ouvira falar do romance secreto do Doutor Petrino. Um repórter do jornal semanal do lugar; fez uma reportagem investigativa em que teria descoberto a filha do médico com a amante e que ele nunca reconheceria a paternidade. A suposta descendente, mudara-se para outra cidade, mas um teste de DNA poderia vir a ser feito se ela fosse encontrada.



A partir dessas “revelações inéditas”, alguém “descobriu” e divulgou numa entrevista que constava que o Dr Petrino havia feito vários abortos de moças de famílias ilustres para livrá-las de gravidez indesejável. Deu como prova o depoimento de uma enfermeira que não queria identificar-se, que teria ouvido esta história de uma antiga assistente do médico, já falecida.

Logo depois, circulou na cidade que a pequena fazenda do doutor fora adquirida com o financiamento irregular do banco estadual. Um ex-diretor, hoje morando na Europa, poderia testemunhar aquela transação bancária.

Segundo político da oposição, o Dr Petrino havia financiado a campanha eleitoral de um vereador corrupto.

Depois de várias outras “revelações”, finalmente um novo livro foi editado, com financiamento de origem não sabida, sob o título “A biografia não oficial do Dr. Petrino”. O médico, de generoso a competente, era agora genocida sob suspeita de ter tido uma clínica clandestina de aborto, na qual recebia até mulheres de outras cidades (era citada uma suposta carta em que oferecia seus serviços para um médico de outra cidade).

No livro foi também revelada a suspeita de que o fundador da cidade, antepassado da família Petrino, o bandeirante Rodrigo Ferrão, vendera as minas de ouro que descobriu na região a banqueiros ingleses no século XVIII. Consta que há um documento

que confirmara a transação no Arquivo da Coroa em Londres.

Com este livro revelador, estava restabelecida a verdade histórica, virada a triste página da vida do Doutor Petrino e resgatada a cidadania do povo de Pindaíba do Sul. O mito cívico do médico e cidadão pindaibense estava destruído. A praça que tinha o seu nome é hoje Praça “da Comunidade”, a pedido da Associação de Moradores do bairro. A alameda do horto florestal da cidade, criada por iniciativa do médico, mudou de denominação para trilha “dos excluídos”. O hospital municipal não mais ostenta seu nome na fachada e a Maternidade Doutor Petrino Unidade de Obstetrícia Popular. O colégio agora é Unidade de Ensino Integrado.

Perdidas as referências históricas a terra natal dos pindaibenses passou a ser apenas um lugar qualquer.

A família Petrino já não vive mais em Pindaíba do Sul. Os pindaibenses tornaram-se muito ciosos de sua “cidadania”, mas perderam o seu compromisso cívico, seu orgulho e “auto-estima”. São muito exigentes dos seus direitos, mas pouco contribuem para o progresso da cidade, ~~cidade~~, hoje, sem passado e sem alma.

Em breve será convocado um plebiscito em que se votará a junção de Pindaíba do Sul ao município vizinho de Prosperidade. A revisão histórica cumprira a sua finalidade: destruir os valores intelectuais e morais que fazia da gente de Pindaíba do Sul, os pindaibenses.

# O IDEÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 1964

**Sebastião José**

**Ramos de Castro (\*)**

Para qualquer um que pretenda discorrer sobre o Ideário do Movimento Revolucionário de 1964 é obrigatório recorrer ao trabalho de nosso confrade Gen. Carlos de Meira Mattos.

O Movimento Revolucionário de 1964, inspirado por um grupo de civis e militares brasileiros e apoiado pela maioria da população, implantou um regime político inspirado em ideais revolucionários que vinham se purificando através de vários movimentos anteriores.

Querer negar os méritos da Revolução de 1964 é uma utopia. Em 1963, o Brasil era um país medíocre, jamais tendo figurado nas estatísticas internacionais do poder. Em 1985, quando a Revolução se considerou terminada, o Brasil estava presente pelo seu conceito e peso específico em todas as equações do poder referentes a assuntos políticos e econômicos de dimensão mundial.

Os revolucionários de 1964 possuíam um Ideário e por ele lutaram, enfrentaram todos os riscos de ruptura com o governo vigente e, o que é realmente importante, souberam transmitir os princípios do Ideário à maioria da população

---

(\*) O autor é General-de-Brigada e sócio titular do IGHMB

brasileira, que aplaudiu a mensagem salvadora do Movimento. Cabe então indagar: Qual era essa mensagem?

Resumidamente, traduzia o caldeamento de aspirações que vinham se robustecendo através dos anos e que haviam estimulado os movimentos militares dos anos de 1920, a Revolução de 1930, a restauração democrática de 1945 e que diante da situação paralisante e da ameaça comuno-sindicalista dos anos de 1962, 1963 e do princípio de 1964 reacenderam no coração dos patriotas.

A síntese dessas aspirações desembocava em dois grandes caudais:

1) abrir espaço ao impulso irresistível de construir um Brasil-Nação que correspondesse às potencialidades de seu povo e de seu território;

2) manter a vocação brasileira de viver democrática, com ordem e progresso.

O Movimento de 1964 impediu que nossa sociedade sucumbisse à ameaça de um processo de subversão sistemática programada pelo próprio Palácio do Governo.

A reação contra a subversão comunista em curso se faz sentir através de um documento denominado "Reflexões", da autoria coordenada dos generais Ulhoa Cintra e Cordeiro de Farias, destinado a orientar a concepção estratégica e uma resposta



eficiente ao movimento subversivo que está sendo preparado no Brasil.

Outro documento histórico, de 1963, cuja redação final coube ao então Tenente-Coronel Octávio Costa e amplamente distribuído entre os oficiais que serviam nas escolas, especialmente a EsAO e a ECEME foi o chamado “Decálogo”, que testemunha de maneira inequívoca os nossos ideais de três décadas passadas.

### **Decálogo do militar brasileiro**

1. LUTAR - para que realmente “todo o poder emane do povo e em seu nome seja exercido”. (Constituição Federal).

2. LUTAR - pela “inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade”. (Constituição Federal).

3. LUTAR - pela verdadeira legalidade preservando realmente “a república representativa, a federação, a independência e a harmonia dos poderes”. (Constituição Federal).

4. LUTAR - pela “organização da ordem econômica, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho”. (Constituição Federal).

5. LUTAR - para que, dentro do processo legal e do espírito da doutrina social da igreja, seja concedido a todo brasileiro um padrão de vida compatível com a dignidade da pessoa humana.

6. LUTAR - para que imperem na vida brasileira os princípios de irrepreensível moralidade administrativa

e de respeitabilidade funcional dos homens públicos.

7. LUTAR - pela soberania e pela ativa participação do Brasil no mundo livre.

8. LUTAR - para que as Forças Armadas se mantenham intransigentemente fiéis à sua destinação de defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

9. LUTAR - por Forças Armadas realmente institucionais e democráticas regidas pelo legítimo império das leis e dos regulamentos, atentas ao imperativo da modernização de seus equipamentos e constantemente empenhadas em seu aperfeiçoamento moral e profissional.

10. LUTAR - pela dignidade profissional e pela justa posição das Forças Armadas na estrutura sócio-econômica e cultural brasileira.

A famosa circular de 20 de março de 1964 do Chefe do EME, Gen. Humberto de Alencar Castelo Branco, é uma pregação democrática e legalista. Alerta para o perigo das tentativas de levar as Forças Armadas a apoiarem a subversão comunistas em marcha e afirma que os Quadros das Forças Armadas devem: “Estar prontos para defender a legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constituídos e pela aplicação das leis, inclusive a de assegurar processo eleitoral e contra a revolução para a ditadura e a constituinte, contra a calamidade pública a ser movida pela CGT e desvirtuamento do papel histórico das



Forças Armadas”.

Vitoriosa a Revolução, não abusou da soma de poderes que chegou às suas mãos. Foram mantidos os partidos políticos, gozou o Legislativo a prerrogativa de se manter em funcionamento e o poder Judiciário ficou intocado. Ao tomar posse como Presidente da República, disse o Marechal Castello Branco: “Meu governo será o das leis do país e permanecerá em vigília para que todos os observem com exatidão e zelo. Meu governo será o das leis, das tradições e dos princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e de aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido de nossa história política e social.”

Nessas palavras estão os dois veios do Ideário que inspirou a Revolução: democracia e desenvolvimento.

A democracia que hoje vivemos foi alcançada pela obstinação da Revolução em resgatar sua dívida liberal. Se em 1964 o movimento comuno-sindicalista em curso tivesse sido vencedor, o Brasil seria levado ao alinhamento Moscou-Havana e teria sido transformado em gigantesca Cuba.

Criticam alguns que a Revolução durou muito tempo, o que provocou seu desgaste. Precisamos lembrar que as forças de esquerda recorreram à luta armada no campo e na cidade, com isso implicando na necessidade de reação das forças legais. Não

obstante os princípios que orientaram a chamada abertura política, jamais foram cancelados.

A Abertura Política representou antes de tudo o compromisso do Movimento de 31 de Março de 1964 com o objetivo de seu Ideário de restabelecer a democracia.

O que é inegável é que o Ideário da Revolução de 1964 foi alcançado. O Brasil deu um salto econômico extraordinário no período de 1964 a 1984. Passou da 48ª economia mundial para a 8ª, realizou um colossal projeto de energia, telecomunicações e interiorização. Suas exportações cresceram de 1,5 bilhão de dólares para 27 bilhões e teve um crescimento médio de 6% ao ano.

O fato inquestionável é que a Revolução de 1964 possuía um Ideário que orientou seus esforços e que foi rigorosamente perseguido em sua concretização. É inegável o acelerado processo de desenvolvimento atingido durante o período revolucionário e os esforços através do processo de abertura política para alcançar o pleno regime democrático, não obstante as dificuldades enfrentadas.

As dificuldades que o país enfrenta, presentemente, não são decorrentes da Revolução de 1964, mas sim de uma política pouco eficaz e hesitante em vários aspectos.

Os revolucionários de 1964 têm motivos para se orgulharem do ideário revolucionário e em particular do Decálogo do Militar Brasileiro.



# GUERRA DO PARAGUAI -140 ANOS

## A MARCHA PARA O COMBATE

De 27 Abr 1865 a 6 Abr 1866

Ensaio sobre a organização e o deslocamento do Exército Brasileiro, ao comando do General Osório, desde Montevideu até Tala Corá, nas proximidades de Corrientes, ao ensejo da passagem dos 140 anos desse fato histórico.

**Sérgio Roberto Dentino Morgado (\*)**

Há cento e quarenta anos, portanto, em 06 de dezembro de 1865, encontrava-se o Exército Imperial em curso de operações, no corte do Arroio São Lourenço, onde estivera acampado por duas jornadas, preparando-se para retomar o movimento na direção de Corrientes. É sobre essa quase sesquicentenária epopéia, e não uso de qualificativo impróprio, como irão avaliar, que presto minhas homenagens à memória do nosso Exército, lembrando fatos que sirvam de reflexão e estímulo, principalmente às novas gerações de militares, sobre os valores que sempre alimentam a nossa profissão, no cumprimento do seu dever constitucional de defesa da integridade e do patrimônio nacionais.

### Introdução

O ano de 1865 é farto de fatos históricos referentes à Guerra, a começar pelas invasões paraguaias, seja no território de Mato Grosso, com Barrios na ação sobre Corumbá, através da calha do Rio Paraguai, seja com

Resquim, cujas colunas se adentraram até Coxim, a partir de Bela Vista e Ponta Porá, e em cujas proximidades registrou-se o episódio heróico do Tenente Antônio João, no Comando da Colônia Militar de Dourados. De igual importância foi a invasão do território argentino pelos paraguaios, em Corrientes, a 13 de abril, que ocasionou a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, em 1º de maio.

Segue-se, cronologicamente, a invasão do território brasileiro, na Região de São Borja, na calha do Rio Uruguai, a 10 de junho e o ataque, no dia seguinte, 11 de junho, à Esquadra Brasileira fundeada no Rio Paraná, próximo de Corrientes, junto à foz do Arroio Riachuelo, que acabou dando nome a essa passagem épica – transformada em uma magistral vitória estratégica, que destruiu o sonho de Solano Lopez de construir o seu Paraguai Maior. A invasão de São Borja, no seu prosseguimento, levou à captura da vila de Uruguaiana, em 5 de agosto, que foi posteriormente cercada e recuperada pelas tropas aliadas, na presença do nosso Imperador e dos Presidentes da Argentina e do

---

(\*) O autor é General-de-Brigada e Sócio Titular do IGHMB.



Uruguai, Generais Mitre e Flores, com a rendição dos paraguaios, em 18 de setembro daquele ano.

A escolha dessa marcha histórica pela mesopotâmia argentina justifica-se pelo que representa em seus exemplos de perseverança, coragem, estoicismo, capacidade de improvisação, capacidade de sobrevivência e vontade de vencer a adversidade; traços marcantes do soldado brasileiro registrados ao longo de nossa história.

Muito pouco se conhece e muito pouco se tem estudado sobre esse período tão prenhe de ensinamentos. Alguns autores fazem um breve registro dessa verdadeira epopéia que antecede o início dos combates em território paraguaio. O General Paulo de Queirós Duarte, em sua alentada obra composta de 12 volumes sobre os Voluntários da Pátria<sup>1</sup>, sintetiza-a de forma precisa: “A marcha do Arroio Juqueri-Grande, ao norte de Concórdia, até a Lagoa Brava, *uma região a leste de Corrientes*, foi executada em 132 jornadas, de 11 de agosto a 20 de dezembro, marchando por uma estrada que não era mais que um caminho de diligências, em *terreno* arenoso, sujo e repleto de brejos, banhados e vários cursos d’água a serem transpostos, tudo isso sob condições atmosféricas sáfaras (impróprias) – em meio a um calor abrasador e, vez por outra, bafejada a tropa por precipitações atmosféricas que deixavam o fardamento e o calçado em péssimas condições.”

Os netos de Osório, em sua

biografia<sup>2</sup>, também registram essa marcha de 481 km, do corte do rio Uruguai ao corte do rio Paraná, e colhendo opiniões de outros escritores, afirmam não haver exemplo semelhante em outra Campanha anterior, na América do Sul, pelo tamanho da impedimenta e pelo número de mortes. Essas perdas foram consequência das condições sáfaras a que se referiu o Gen. Paulo de Queirós Duarte. Inverno rigoroso, chuvas torrenciais e verão causticante, tudo isso marchando em terreno inóspito.

### Os antecedentes

Começemos por tratar da formação da Força Expedicionária Imperial, que irá desagrar as ofensas cometidas por Solano Lopez contra a honra e o patrimônio nacional. Osório, a quem coube o seu mando e organização inicial, assumiu seus encargos, ainda Brigadeiro, em 1º de março de 1865, com um efetivo de 9.500 homens, sendo 5.200 infantes (10 Batalhões de 1ª linha, os Corpos de Polícia das Províncias da Bahia e do Rio de Janeiro e o Corpo de Guarnição da Província do Espírito Santo), aos quais se somavam os 2.100 cavalarianos rio-grandenses (4 Regimentos de 1ª Linha e 7 Corpos Provisórios da Guarda Nacional). Completavam esse efetivo 970 artilheiros e engenheiros (2 baterias do 2º Regimento de Artilharia a cavalo, o 3º Batalhão de Artilharia a pé e um contingente do Batalhão de Engenharia).

Registre-se o fato de que o



primeiro nome cogitado para assumir o comando das forças imperiais foi o de Caxias, que ao ser sondado respondeu que aceitaria desde que também assumisse a Presidência da Província do Rio Grande do Sul, com o que não concordou o Gabinete liberal que conduzia o governo naquela ocasião. Convidado oficialmente para a função, em 14 de fevereiro, recusou o convite, razão porque Osório foi nomeado interinamente, em 18 de fevereiro, para substituir o Marechal João Propício, que, doente, se retirava para sua província natal.

O episódio de sua nomeação tem suscitado lembranças dos registros das disputas políticas que serpenteavam pelo chão do Rio Grande nos rescaldos da questão farroupilha. Os livros contam que ao eclodir a guerra civil uruguaia, o nosso Exército no sul não estava em condições de entrar em combate. Quando o Conselheiro Saraiva apresentou seu ultimato ao Governo uruguaio, em maio de 1864, havia na província gaúcha apenas 5 Regimentos de Linha: o 1º de Artilharia, com 279 praças, o 2º de Cavalaria Ligeira, com 258; o 3º de Cavalaria Ligeira, com 285; o 4º e o 5º, este com 223 e aquele com 274. Os Batalhões de Infantaria eram 3: o 3º, com 330 praças, o 6º, com 437, e o 13º, com 447. Excluídos os doentes, eram 3200 homens de linha, mal armados, mal fardados e disseminados por toda a província. Faltavam cavalos e o inverno se aproximava.

Osório, na época, tinha sido dali afastado por perseguição política e

encontrava-se na Corte, aguardando destino, o que levou o então Marquês de Caxias a intervir junto ao Imperador. Disse ele: “Senhor, o Brigadeiro Osório é um oficial experimentado de cavalaria, é querido pelas tropas, é capaz dirigi-las, de presidir a sua instrução. Não consinta na perseguição que lhe fazem; não deixe que o mandem para o Norte, quando tanta falta faz no Sul, se tivermos guerra; não admita que o desgostem, que o forcem a reformar-se, a retirar-se à vida privada, com prejuízo do Exército e da Pátria.”

Osório foi integrado ao Exército do Marechal João Propício Mena Barreto e, no Comando da 1ª Divisão de Cavalaria, em 1º de dezembro invadiu o Uruguai, na direção de Paysandú.

A história da conquista desse importante porto no rio da Prata suscitou reações da oficialidade e dos críticos militares, por ter o Marechal deixado Osório à margem da luta, em reserva, com a cavalaria imperial, e ato contínuo ter-lhe feito referências de pouca consideração na sua Ordem do Dia referente à batalha. Osório era, então, o segundo em Comando, o seu lugar-tenente.

A grandeza do Centauro dos Pampas ficou registrada na resposta que deu a um camarada que criticava João Propício: “Não tem razão. Tudo o que aí está escrito é a verdade. Como Paysandú, também São Francisco era um posto, e alguém tinha de ficar nele. Fiquei eu, cumprindo a ordem que tive. Não



percamos tempo com estas pequenas cousas. São ninharias. Meus amigos estranharam ver meu nome lembrado em último lugar na Ordem do Dia. Por quê? Todos não podíamos ser colocados em primeiro. Alguém tinha que ficar por último. Fiquei eu... mesmo porque estava a légua e meia distante de Payssandú.”<sup>3</sup>

Ressalto, também, por oportuno, o seguinte trecho da Ordem do Dia do Marechal João Propício, ao lhe entregar o comando do Exército Imperial, para lembrar que a despeito das querelas políticas, os homens de armas tinham seus códigos de valores: “Servindo-me da autorização que Sua Majestade, o Imperador, houve por bem conceder-me, faço hoje a entrega do Comando-em-Chefe do Exército ao Exmo. Sr. Brigadeiro Manoel Luís Osório, cuja aptidão e antecedentes são por demais conhecidas dos nossos companheiros d’armas... Qualquer que seja o vosso destino acompanhar-vos-ei com o meu pensamento, esperando que os vossos triunfos sejam o fruto de tantos esforços, sacrifícios e abnegação.”<sup>4</sup>

Osório assumiu o comando enfermo (1º de março) e com a tropa em condições muito precárias. Reproduzo partes do ofício dessa data<sup>5</sup>, que dirigiu ao Marechal de Campo Visconde de Camamú, Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra.

“Ilmo. e Exmo. Sr.:

Recebi o Aviso de V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>. de 22 de fevereiro último, em que de

ordem de Sua Majestade Imperial me recomenda informá-lo, por todas as ocasiões que tiver, das ocorrências que se derem neste Exército, inclusive sobre o seu estado sanitário. Vou cumprir esta ordem, como me é possível, porque assumindo hoje, às 10 horas da manhã, ainda não me foram apresentados os arquivos das repartições do Ajudante e do Quartel-Mestre, em razão de se achar o meu antecessor na cidade de Montevideú e eu neste acampamento do Cerro, com a Artilharia e a maior parte da Infantaria. O meu antecessor comunicou-me em ofício de hoje que já foram dirigidos à V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>. os mapas a que também se refere o Aviso de 22 do mês findo.

O estado sanitário do Exército nem é mau nem se pode considerar bom, porque a estação calmosa, a violência das marchas que temos feito há 3 meses, a seca que tem havido na campanha, e por isso as más águas que o Exército tem se servido, hão produzido disenterias em grande número de praças, mal que hoje diminuiu, mas foi substituído por febres mais ou menos perniciosas, tendo aparecido alguns casos de tifo. Doentes destas enfermidades dificilmente são tratados com proveito em marcha. É mesmo de esperar que dos 6 batalhões ultimamente reunidos ao Exército, e cujas praças devem estranhar o clima, venhamos a ter brevemente grande número de doentes. ...As 4 Brigadas de Cavalaria protegidas por um Batalhão de Infantaria estão em marcha para o



rincão do Albano, em Santa Luzia, com o fim de colocarem ali, em bons pastos, as cavalcadas e os bois que nos restam em muito mal estado, por magros, indo comandando essa força o Brigadeiro José Luís Mena Barreto. A Brigada Ligeira do General Souza Neto anda pelos lados da fronteira do Jaguarão perseguindo forças de cavalaria inimigas que por ali atuaram e se passaram para o lado de cá. Este Exército, para chegar a este ponto, com a brevidade que o fez, estragou todos os meios de mobilidade, estando portanto a sua cavalaria a pé, em parte, e em mal estado o resto da cavalcada e os bois que serviam para o transporte e para a Artilharia, quando esta multiplicou o seu número de bocas de fogo e acessórios correspondentes. As providências que havia tomado meu antecessor para a remonta do Exército ainda não surtiram efeito, porque as surtidas da cavalaria inimiga nas campanhas pôs obstáculo a que pudessem vir cavalos do Rio Grande e de Corrientes, e as providências que a respeito começo a tomar não sei se irão se ressentir do mesmo estorvo. O certo é que esse Exército está sem meios de mobilidade, e que para mais prontamente mudar este estado seria preciso recostar-se ao Rio Negro ou passá-lo para cobrir o trânsito desses cavalos. Entretanto, não me parece conveniente abandonar Montevidéu a seus próprios recursos, que, aliás, não sobram, contra um inimigo tenaz ainda em campo.

Por outro lado, não sei quais as intenções do Governo quanto às

operações que se devam seguir e quando, porque isso é que pode determinar a posição conveniente do Exército, depois de haver os meios de mobilidade.”

Abro um parêntese para lembrar que o Governo do Brasil, em janeiro de 1865, logo após os traiçoeiros ataques que deflagraram a guerra, preocupou-se com a elaboração de um Plano de Operações contra o Paraguai. Tasso Fragoso registra em sua **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**<sup>6</sup> a consulta feita ao Marquês de Caxias e o seu relato sobre o fato, feito já terminada a guerra, na tribuna do Senado, em 17 de julho de 1870. Relatou Caxias:<sup>7</sup> “Apenas chegou aqui a notícia dessa declaração (a da guerra contra o Paraguai), fui procurado pelo nobre Ministro que então dirigia a repartição da Guerra. Disse-me S<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>. que, tendo de organizar o exército que devia marchar para o Paraguai, via-se embaraçado acerca das providências que cumpriria tomar o quanto antes. Conquanto fosse o nobre ex-Ministro, como todos reconhecessem, um homem de inteligência, engenheiro abalizado, não tinha, contudo, prática de organização de exércitos; não conhecia o pessoal de nossas forças; não sabia ainda qual o material existente nem o necessário para a guerra que íamos empreender; e, pois, exigia de mim que em tudo o coadjuvasse.

Escusado é dizer, sr. Presidente, que me pus imediatamente à disposição deste nobre Ministro que,



como o Senado já deve saber, era o honrado sr. Beaurepaire Roham.”

O Ministro endereçou-lhe quatro quesitos (a 20 de janeiro), que foram respondidos cinco dias depois. Foram eles:

1. A que número de praças das diferentes armas deveremos elevar nosso exército, em relação à guerra com o Estado do Paraguai?

“É minha opinião que o nosso exército deve ser elevado, quanto antes, a 50.000 homens, sendo 35.000 de infantaria, 10.000 de cavalaria e 5.000 de artilharia; devendo-se desta força empregar 45.000, das três armas, em operações contra o Paraguai, ficando 5.000 como reserva nas Províncias de Santa Catarina e Rio de Janeiro.”

**Observação:** Em março de 1864, antes da intervenção no Uruguai, os efetivos das nossas Forças Terrestres, segundo J. B. Magalhães<sup>8</sup>, era de 18.320 homens, espalhados por todo o território nacional.

2. Quais os recursos que devemos lançar mão para que esse exército possa se organizar com presteza?

“Parece-me que o mais eficaz e certo é recorrer à Guarda Nacional de todo o Império, tirando dela, em proporção de sua força, as praças de pré que forem precisas para completar os corpos de 1ª linha, que deverão ser elevados ao número marcado no plano que já tive a honra de remeter à Vª. Exª., criando-se,

além disso, corpos provisórios de Voluntários da Pátria da mesma força e organização, nos quais poderão admitir oficiais da Guarda Nacional, com exceção dos maiores, ajudantes e quartéis- mestres, que deverão ser tirados da 1ª linha, que virão ali servir, nesses postos, como instrutores.”

**Observação:** A Guarda Nacional, instituída em 1831, durante a Regência, tinha um efetivo de cerca de 440 mil homens e era subordinada ao Ministério da Justiça.

Qual o melhor Plano de Campanha a adotar-se para assegurar o triunfo das nossas armas?

### Notas

<sup>1</sup> Duarte, Paulo de Queiroz, “Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai”, Bibliex, 1983.

<sup>2</sup> Osório, Joaquim Luís e Osório Filho, Fernando Luís in “História do General Osório”. Typografia do Diário Popular. Pelotas. RS. 1915.

<sup>3</sup> “História do General Osório, 2º V, p. 13.

<sup>4</sup> Ibidem, 2º V, p. 13.

<sup>5</sup> Ibidem, 2º V, p. 38.

<sup>6</sup> Tasso Fragoso, Augusto. **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**, Imprensa do Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro. 1934. 2º V, p. 4.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 274.

<sup>8</sup> Magalhães, J. B. in **Evolução Militar do Brasil**, Bibliex, 1958, p. 308.



# CAXIAS E O BRASIL

**Prof. Dr. Paulo Napoleão Nogueira da Silva (\*)**

O marechal Luís Alves de Lima e Silva, Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias deveria ser um paradigma para a sociedade brasileira. Foi tudo o que se pode imaginar em termos da construção de um País e de uma nacionalidade.

Infelizmente, com o autofagismo que permeia a cultura e a História nacionais desde algumas décadas, e com os estereótipos criados em função disso, sua figura é semi-ignorada pelo grande público; associam Caxias às intervenções militares na política.

Ocorre, porém, que esse verdadeiro grande vulto nacional jamais interferiu militarmente na política; sempre foi um legalista extremado. As intervenções militares surgiram com a República, mas assim mesmo sempre tiveram o pano de fundo da legalidade: até 1964, os militares saíam dos quartéis para restaurar a ordem pública, e depois retornaram à caserna.

Na Revolução de 1964, sem alternativa diante da falência moral da classe política e do perigo comunista, as Forças Armadas resolveram

assumir o governo. E nisso mais se desgastaram do que lucraram.

Nossos militares sempre foram legalistas, como continuam sendo presentemente. E esse legalismo lhes foi transmitido por Caxias: se ele estivesse vivo em 1889, provavelmente não teria havido a República, graças ao seu prestígio e à sua lealdade à Monarquia, malgrados o aparente desinteresse de Pedro II pelo regime, e até mesmo atitudes inadequadas do imperador para com o próprio marechal.

O comportamento sempre ponderado e firme de Caxias, como militar e como político, trouxe muitos dividendos ao País. Suas lições nesse campo e no da legalidade produzem frutos até à época presente. Não é por outra razão que as Forças Armadas têm suportado um governo socialista-esquerdista, como o atual, e continuado a servi-lo profissionalmente.

O Duque de Caxias também arrostou situações políticas com as quais não concordava, mas manteve-se fiel à sua condição de militar, para o qual a hierarquia e a disciplina sempre foram os marcos fundamentais.

Foi a própria figura do Soldado, dedicado à Pátria acima de tudo. Não é por outra razão que no dia 25 de Agosto comemora-se o Dia do Soldado.

O Patrono do Exército Brasileiro deixou uma herança que até hoje

---

(\*) Mestre e Doutor em Direito Constitucional, Sócio Correspondente do IGHMB.



serve ao País, considerando-se que as Forças Armadas são a única âncora na qual, em casos extremos, ainda se sustentam a institucionalidade e a legalidade no Brasil.

Quase todos sabem que Caxias nasceu em Estrela, pequena cidade da então província do Rio de Janeiro. Além disso, foi o único duque não pertencente à Família Imperial. Antes dele, é certo, houve a Duquesa de Goiás, filha de D. Pedro I com a Marquesa de Santos; depois, o Duque de Santa Cruz, irmão da imperatriz Dona Amélia; e finalmente, o Duque de Saxe, marido da princesa Leopoldina, cujo título – vindo da Europa – não foi outorgado pelo governo brasileiro, mas tacitamente reconhecido. Caxias, no entanto, foi duque por méritos pessoais, mais ou menos à maneira do que ocorria na Antigüidade e na Idade Média.

Igualmente, é da História nacional que Caxias pacificou revoltas no Maranhão, em São Paulo, Minas Gerais e acabou com a “Guerra dos Farrapos”, a revolução farroupilha no Rio Grande. E tudo isso sem disparar um único tiro: sua presença à frente dos contingentes que comandava, mas sobretudo a certeza dos insurretos quanto à disposição que tinha para a conciliação em prol da unidade nacional, sempre foram o principal recurso para desarmar os espíritos.

Após o desastre de Curupaiti na Guerra do Paraguai, que levou a marca de mau comando do presidente argentino Bartolomeu Mitre, era voz corrente no Exército,

e no Brasil em geral, que só o então Marquês de Caxias poderia assumir o comando e reverter o quadro das operações. Investido no posto, ele o fez: a partir de sua assunção, com o seu senso organizador, sempre pensando no que se poderia chamar de “administração da guerra”, verdadeiro oficial de Estado-Maior dos dias que correm, as armas brasileiras foram, de vitória em vitória, até o desfecho final da guerra.

É certo que, próximo ao final da conflagração, Caxias estava adoentado, chegou a passar mal numa missa, e pediu para ser substituído. Há muita controvérsia sobre esse fato. Alguns historiadores afirmam a versão da doença. Outros, dizem que tudo não passou de uma combinação entre ele e D. Pedro II, a fim de projetar a figura militar do Conde d’Eu, diante de um reinado pouco promissor, politicamente, da princesa Isabel.

De qualquer modo, deve-se ressaltar, o Conde d’Eu não era apenas genro do imperador, mas um militar de méritos. Ainda bem jovem, quando todos os Orléans foram expulsos da França por Napoleão III, ele foi para a Espanha, e pediu à rainha Isabel II um lugar no exército. A soberana mandou-o para o norte da África, onde os espanhóis guerreavam contra os marroquinos. Durante uma batalha, tal foi o desempenho de Gaston d’Orléans que o comandante espanhol tirou do seu próprio peito a mais alta condecoração militar do país e colocou-a no uniforme do jovem francês.



Depois disso, o Conde d'Eu foi cursar a Academia Militar de Saragoça e causou certo constrangimento: um cadete ostentando no peito a mais alta condecoração militar espanhola!

Quando, em 1920, o já envelhecido príncipe veio ao Brasil, seus méritos militares foram reconhecidos: à paisana, em todos os quartéis do Rio de Janeiro, foi recebido com honras de Marechal do Exército.

A par de tudo isso, Caxias e o Conde d'Eu nunca se desentenderam, e assim também foi seu tranqüilo e profícuo entendimento com outro grande vulto da campanha, o marechal Manuel Luís Osório, Marquês do Herval.

Finda a “guerra grande”, o já então Duque de Caxias, na sua extrema modéstia, saltando do bonde na rua do Ouvidor e cruzando com Taunay, pediu a este que não deixasse de incluir sua atuação na obra antológica que o visconde estava escrevendo sobre a Guerra do Paraguai. Imagine-se, se uma tal obra poderia deixar de enfatizar o papel do comandante que levou a sorte das armas para o lado brasileiro...

De fato, a inigualável capacidade de chefe militar, de organizador atento às linhas de manutenção e de suprimentos, tanto os militares propriamente ditos, como os de subsistência da tropa, seu papel catalizador no curso das batalhas, tudo isso fizeram de Luís Alves de Lima e Silva uma figura ímpar na História nacional.

Entretanto, Caxias não foi

somente militar, mas homem público em todos os sentidos. Sua presença na política iniciou-se em 14 de Junho de 1855, quando substituiu Pedro de Alcântara Bellegarde como Ministro da Guerra. Pouco depois, em 3 de Setembro de 1856, substituiu o falecido Marquês de Paraná na Presidência do Conselho de Ministros.

Durante sua gestão, nada menos do que 30 leis e decretos foram publicados – o que era um grande número para a época – harmonizando os mais variados assuntos e acelerando a modernização do Império. Dentre eles citam-se:

- criação da Província do Paraná;
- instrução dos pedidos de graça dos condenados à morte;
- emancipação dos escravos africanos em determinadas condições;
- reforma de diversas Secretarias de Estado;
- fundação de um instituto para cegos e de faculdades teológicas;
- reforma do ensino primário e secundário no município da Corte;
- novos estatutos para os cursos jurídicos;
- novos estatutos para as Faculdades de Medicina;
- modificação do contrato entre o governo imperial e a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas;
- aprovação do regimento de custas judiciárias;
- aprovação dos estatutos da Estrada de Ferro D. Pedro II;
- desapropriação, para a construção de obras e serviços, das



estradas de ferro;

- promulgação dos acordos entre Brasil e Portugal, para reprimir o crime de moeda falsa;

- criação de um Conselho Naval;

- regulamentação da Casa de Detenção da Corte;

- promulgação do tratado de amizade, comércio e navegação com a Confederação Argentina;

- promulgação de tratado semelhante com a República do Paraguai;

- criação de dois cargos de promotores públicos na Corte, assim como o de três delegados de polícia;

- elaboração e aprovação do regulamento para a repartição do ajudante-general do Exército;

- criação de diversos cargos de subdelegados para distritos de paz;

- instituição de novo regulamento para o Corpo de Saúde do Exército;

- modificação das tarifas da alfândega;

- aprovação do contrato para o serviço de esgoto no Rio de Janeiro;

- instituição de fiscalização de segurança e polícia das estradas de ferro.

Mais tarde, em 1861, Caxias voltaria à Presidência do Conselho de Ministros. No seu discurso de posse perante o Senado deixou claro que: “Os princípios do Gabinete estão bem indicados pelos precedentes das pessoas que dele fazem parte. Os meus colegas e eu somos conhecidos; por isso penso que me possa dispensar de dizer qual o sentido em que dirigimos

os negócios da governança. Entendo que presentemente o País quer, sobretudo, a rigorosa observância da Constituição e das leis e a mais segura e discreta economia dos dinheiros públicos, atentas as circunstâncias do nosso atual estado financeiro. Os atos, senhores, devem valer mais do que as palavras, e peço a todos que nos julguem por nossos atos.”

Mais tarde, em 25 de Junho de 1875, pela primeira vez o Duque de Caxias assumiria a Presidência do Conselho. Na ocasião, ao recebê-lo atendendo à convocação que fizera, Dom Pedro II pediu-lhe que formasse o novo governo, e disse-lhe, abraçando-o: “Se você não aceitar, abdicó e vou embora!”.

Envelhecido e doente, esse inabalável servidor da Pátria e do regime aceitou, e fez o melhor que pode, considerada sua situação pessoal. Vale lembrar sua fala na apresentação do Gabinete ao Parlamento: “Sr. Presidente. Chamado ao Paço de São Cristóvão no dia 23 do corrente, fui incumbido por S. M. o Imperador de organizar o novo Gabinete. Não foi sem hesitar muito que pude resolver-me a aceitar tão árdua tarefa: porém, a minha dedicação à causa pública e ao Chefe do Estado não me permitiram recusa. Aceitei, pois, a honrosa comissão e organizei o Ministério com os cavalheiros que se acham presentes.

Tenho a acrescentar agora o que o Ministério tenciona fazer. O nosso programa é o seguinte: Manter a paz externa, sem quebra da dignidade e



direitos do Império: seremos moderados e justos, observando religiosamente as leis e resolvendo as questões internas com ânimo desprevenido.

Continuaremos a desenvolver a educação e o ensino popular, e procuraremos obter as providências que podem caber ao tempo da presente sessão legislativa. Entre elas mencionarei o orçamento, os auxílios à lavoura e a reforma eleitoral. E por último declararei que, se este Ministério tiver a honra de presidir às próximas eleições gerais, fará quanto couber na sua legítima ação para que a liberdade do voto seja sinceramente mantida. É este o pensamento com que aceitamos o poder nas atuais circunstâncias.”

Basta um ligeiro relance nas palavras de Caxias, tanto na apresentação do Gabinete de 1861 como na do de 1875, para perceber sua clarividência quanto aos assuntos governamentais, sua largueza de vista sobre a causa pública e seu desinteresse por benesses pessoais. Afinal, quem era o que ele era, e havia chegado onde chegara, não poderia dar importância a coisa alguma senão ao interesse do País.

Durante esse governo iniciado em 1875, nada menos do que 90 leis e decretos foram postos em vigor, cuidando da atualização permanente do Estado brasileiro e da vida de uma sociedade em desenvolvimento. Dentre os assuntos objeto desse monumental trabalho, destacam-se: providências sobre processo e julgamento de crimes

contra o Brasil e os brasileiros cometidos em país estrangeiro; fixação de teto máximo a ser despendido pelo governo com desapropriações e obras destinadas ao abastecimento de água à capital do Império; regulamentação da contagem de tempo em serviço em campanha para efeitos de reforma; autorização para o governo suprimir os tribunais e conservatorias de comércio, organizar juntas e inspetorias comerciais; reformulação da legislação eleitoral; autorização para o governo regular o direito de os fabricantes e negociantes marcarem os produtos de sua atividade; garantia de juros e amortização hipotecária para as empresas que se propusessem a estabelecer engenhos de cana de açúcar; autorização de funcionamento à companhia The West India and Panama Telegraph; concessão de anistia aos bispos das dioceses de Olinda e do Pará, estabelecendo perpétuo silêncio sobre os processos em que estavam envolvidos; promulgação da convenção postal entre o Brasil e a Inglaterra; criação da Escola de Minas na Província de Minas Gerais, dando-lhe o respectivo regulamento; promulgação do acordo entre Brasil e Peru relativo à cessão recíproca de territórios; arrecadação de impostos da alfândega; julgamento dos agravos e cartas testamentárias perante os tribunais; celebração do contrato para o serviço dos esgotos nos bairros de Botafogo, Laranjeiras, Engenho Velho e São Cristóvão, no Rio de Janeiro; criação da repartição dos faróis marítimos e respectivo regulamento;



criação da repartição hidrográfica e respectivo regulamento; reorganização do Museu Nacional; organização da Inspetoria-Geral de Terras e Colonização; modificação dos regulamentos do Imperial Colégio D. Pedro II; fixação da cotação oficial de fundos públicos, ações de companhias, metais preciosos, assim como verificação do curso de câmbios e descontos; construção de um túnel submarino ligando a Corte à cidade de Niterói; reorganização da Biblioteca Nacional; determinação do valor, peso, título e módulo das moedas de ouro e de prata; criação de mais sete escolas públicas de instrução primária na Corte; reorganização do Arquivo Público do Império; determinação de registro oficial das sentenças proferidas pelos tribunais; promulgação da convenção sobre atribuições consulares entre Brasil e Portugal; promulgação da convenção entre Brasil e França, para proteção das marcas de fábrica e comércio; elaboração e aprovação do regulamento para direção e administração da Estrada de Ferro D. Pedro II; fixação do número de eleitores das paróquias do Império; reorganização das alfândegas e mesas de rendas; criação de uma comissão para organizar o vocabulário técnico de engenharia; criação de mais 10 escolas públicas de instrução primária na Corte; promulgação da convenção entre Brasil e Bélgica para proteção de marcas de fábrica e comércio; elaboração e aprovação do regulamento para a disciplina e serviço interno dos corpos arregimentados do Exército em quartéis

fixos; providências tendentes à melhoria do serviço sanitário em diversos portos e cidades marítimas do Império; criação de duas escolas normais primárias na Corte; regulamentação das atribuições administrativas conferidas aos juizes de Direito; reformulação do corpo de maquinistas da Armada; serviço sanitário em geral; criação do Colégio Naval; estabelecimento de teto para os socorros do governo às províncias flageladas pela seca ou inundação; autorização para o governo despendere até 2.000.000\$000 para o instituto de surdos-mudos; promulgação de convênio entre Brasil e Alemanha para proteção das marcas de fábrica e comércio; reorganização da Escola de Maquinistas da Armada; regulamentação da instalação de comarcas; adesão do Brasil ao tratado de Berna, Suíça, sobre a união geral dos correios; promulgação da convenção consular entre Brasil e Itália; promulgação da convenção entre Brasil e Itália para proteção das marcas de fábrica e comércio; promulgação dos atos diplomáticos relativos à adesão do Brasil à convenção internacional telegráfica de São Petersburgo, 1875; promulgação da convenção postal entre Brasil e Chile e celebração do contrato para navegação entre Rio de Janeiro e Nova Iorque.

Não foi pouco – ao contrário – o resultado do governo de Caxias, de 1875, em tão pequeno tempo de vigência. Apesar disso, no entanto, ao regressar do exterior o Imperador abruptamente demitiu o Gabinete,



nomeando outro; pior; fê-lo sem qualquer consulta ao velho e impoluto marechal.

A demissão, e a forma como foi feita, causaram grande mágoa ao glorioso comandante militar, pacificador da nacionalidade e servidor fiel do regime, que a propósito queixou-se à filha, em dolorosa carta, pelo insólito tratamento que lhe foi dispensado.

É de ser lembrado: as eleições ocorriam no Império a cada dois anos, se não houvesse convocação antecipada; por isso, à exceção do presidido pelo Visconde do Rio de Janeiro, que durou quatro anos, todos os demais tiveram duração em torno de dois anos.

Em princípio, isso seria explicável pela alternância dos partidos em razão dos resultados eleitorais, mas nem sempre essa alternância ocorreu: em algumas ocasiões, o partido no poder levou a melhor nos pleitos para o Legislativo. De outro lado, também é possível explicar a substituição do Gabinete – quando o partido no poder vence as eleições – como uma forma de corrigir fraudes e violências eleitorais; por isso, inclusive, inúmeros historiadores elogiam o comportamento de Dom Pedro II nesse campo.

Entretanto, há os não menos autorizados que criticam o Imperador por esse comportamento político, vislumbrando um receio de que os Gabinetes tivessem maior duração, mormente quando presididos por pessoas notáveis e capazes, e pudessem empanar o poder e o brilho

imperiais; os que assim analisam os fatos, arriscam-se a afirmar que esse foi o caso da demissão do Gabinete Caxias de 1875. É de se lembrar, porém, que o Duque estava cansado e depauperado, doente, sem condições para continuar empreendendo obra hercúlea.

De qualquer modo, não será temerário dizer que um homem como Caxias fez falta ao País ao longo de todo o nosso período republicano. Existisse alguém como ele, por exemplo, na atualidade, não teria havido motivos para o escândalo dos “anões do Orçamento” nem das atuais CPIs que se processam no Congresso: sua força moral teria impedido que a política entrasse para os desvãos da imoralidade e da ilegalidade.

Tendo Caxias como parâmetro, arriscamo-nos a refletir sobre as palavras do poeta:

“... E foi esse passado perturbante,  
Foi a tristeza que encontrei aqui,  
E esta sombra que desce,  
dominante,

Dos cimos negros do Itacolomy,  
Que me mostraram, vivos e  
serenos,

Esses vultos homéricos de  
outrora,

Para ensinar-me como são  
pequenos

Os grandes homens do Brasil de  
agora!...”

# A BATALHA NAVAL DO RIACHUELO: UMA VISÃO MICRO-HISTÓRICA

**Francisco Eduardo Alves de Almeida (\*)**

Comemoramos no dia 11 de Junho os 140 anos de um acontecimento notável da História do Brasil: a Batalha Naval do Riachuelo. No bojo da comemoração, fui convidado para proferir uma palestra sobre esse evento marcante para a Marinha do Brasil nesse importante Instituto, guardião de nossa História Militar.

Nada mais honroso para o Diretor do Serviço de Documentação da Marinha. O Serviço de Documentação da Marinha, subordinado à Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural é o órgão responsável pela pesquisa, disseminação e publicação de nossa História Marítima, assim como pela manutenção de rica iconografia, pela Biblioteca da Marinha, com mais de 120 mil títulos, pelo Arquivo da Marinha, com milhões de documentos que compõem a sua trajetória a partir da criação de nossa Força Naval, e pelo Museu, localizado à Rua Dom Manuel, no centro da cidade do Rio de Janeiro, que apresenta exposições permanentes e transitórias de cunho histórico-cultural ligadas ao mar. Para um aprendiz de Clio como eu, não haveria comissão mais honrosa e relevante que ser Diretor desse Serviço.

Dessa maneira, senti-me não só

(\*) O autor é Capitão-de-Mar-e-Guerra e Sócio Titular do IGHMB

honrado como também feliz em poder discutir alguns aspectos desse acontecimento em nossa História, que foi a batalha naval mais importante em que a Marinha Imperial se viu envolvida, naquela manhã de 11 de Junho de 1865.

Gostaria inicialmente de fazer algumas considerações sobre o estatuto da própria História Naval e de seu campo de atuação, tentando enquadrar não só o evento militar ocorrido no passado, a Batalha Naval, em uma dimensão histórica, a História Política, assim como dentro de uma abordagem específica em relação ao campo de observação que escolhi, a chamada Micro-História.

O renomado professor de História Marítima do Naval War College dos Estados Unidos da América, doutor John Hattendorf, afirmou alguns anos atrás que “a História Naval está desencontrada, seu efeito é esporádico, inconsistente e ocasionalmente contraditório”. Considerando que nos Estados Unidos encontram-se talvez os maiores centros de estudos históricos do hemisfério ocidental, essa afirmativa chega a ser provocativa. Como está a História Naval hoje em dia posicionada em relação aos estudos históricos contemporâneos no mundo e no Brasil? Essa é a questão a ser discutida.

Antes de qualquer análise mais aprofundada devemos incursionar no campo da Teoria da História para



podermos homogeneizar o nosso pensamento. Inicialmente devemos distinguir a História Marítima da História Naval. Embora possam figurar no mesmo campo de atividades, elas não são coincidentes.

A primeira investiga particularmente os campos ligados à ciência, tecnologia, cartografia, a indústria, a economia, o comércio, a política marítima, as relações internacionais envolvendo o mar, o desenvolvimento organizacional e institucional marítimo, as comunicações, a migração conectada com o mar, o estudo das leis marítimas, os assuntos sociais ligados ao mar, a liderança política com foco no campo marítimo, a ética marítima, a arte ligada ao mar e a literatura naval. Observamos que o campo de atuação da História Marítima é enorme e multifacetado<sup>1</sup>.

Como exemplos de História Marítima podemos apontar a História da Construção Naval, ou quem sabe a História da Navegação. Outros sub-produtos interessantes podem ser a História da Cartografia Marítima ou a História da Literatura Naval. A História Naval é a História Marítima ligada ao campo militar.<sup>2</sup>

John Hattendorf classifica a História Naval como sendo a História que envolve especificamente o estudo e análise dos modos como os governos organizam e empregam a força no mar para atingir seus objetivos nacionais.<sup>3</sup>

Um dos grandes historiadores navais do século XX, o almirante britânico Sir Herbert William

Richmond, personalidade fascinante que tem atraído minha atenção, pesquisa e estuda nos dois últimos anos, assim descreveu em 1939 o que interessaria à História Naval. Disse ele: “A História Naval inclui os ‘porquês’ da estratégia em todas as suas fases, da esfera política até a tática de esquadras e esquadrões. Inclui também os ‘como’ e não menos importantes os ‘porquês’ dos sucessos e fracassos. Ela abarca todos os elementos da diplomacia: o relacionamento da economia e o comércio, das leis internacionais e neutralidade, de posicionamentos em combate, dos princípios e da administração da conduta da guerra, da natureza das armas e da questão das personalidades envolvidas nas decisões.”<sup>4</sup>

Assim os historiadores navais se debruçam sobre a condução da manobra de crise e da guerra no mar. Seus instrumentos de trabalho, os documentos, os indícios, a oralidade, as memórias, as cartas, enfim, toda a sorte de fontes chamadas primárias, não excluindo as secundárias com novas interpretações.

Dessa forma, a História Naval então está inserida na História Marítima. Por sua vez, inclui-se também na História Militar, dentro da dimensão História Política. Isso não significa dizer que a História Naval por si só tenha independência temática. Longe disso. Sua intercessão com outras dimensões é mais que evidente.

Quando Alfred Thayer Mahan escreveu a biografia de Lord Nelson

em 1897 ele não estava escrevendo apenas História Naval, mas também História Social, com grandes pitadas de Psico-História, ao se debruçar no nem sempre tranqüilo relacionamento do herói britânico com Lady Hamilton.

Outro exemplo notável da imbricação História Naval com outros campos históricos foi o caso do anteriormente citado Sir Herbert Richmond ao escrever em 1920 o melhor livro em minha opinião sobre a Guerra de Sucessão da Áustria no mar, **The navy in the War of 1739-1748**, em três volumes. Richmond analisa o aspecto psicológico das decisões tomadas por Anson, Byng, Knowles e outros almirantes envolvidos na guerra. Ele construiu não só História Política Naval, mas também Psico--História e História Antropológica.

O renomado professor britânico de Teoria e Metodologia da História, Keith Jenkins, atualmente lecionando na University College Chichester, escreveu que a História é um discurso em constante transformação, construído pelos historiadores e que da existência do passado não se deduz uma interpretação única.<sup>5</sup> Mude-se o olhar, desloque-se a perspectiva e logo surgirão novas interpretações. Aí está a beleza de se construir o discurso historiográfico. É efetivamente uma disciplina fascinante.

De acordo com o professor doutor José D'Assunção Barros, o campo de observação do agente histórico, dentro do aspecto abordagem, pode também comportar a História Imediata, a História Local,

a Regional, a História Quantitativa, a Biografia Histórica e, por fim, a Micro-História.<sup>6</sup>

A Micro-História, por exemplo, abordagem por mim escolhida para descrever a Batalha Naval do Riachuelo, é um método que se utiliza da redução na escala de observação do historiador com o intuito de perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos. O que pretendo discorrer é a trajetória de determinados atores dentro do embate naval, suas percepções, anseios, temores e comportamentos. Não pretendo biografar nenhum personagem durante a batalha, mas sim perceber suas reações em um momento de grande tensão psicológica.

O que quero transmitir aos senhores com essa minha conferência é uma visão particular de alguns combatentes envolvidos na ação naval sob a lente de um microscópio e não de um telescópio. Estarei fugindo da grande narrativa épica da batalha? Certamente.

Alguns grandes historiadores navais do passado não muito distante já tiveram a coragem, clareza e o tirocínio de focar a Batalha Naval do Riachuelo sob o ponto de vista estratégico. Cito o decano dos historiadores navais brasileiros o Almirante Hélio Leôncio Martins, orgulho de nossa História Naval e de nossa Marinha. A ele quero particularmente prestar uma homenagem especial. Sua personalidade cativante e jovial, aliada à sua fina erudição, nos brinda com uma excelente História



Naval. Ao mestre de todos nós, Almirante Leôncio, orgulho de nossa Marinha, rendo minha modesta homenagem. Ao senhor, nós historiadores navais muito devemos.

Outro historiador que discutiu essa batalha em detalhes foi meu ex-professor de História na Escola Naval, comte. Doutor Antonio Luiz Porto e Albuquerque, exemplo de dedicação ao magistério e incentivador para que eu prosseguisse nos estudos históricos universitários.

Por fim, devemos um tributo a outro historiador especialista em Riachuelo, talvez o maior conhecedor dos aspectos táticos da batalha, o Almirante Armando de Senna Bittencourt, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dessa casa, e atual Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, que analisou detalhadamente os diversos enfoques desse memorável combate naval. A ele agradeço não só os ensinamentos a mim transmitidos, mas também a permissão de utilizar suas bem formuladas gravuras da batalha que em breve apresentarei. Enfim, grandes historiadores navais que modestamente reverencio.

Minha abordagem, assim, deverá necessariamente contemplar aspectos pouco discutidos na batalha. A abordagem micro-histórica veio, dessa forma, a ser a minha escolha natural. Mergulhemos então na História vista de baixo, que não é bem uma especialidade da História, mas sim uma atitude ao examiná-la.

Começamos então a viajar no

tempo naquela manhã de domingo às 08h30 do dia 11 de junho de 1865, nas águas do Rio Paraná.

O comandante da canhoneira Araguari, Primeiro-Tenente da Armada Imperial Antônio Luiz Von Hoonholtz, descreveu de maneira simples o início daquele dia que ficaria gravado para sempre em sua mente. Disse ele: “O dia 11 de junho, que era domingo da Trindade, amanheceu fresco, sereno e iluminado por um sol brilhante a resplandecer num céu sem nuvens. Como de costume, terminada a baldeação, preparava-se o navio para a mostra geral que eu devia passar depois do almoço da guarnição. Por minha parte, tomado o banho frio da manhã e depois de feita a *toilette* domingueira, saboreava eu na câmara a canequinha de café, quando súbito o Guarda-Marinha Rodrigo de Lamare, que estava de quarto, gritou-me abrindo a gaiúta: “Comandante, o navio da vanguarda faz sinal de inimigo à vista!” “Mande tocar a postos”, respondi. Engolindo o último trago de meu café galguei a escada e em dois tempos atravessei a tolda e trepei ao passadiço, meu posto de comando.”<sup>7</sup>

A surpresa de Von Hoonholtz com a chegada da esquadra inimiga se contrastou com a certeza paraguaia de que a vitória estava ao alcance das suas mãos. Como sabemos, os navios brasileiros estavam fundeados, naquela manhã, com algumas praças ainda em terra recolhendo lenha para as fomalhas a vapor. Os paraguaios, ao contrário, sabiam exatamente o que iriam fazer. O plano original era chegar ao romper

da madrugada na boca do Riachuelo e abordar os barcos brasileiros que se encontravam fundeados.

O plano paraguaio era descer o rio, junto ao canal leste à noite, às escuras, depois de ultrapassar a esquadra brasileira guinar e tentar uma abordagem no qual estaria envolvido o 6º Batalhão de Infantaria de Marinha, famoso pelas operações anteriores no Mato Grosso. Um atraso na saída do esquadrão paraguaio postergou a chegada ao local aprazado e a surpresa foi perdida.

O vice-chefe do esquadrão paraguaio, Capitão de Corveta Remigio Cabral, também comandante de uma canhoneira comprada por Lopez na Inglaterra, a Tacuary, assim descreveu aqueles momentos iniciais do confronto a um interlocutor chamado Gregorio Benitez, depois da batalha: “O senhor se lembrará da hora avançada em que zarpamos do porto de Humaitá para esse destino. Esse era o motivo por que não pudemos alcançar o ancoradouro da esquadra inimiga ao romper do dia, como havia sido projetado, pois assim é que ao sairmos da cancha em frente a Corrientes, já avistamos os inimigos. Ao nos aproximarmos, alguns deles já estavam largando as amarras e provavelmente já com os canhões apontados, por ser muito conhecido o canal por onde íamos passar. Assim que passamos em frente a linha que estava à esquerda, já sofremos algumas avarias, resultado do canhoneio que faziam sobre nós. O plano de combate era passar por baixo, voltar rio acima

e atacá-la, já tarde para essa operação. Imediatamente se pôs em ação o inimigo, dirigindo-se a nós, então tomamos a enseada do Riachuelo, formando meia lua, como já não havia lugar para outra operação.”<sup>8</sup>

Sabemos que a esquadrilha paraguaia ultrapassou a brasileira e foi fundear próximo a suas baterias rio abaixo. Nesse local encontravam-se 22 peças de artilharia sob o comando do Coronel Bruguez, além de 2000 soldados prontos para a ação. O comodoro Mezza, comandante do esquadrão paraguaio, com essa ultrapassagem tentou atrair o grupo brasileiro para a enseada de Riachuelo, onde estaria sob a mira dos canhões de Bruguez.

Em seguida, a esquadra brasileira suspende e persegue o inimigo até o Riachuelo, com os navios na seguinte seqüência: Belmonte, Jequitinhonha, Amazonas (onde se localizava o Chefe de Divisão Barroso), Beberibe, Iguatemy, Mearim, Araguay, Ypiranga e, por fim, a Parnayba.

Logo após, Barroso guina francamente para bombordo, desarticulando toda a formatura em coluna. Erro perigoso que quase leva ao desastre. A canhoneira Belmonte segue sozinha, sem se aperceber da guinada do capitânia, passa em frente dos navios inimigos e das baterias paraguaias, sofrendo 37 impactos no costado e na linha d'água, tendo o comandante como única alternativa o encalhe na ilha Cabral, abaixo de



Riachuelo.

O comandante interino do navio, Primeiro-Tenente Joaquim Francisco de Abreu, assim descreveu toda a cena em que a Belmonte sofreu duramente nessa primeira parte da refrega: “Só sinto que não pude fazer o que desejava, por que depois de ter passado toda a linha inimiga e quando voltava, procurando aproximar-me do navio chefe que me parecia abordado por um navio inimigo, declarou-se fogo na coberta, produzido por uma bomba inimiga, e pouco depois deram-me parte que havia muita água no porão; assim, vi-me obrigado a tocar atrás, e como a água aumentasse extraordinariamente a ponto de estar já dois pés acima do assoalho da coberta, encalhei o navio, como único meio de salvá-lo, e imediatamente tratei de tapar os rombos, o que ainda não consegui. O navio teve as seguintes avarias: 22 rombos no costado de DD e 15 no de DE, tudo acima da linha de flutuação, abaixo, não sei ainda, porém, devem ser bastantes, pois que todas as bombas de bordo e baldes não dão vazão à água do porão, que já estava apenas dois pés abaixo da tolda; perdeu-se dois escaleres grandes, o terceiro arrombado e o único estanque estragado; perderam-se também dois turcos dos escaleres. Durante o combate tivemos 9 mortos, 7 feridos gravemente e 15 levemente e alguns contusos.”<sup>9</sup>

Por que, afinal de contas, Barroso guinou para BB sem avisar à força naval que o acompanhava? O Alte. Hernani

Goulart Fortuna acredita que o propósito do chefe naval era cortar a retirada pelo norte do esquadrão adversário.<sup>10</sup> Pode ser, embora improvável. No entanto, logo após ele percebeu a gravidade da situação tática em que colocou os navios brasileiros, desfazendo imediatamente a manobra e retomando a coluna. O certo é que a confusão já estava formada.

A corveta Jequitinhonha, imediatamente à frente da Amazonas, guina para BB e depois para BE, indo encalhar perigosamente no banco Bergantim, a cerca de 2 milhas das posições inimigas. O comandante do navio, Capitão-Tenente Joaquim José Pinto, assim descreveu as cenas que se desenrolaram com o seu navio: “O navio chefe fez para a Jequitinhonha sinal de bater o inimigo o mais próximo possível; indo-se executar essa ordem, teve-se de virar águas abaixo; nessa manobra encalhou a Jequitinhonha no banco de areia que divide os dois canais estreitos em frente à bateria de terra do inimigo, e por mais esforços que se fizeram não foi possível safá-lo. Fez-se sinal de estarmos encalhados. Começou, então, sobre nós, um fogo vivíssimo de terra e dos navios inimigos, dos quais três separando-se da linha subiram e nos cercaram, tentando por vezes abordar-nos; porém, foram repelidos e fugiram rio acima, perseguidos pelo vapor Beberibe e outros da nossa esquadra que apareceram. Na terrível posição em que nos achávamos, sustentamos à força toda a bateria de terra que cessou de hostilizar--nos ao

escurecer.”<sup>11</sup>

Nessa oportunidade, a Jequitinhonha perdeu em combate 1 oficial e 7 praças, inclusive o prático do rio, enquanto contabilizava 5 oficiais feridos, aí incluído o Comandante da 3a Divisão, Capitão-de-mar-e-guerra José Segundino Gomensoro, e 12 praças. No decorrer da ação foram perdidos mais 10 homens, com 15 feridos, perfazendo um total de 18 mortos e 32 feridos em ação.

Com um navio encalhado, a Jequitinhonha e outro prestes a seguir o mesmo destino, a Belmonte, a fragata Amazonas investiu o Passo Riachuelo já às 11h45, abrindo vivo fogo contra o inimigo. É seguido pela Beberibe, segundo navio da coluna. Atrás vinham a Mearim, Araguari, Iguatemi e a Ypiranga. A Parnaíba correu em socorro da Jequitinhonha, já imobilizada pelo banco de areia.

O então oficial subalterno paraguaio de 25 anos de idade, Juan Crisóstomo Centurión, depois elevado a Capitão Secretário de Solano Lopez, posicionado na margem do Riachuelo, em uma das peças de artilharia de Bruguez, assim percebeu esse ponto do combate: “A Jequitinhonha e a Parnaíba foram as últimas que se posicionaram acima de nossa posição, e como pareciam vacilar em avançar, a esquadra paraguaia se pôs a caminho para interceptar-lhes a derrota e apoderar-se delas. A primeira, quando se apercebeu dessa manobra, ficou aturdida pelo vivo fogo que a bateria

de Bruguez lhe oferecia, variando de rumo e saindo fora do canal, indo encalhar próximo da barranca esquerda do rio, em frente de onde me encontrava. Ali ela foi alvo do fogo de nossa infantaria posicionada próximo. Observando que as balas de fuzil pouco afetavam esse navio inimigo, indiquei ao sargento Julian Godoy a conveniência de trazer duas peças de artilharia para hostilizar com mais eficácia a Jequitinhonha, que não cessava de atirar contra nós no meio dos mais entusiasmados vivas ao Imperador e ao Brasil até à noite. A tripulação desse navio se portou heroicamente, lutando como bravos até altas horas.”<sup>12</sup>

Enquanto a Jequitinhonha era hostilizada pela artilharia de Bruguez, a Parnaíba era abordada por três navios paraguaios. O Taquari por bombordo, o Salto Oriental a boreste, o Marquês de Olinda pela popa e o Paraguari, que vinha cortando a sua proa.

O combate a bordo da Parnaíba foi extremamente violento. O comandante desse navio, Capitão-Tenente Aurélio Garcindo Femandes de Sá, prestou o seguinte depoimento com respeito à abordagem realizada pelos vapores paraguaios: “O inimigo, percebendo que este último [Jequitinhonha] havia encalhado, atacou a nossa linha, cortando-a na altura da Parnaíba. Avançaram sobre nós três vapores paraguaios, que mais tarde reconheci serem o Taquari, Paraguari e Salto. Sendo inevitável a abordagem, ordenei que funcionasse



a máquina com toda a pressão do vapor e dirigi-me sobre a Paraguari, tendo a felicidade de metê-la a pique. O Taquari abordou-nos pelo lado de bombordo e o Salto por estibordo. Apenas guarnecido o segundo rodízio de bombordo, que disparou dois tiros de metralha, toda a guarnição defendeu a abordagem, inclusive as primeira e sexta companhias do Nono Batalhão de Infantaria destacadas a bordo desta corveta sob as ordens do seu distinto comandante, o Tenente-Coronel José da Silva Guimarães. Nessa luta heróica, em que cada oficial, marinheiro e soldado cumpriu com o dever de verdadeiro brasileiro, muitas vidas preciosas foram sacrificadas no altar da pátria.”<sup>13</sup>

O combate no convés da Parnaíba tem sido descrito pelos historiadores brasileiros como um dos mais sangrentos da Batalha Naval do Riachuelo. Tanto o capitão Pedro Afonso Ferreira como o Tenente Feliciano Inácio Andrade Maia, do Exército, bateram-se com valentia e foram mortos no combate corpo-a-corpo. O Guarda-Marinha Greenhalgh e o Imperial Marinheiro foram outros dois combatentes mortos a bordo da Parnaíba.

Nesse momento do combate tínhamos três navios imobilizados, sendo dois encalhados e a Parnaíba lutando contra três navios inimigos. Os paraguaios, por outro lado, estavam em melhor situação que nós. Eles haviam perdido uma chata artilhada e o Jejuy e o Paraguari

estavam avariados. Bruguez continuava atirando contra nossos navios e tudo se encaminhava para um sucesso do inimigo.

Femandes de Sã continuou seu relato apaixonado: “Sendo a luta desesperada e cada vez mais crítica nossa situação, por haver-nos abordado pela popa o Marquês de Olinda e durando talvez já uma hora o combate de mosqueteria e ferro frio, fizemos todos um esforço supremo de patriotismo, aplaudindo com entusiasmo a ordem transmitida pelo Oficial Imediato, o Primeiro-Tenente Felipe Firmino Rodrigues Chaves, de combinação comigo, para que se lançasse fogo ao paiol da pólvora, ordem essa que ia ser imediatamente executada pelo corajoso escrivão de 2ª classe José Correa da Silva, quando felizmente ouviram-se gritos de Viva a nação brasileira, ao Imperador, ao Almirante Tamandaré, ao Chefe Barroso e à guarnição da Parnaíba.”<sup>14</sup>

Centurión acompanhava da margem os combates tanto na Jequitinhonha como no convés da Parnaíba. Esse oficial paraguaio, ao contrário dos nossos historiadores navais, considerou que os combatentes da Jequitinhonha tiveram desempenho mais ousado que os da Parnaíba. Sobre a abordagem do último por três navios paraguaios, ele assim se referiu: “A segunda [Parnaíba], sob pena de ter a mesma sorte que a primeira [Jequitinhonha], se viu obrigada a correr o perigo de seguir o exemplo de suas outras companheiras que haviam

passado o estreito passo indo situar-se a grande distância da ilha e da bateria de Bruguez... O Taquari conseguiu atracar no costado da Parnaíba, no entanto, só dois homens que se encontravam sobre a roda conseguiram saltar a bordo, sem que os outros pudessem seguir seus exemplos... Acharam prudente voltar a seu próprio navio, havendo aproveitado os minutos que estiveram no passadiço do inimigo para ferir alguns brasileiros. O Salto, que era à hélice, não teve o mesmo inconveniente que o Taquari e por essa razão facilmente conseguiu emparelhar com a Parnaíba... Trinta e tantos paraguaios do batalhão seis saltaram para bordo, fazendo estragos entre os brasileiros que, aterrorizados, alguns se lançaram ao rio e outros correram para ocultarem-se cobertas abaixo.”<sup>15</sup>

Pode-se perceber claramente que a visão de Centurión desse combate foi totalmente diferente da percepção de Fernandes de Sá. Para Centurión, nós recuamos à primeira abordagem. Observemos a conclusão do seu depoimento sobre o desfecho dessa ação. “Donos os paraguaios da Parnaíba, no mastro da bandeira de popa arriaram a bandeira imperial e içaram em seu lugar a tricolor paraguaia, em meio aos mais estridentes aplausos dos ali presentes, dos demais navios e dos que se encontravam na barranca... A Amazonas e outro vapor que se encontravam mais abaixo recobriram a coragem e vieram auxiliar sua companheira que se encontrava em situação bastante difícil. Assim que

chegaram, fizeram fogo sobre a Parnaíba, matando a maior parte dos paraguaios que estavam a bordo. Então, os brasileiros que se haviam ocultado, vendo que o número de paraguaios havia diminuído consideravelmente, contra-atacaram, matando alguns e o resto conseguiu fugir a nado. Os paraguaios fizeram prodígios de valor nessa ocasião, infundindo a desmoralização e o pânico entre seus inimigos, que eram oito vezes superiores em número.”<sup>16</sup>

O comandante da Parnaíba, ao contrário, em seu depoimento descreve a ação subsequente. Disse ele que: “Eram vozes de nossos marinheiros e soldados acometendo resolutamente os paraguaios que se escapavam por terem percebido que a Amazonas e a Belmonte vinham em nosso auxílio e também a Mearim. Grande foi a desordem do inimigo. Os 30 cadáveres deixados em nossa coberta, inclusive o do atrevido oficial que profanou a nossa bandeira, atestam bastantemente o revés sofrido por eles, devendo aqui adicionar que todos os outros paraguaios que então se achavam a bordo precipitaram-se no rio e ganharam a margem do Chaco.”<sup>17</sup>

A mesma ação com duas visões distintas. Esse é um exemplo da beleza que é a História. Compete ao historiador profissional confrontar as fontes e por meio das técnicas de crítica histórica interpretar aquilo que lhe parece mais verossímil, procurando a verdade. Sinto dizer que a própria palavra “verdade” me



traz algum desconforto. Afinal, estaria Fernandes de Sá inventando todo aquele heroísmo brasileiro na ação? Ou estaria Centurion fazendo o mesmo, enaltecendo o combatente paraguaio? Afinal, são dois relatos distintos da mesma ação. A verdade sempre foi perseguida pelo historiador e assim deve ser. A reinterpretação dos fatos históricos é que faz o profissional de Clio cada vez mais se apaixonar pelo seu ofício.

Não devo aqui procurar desvendar o que acontece, embora tudo indique que o relato paraguaio possivelmente esteja com a razão, pois o prático da Parnaíba, capitão Antonio Valentino, assim se pronunciou sobre a fuga de brasileiros cobertas abaixo. Disse ele: “O comandante ferido se retirou à Praça d’Armas e o Imediato ordenou à tropa que fosse para a proa para defender o navio da abordagem. Esta movimentação deixou desguamecida a corveta desde o mastro da mezena até a popa e então nos abordaram os outros vapores. Os paraguaios saltavam furiosos, com machetes enormes que cortavam pelo ar e destroçando as redes de abordagem, invadindo a cobertura. Os marinheiros e tropa lutaram sozinhos, pois ao retirar-se o comandante à Praça d’Armas o seguiram todos os oficiais. Eu abandonei a roda do leme e corri para a proa, encontrando hermeticamente fechadas todas as escotilhas, exceto a entrada da escada da Praça d’Armas. Os paraguaios se dirigiram para ela me ameaçando já com seus sabres, assim é que me joguei para dentro fechando a porta. Desta maneira

ficamos todos em baixo e os paraguaios lutando e liquidando os brasileiros que tinham ficado na cobertura, sem poder ir para o interior do navio.”<sup>18</sup>

Com esse relato, parece que Centurion estava correto ao observar o recuo dos brasileiros para o interior do navio. Não importa. O certo é que o confronto de relatos faz parte do trabalho do historiador. O que gostaria de apontar é que a Micro-História, com seus relatos de pessoas comuns, algumas delas pequenas no contexto histórico analisado, pode ser uma auxiliar eficiente para se compreender os grandes fenômenos, ou mesmo micro-universos que envolvem os protagonistas.

O que se sabe é que a Parnaíba perdeu o maior número de combatentes na batalha. Foram mortos 33 homens e 28 ficaram feridos, além de 14 extraviados caídos no rio e nunca encontrados, o maior número de baixas entre os navios imperiais. Voltemos à ação.

Como se encontrava o restante da esquadra brasileira naquela altura da batalha?

A Amazonas, seguida da Beberibe, Mearim, Araguay, Iguatemy e, por fim, da Ypiranga, manobrava abaixo da Ponta de Santa Catarina, único local do rio que oferecia largura suficiente para uma guinada franca pela esquerda (bombordo) e uma profundidade condizente com o maior calado da formatura, a da Amazonas, de cerca de 14 pés.

No lado paraguaio, com

exceção do Paraguari, avariada pela Parnaíba e do Jejuy encalhada na Ponta Santa Catarina, o restante dos navios ainda mantinha um poder combatente suficientemente forte para vencer o embate.

Ao fim da guinada, o Chefe de Divisão Barroso investe em coluna rio acima para auxiliar a Parnaíba e atacar os primeiros navios paraguaios a partir de Santa Catarina.

O Primeiro-Tenente Antônio Luiz Von Hoonholtz, comandante da canhoneira Araguari, em carta pessoal ao seu irmão Frederico, 11 dias após o combate, assim se referiu à investida de Barroso após a curva para a esquerda: “No primeiro plano vimos a Parnaíba, abordada pelos mesmos três vapores cuja abordagem eu repelira ao descer... e de bandeira arriada. Ao longe a Jequitinhonha, de proa para baixo, porém preso no banco Dei Bergatim e alvejado pela bateria de Bruguez, a qual respondia com admirável vigor enquanto sua hélice debatia-se em vão para safá-lo. Não havia tempo a perder e voamos todos a socorrer a Parnaíba. Ao ver-nos subir todos juntos o Taquary seus três companheiros largaram a presa e afastaram-se, indo a eles reunir-se outro que me disse o prático ser o Pirabebê.”<sup>19</sup>

Chega-se então ao momento culminante da batalha. A manobra de abalroamento dos navios paraguaios realizada pela Amazonas. Muito se tem discutido a respeito dessa ação de Barroso. Questionamentos, dúvidas, certezas e muitos erros metodológicos

de historiadores estrangeiros.

A manobra iniciou-se com a utilização da Amazonas como aríete contra o Jejuy, que foi posta a pique. Seguiu-se o Marquês de Olinda e o Salto Oriental, levando de roldão uma chata artilhada. Mezza, percebendo a situação se deteriorar rapidamente, desatraca de contra-bordo da Parnaíba e segue com o Taquary para se juntar ao Igurey, ao Pirabebe e ao Iporá. É perseguido na ação pela Beberibe e pela Araguari. A Iguatemi, por outro lado, permaneceu atirando contra as chatas e as fortificações de terra. A Mearim foi auxiliar a Belmonte encalhada. A Ypiranga acompanhou a ação da Amazonas, subindo o rio. As cinco chatas inimigas foram todas aprisionadas.

A derrota quase certa transformou-se em vitória definitiva. Foi por certo o ponto de inflexão desse combate.

Quem foi o autor dessa manobra providencial?

Não pretendo repetir os argumentos de ambos os lados. Não quero e não devo julgar o que ocorreu. Falta-me conhecimento, devo confessar. Um dos lados afirmou que a manobra idealizada teve como autor o próprio Barroso. O outro grupo, ao contrário, imputou ao prático Bernardino Gustavino a manobra de abalroamento dos navios inimigos.

Outros historiadores mais capacitados já discutiram essa questão a fundo e não pretendo rediscuti-la. O que pretendo é discutir a forma como as fontes foram trabalhadas e



os erros metodológicos cometidos, tomando como base os depoimentos daqueles que participaram.

Inicialmente, o Primeiro-Tenente Von Hoonholtz, da Araguari, assim descreveu a ação de Barroso nesse momento crucial da batalha: “É notório e desde logo se soube na esquadra que as bicadas da Amazonas foram ordenadas propositadamente por V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>., que do alto do passadiço era visto por todos a dar ordens para evoluções do capitânia, com a coragem e sangue-frio que nenhum dos combatentes dessa gloriosa jornada poderá jamais esquecer nem terá nunca a insensatez de negar ou desconhecer no ínclito Chefe Barroso.”<sup>20</sup>

O Segundo-Tenente Júlio César de Noronha, oficial da Amazonas, assim se pronunciou: “Sempre atribuí a V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>. a iniciativa da manobra que ocasionou a perda dos vapores paraguaios Jejuy, Salto e Marquês de Olinda. A habilidade não vulgar com que o ilustre almirante Barão do Amazonas soube aproveitar-se do poder resistente da proa de seu navio para acelerar o momento da vitória e infligir sérios desastres ao inimigo, recomenda-o à veneração dos povos do Império e do Prata.”<sup>21</sup>

Outro oficial do navio, o Guarda-Marinha Manoel José Alves Barbosa, presente no passadiço da fragata Amazonas, foi mais longe ao afirmar que: “As investidas dadas pela Amazonas sobre os vapores paraguaios não foram casuais, mas sim premeditadas como o plano de

ataque concebido por V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>., a quem sobre o passadiço do navio onde durante toda a ação me achei transmitindo as ordens e sinais para o combate, ouvi mais de uma vez ordenar com insistência ao práctico Bernardino Gustavino que declarasse logo que o navio se achava em posição de poder executar aquela manobra.”<sup>22</sup>

O Primeiro-Tenente Carlos Frederico de Noronha, outro oficial da Amazonas, declarou, quando questionado por escrito por Barroso que: “A iniciativa da manobra que inutilizando os vapores Jejuy, Salto e Marquês de Olinda, tornou a vitória mais decisiva foi de V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>., cujo nome a gratidão nacional inscrevera no panteão da História.”<sup>23</sup>

Outros oficiais fizeram declarações semelhantes confirmando a manobra como de autoria de Barroso. A documentação oficial confirma a manobra como de Barroso. E Bernardino Gustavino? Como foi a sua declaração? Disse ele: “Que havendo suspendido os navios paraguaios e estando travado o combate entre as duas esquadras, o vapor Amazonas, quando seguira águas acima, encontrara fundeado o vapor paraguaio Jejuy e fora sobre ele por iniciativa e ordem do então Chefe de Divisão Francisco Manuel Barroso e isto depois de consultar a ele depoente (Bernardino) se havia água bastante para a Amazonas e obter resposta afirmativa. E que o bom êxito dessa manobra que pôs a pique o dito vapor paraguaio levara

o mesmo chefe a repeti-la contra outros navios inimigos, que tiveram a mesma sorte do Jejuy.”<sup>24</sup>

Essa declaração de Gustavino foi feita por escrito e assinada na presença de três oficiais superiores e uma praça brasileiros testemunhas. Haveria nesse caso alguma dúvida sobre a autoria dessa manobra?

Do lado contrário, a pior crítica foi a de George Thompson, que não se encontrava a bordo da Amazonas quando da ação, pois era do círculo de Solano Lopez e estava afastado da batalha. Muitas de suas afirmações, contidas em seu livro **The War in the Paraguay** foram depoimentos de outros. Disse ele que: “Os brasileiros celebraram esta batalha como uma grande vitória e o Imperador conferiu uma cruz a Barroso, o comandante, e o fez Barão do Amazonas. Em qualquer outro país seria ele julgado por uma corte marcial, não somente por não haver procurado deter os vapores paraguaios em retirada senão também pelo boato de sua covardia a bordo do seu próprio navio, onde ao que se disse ele perdeu completamente a cabeça e de ter sido o piloto correntino nessa ocasião o verdadeiro comandante da frota.”<sup>25</sup>

Compreende-se que Thompson estivesse lutando em lado contrário ao do Brasil e que privasse do círculo íntimo de Lopez, daí sua parcialidade, afinal, nunca foi historiador e sim memorialista, despreocupado com o rigor histórico.

Compreende-se que seu texto, por ser baseado em relatos de outros,

seja considerado fonte secundária, daí o cuidado na análise por parte do profissional de Clio que sempre anseia por documentação primária, o caso dos depoimentos dos brasileiros, testemunhas oculares dos eventos.

Compreende-se que Thompson seja parcial no seu relato. Até mesmo os mais experimentados historiadores muitas vezes sucumbem às suas próprias motivações.

O que não se pode entender é como um historiador contemporâneo profissional, o professor inglês Geoffrey Regan, pode escrever um texto histórico (o livro **Guinness Book of Naval Blunders**) sem ao menos pesquisar fontes primárias e fixar-se apenas em uma fonte secundária (Thompson) ao afirmar a covardia de Barroso durante a batalha.

Não houve pesquisa documental. Não houve confronto de fontes. Não houve interpretação. Não houve acribologia histórica. Enfim, não houve nada. Como historiador profissional, o professor Geoffrey Regan deveria pelo menos desconfiar do texto de Thompson, afinal, Barroso fora criado desde tenra idade nos conveses dos navios em um período em que as guerras faziam parte do cotidiano. Desde cedo Barroso compartilhara as agruras dos combates permanentes. Será que ele havia passado incólume sem nunca ter sido avaliado por seus chefes e pares em momentos de real perigo? Se o professor tinha alguma dúvida a respeito de sua conduta (e um profissional de Clio deve ser antes de



tudo um curioso) por que não pesquisou mais amiúde? Deixo essa pergunta aos senhores.

Voltando ao combate, ele se encerrou com a fuga dos navios paraguaios em direção a Corrientes. A Beberibe e a Araguari ensaiaram uma perseguição até o cair da noite, sem alcançá-las. O combate efetivamente terminou às 16 horas. O Paraguai perdera quase toda a sua frota.

Senhores, em poucas palavras esse foi o combate naval do Riachuelo. Utilizei fontes primárias e procurei avidamente o confronto de relatos. Não analisei o aspecto estratégico nem as considerações táticas. Mesclei os comentários com textos secundários dos Almirantes Fortuna e Bittencourt, especialistas nessa batalha, de forma a apresentar um quadro mais compreensível.

Procurei assim utilizar a abordagem micro-histórica como ferramenta de meu campo de observação. Não tive a pretensão e nem a competência de seguir os passos do ilustre professor Carlo Ginsburg, um dos mestres da Micro-História. Esse conhecido mestre italiano em seu livro vibrante **O queijo e os vermes** conseguiu retratar por meio de textos processuais da Inquisição contra o moleiro Menocchio no século XVI todo um arcabouço do cotidiano e das idéias que permeavam o universo que o circundava. Os relatos do próprio Menocchio ajudaram nessa compreensão.

O que a Micro-História pretende é a redução na escala de observação do historiador de modo a perceber

aspectos que passariam despercebidos. O que tentei atingir não foi o puro relato do combate por si, mas sim entender as diferentes visões de um mesmo problema social (e a batalha deve assim ser percebida). Não procurei tampouco proceder a grandes generalizações estratégicas ou táticas. Longe disso.

Devo confessar que um estudo micro-histórico envolve questões muito mais amplas do que as que apresentei. O que fiz foi apenas um pequeno relato desse tipo de abordagem.

Percebo a História não apenas baseada no que o professor Raphael Samuel descreveu como fetichismo da documentação, uma obsessão pelos fatos e uma metodologia de realismo ingênuo.<sup>26</sup> História não pode ser percebida apenas como documentação. O regresso ao mundo rankiano deve ser evitado. História é mais que apenas o documento. Ela deve permitir diferentes interpretações de diferentes abordagens.

O professor doutor Keith Jenkins aponta quatro razões para o que chamou de fragilidade epistemológica da História. A primeira razão é que o historiador não consegue abarcar e recuperar a totalidade dos acontecimentos, pois eles são praticamente ilimitados.

Em segundo lugar que nenhum relato consegue recuperar o passado tal como aconteceu por que o passado foi uma situação e não um relato. Relatos são confrontados com relatos e nunca com acontecimentos. O que existe é interpretação de

situações, é construção do próprio historiador. É um relato individual.

A terceira razão é que o historiador depende dos olhos e da voz de outrem que atua como intérprete que se interpõe entre o acontecimento e a leitura que dele se faz. Mesmo os documentos ditos primários ou relatos de testemunhas oculares dos fatos são permeados por motivações, pré-disposições e ideologias. O historiador, também, não está imune a isso.

E, por fim, podemos assegurar que sabemos mais sobre o passado do que as pessoas que lá viveram. O historiador por ter uma visão ampla da questão e perceber os seus efeitos poderá reconstruir o relato de modo bem mais completo.<sup>27</sup>

Finalizando, vimos então como as percepções dos atores mudam. Como elas são parciais e muitas vezes tendenciosas. O mesmo fato percebido de maneiras diferentes.

A Batalha Naval do Riachuelo, como fato histórico, continuará sempre a despertar o interesse dos historiadores profissionais. Ela será sempre discutida com novas abordagens. Foi isso que tentei fazer com esse relato micro-histórico.

Compete ao historiador perceber essas tendências e procurar, na medida do possível, separar o que para ele tem pertinência e o que não tem.

Ai está exatamente a beleza da História.

Muito obrigado.

## Notas

1 HATTENDORF, John. **The uses of Maritime History in and for the Navy**. Newport RI, Naval War College Press, 2003. p. 19.

2 Ibid. p. 20.

3 Ibid. p. 20.

4 RICHMOND, Herbert. **The importance of the study of Naval History**. Naval Review, 1939. p. 201.

5 JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo, Contexto, 2001. p. 35.

6 BARROS, José d'Assunção. **O campo da História**. Petrópolis, Vozes, 2004. p. 19.

7 Carta escrita pelo Primeiro-Tenente Antonio Luiz Hoonholtz, comandante da canhoneira Araguari, a seu irmão Frederico José, residente no Rio de Janeiro, no dia 22 de junho de 1865, a bordo de seu navio, fundeado na Cancha Del Chimbolar. p. 5.

8 Carta do Capitão-de-Fragata Remigio Cabral ao Doutor Gregório Benitez, datada de 2 de junho de 1892, de Jaguaron, Paraguai.

9 Relatório do Primeiro-Tenente Joaquim Francisco de Abreu, comandante interino da canhoneira Belmonte, para o Chefe de Divisão Francisco Manoel Barroso, Chefe da 2ª Divisão, em 11 de junho de 1865.

10 FORTUNA, Hernani Goulart. "Batalha Naval do Riachuelo", palestra proferida no dia 11 de junho no Comando Militar da Amazônia, em Manaus. p. 11.

11 Relatório do Capitão-Tenente Joaquim José Pinto, comandante interino da canhoneira Jequitinhonha,



para o Chefe de Divisão Francisco Manoel Barroso, Chefe da 2ª Divisão, em 13 de junho de 1865.

12 CENTURION, Juan Crisóstomo. **Memórias e reminiscências históricas sobre la Guerra Del Paraguay.** Tomo I. El Lector, 1987. p. 273.

13 Depoimento do comandante da Parnaíba, Capitão-Tenente Aurélio Garcindo Fernandes de Sá, sobre a participação do navio na batalha. Arquivo da Marinha, SDM.

14 Depoimento do comandante da Parnaíba, Capitão-Tenente Amélio Garcindo Fernandes de Sã, sobre a participação do navio na batalha. Arquivo da Marinha, SDM.

15 CENTURION, Juan Crisóstomo. **Memórias e reminiscências históricas sobre la Guerra Del Paraguay.** Tomo I. El Lector, 1987. p. 274.

16 *ibid.* p. 275.

17 Depoimento do comandante da Parnaíba, Capitão-Tenente Aurélio Garcindo Fernandes de Sá, sobre a participação do navio na batalha. Arquivo da Marinha. SDM

18 Depoimento do prático Capitão Antonio Valentino, do vapor Parnaíba na Batalha Naval do Riachuelo, quando prático do vapor Rio Paraná, no dia 21 de abril de 1888, na cidade de San Fernando, no Paraguai.

19 Carta escrita pelo Primeiro-Tenente Antonio Luiz Hoonholtz, comandante da canhoneira Araguari, a seu irmão Frederico José, residente no Rio de Janeiro, no dia 22 de junho de

1865, a bordo de seu navio, fundeado na Cancha Del Chimbolar. p. 15.

20 Depoimento do Primeiro-Tenente Von Hoonholtz da Araguari para o Almirante Barão do Amazonas sobre o seu testemunho da batalha, datada de 3 de dezembro de 1877, no Rio de Janeiro.

21 Depoimento do Capitão-Tenente Júlio César de Noronha para o Almirante Barão do Amazonas sobre o seu testemunho da batalha, datada de 29 de outubro de 1877, no Rio de Janeiro.

22 Depoimento do Primeiro-Tenente Manoel José Alves Barbosa para o Almirante Barão do Amazonas sobre o seu testemunho da batalha, datada de 24 de outubro de 1877, no Rio de Janeiro.

23 Depoimento do Capitão-Tenente Carlos Frederico de Noronha para o Almirante Barão do Amazonas sobre o seu testemunho da batalha, datada de 28 de outubro de 1877, no Rio de Janeiro.

24 Depoimento assinado pelo prático Bernardino Gustavino a bordo da fragata Amazonas no porto de Montevideo na presença dos comandantes Dyonisio Manhães Barreto, Manoel Carneiro da Rocha e Custódio José de Mello sobre o seu testemunho da batalha, datada de 3 de outubro de 1877.

25 THOMPSON, George. **Guerra do Paraguai.** Rio de Janeiro, Conquista, 1968. p. 77.

26 JENKINS, Keith. **A História repensada.** São Paulo, Contexto. ps. 19, 27 e 31.

# AS VIOLACÕES “INVISÍVEIS” DAS FRONTEIRAS

(Proposta inovadora para a tipologia de fronteiras)

**Embaixador Marcos  
Henrique Camillo Côrtes (\*)**

Os estudos sobre fronteira nacional, seja nos bancos de escola seja no âmbito universitário, tratam dos seus aspectos históricos, geográficos e jurídicos. As várias definições da mesma podem ser resumidas na concepção de FRONTEIRA JURÍDICA, que é o limite legal entre as jurisdições soberanas de dois Estados.

Essa definição tradicional é perfeitamente correta e serve de fundamento, por exemplo, para as preocupações com que muitos brasileiros analisam as ameaças, concretas ou em potencial, à incolumidade do território nacional. É também a partir da mesma definição que se elaboram os planejamentos de ação governamental, para fins de desenvolvimento ou de emprego de elementos de segurança.

Graças à atuação continuada do nosso serviço diplomático e, muito especialmente, à extraordinária e devotada competência do Barão do Rio Branco, ao se chegar ao ano de 1910 o Brasil tinha todas as suas questões de fronteira resolvidas pacificamente, por meio de negociações diplomáticas ou arbitragem internacional, sem jamais recorrer-se ao uso da força. Por isso,

---

(\*) Embaixador.

os brasileiros puderam, desde então, desfrutar da tranquilidade de saber que o país não tem problema algum de fronteira. Isso, entretanto, não elimina o fato de que, por diferentes causas e em diferentes momentos, tenhamos tido, continuamos tendo e poderemos sempre ter problemas na fronteira.

Para evitar ou neutralizar ameaças e/ou violações de nossas fronteiras, o Brasil contou, historicamente, com a vigilância e a capacidade profissional do Itamaraty e das Forças Armadas, além da dos órgãos policiais e aduaneiros especificamente incumbidos dessas tarefas.

Entretanto, as características do relacionamento internacional após o fim da Guerra Fria estimularam modos mais agressivos de comportamento, sobretudo por parte da superpotência (Estados Unidos) e das duas megapotências (União Européia e Japão). As conseqüências da Terceira Revolução Industrial e o processo denominado Globalização aumentaram exponencialmente o hiato de poder entre esses três Centros de Poder Econômico (CPEs) e os demais países. Além disso, as pragas do narcotráfico e do terrorismo internacional criaram novos riscos e ameaças. Finalmente, a adoção de conceitos emanados da chamada Revolução em Assuntos Militares (RAM), demonstrada de maneira espetacular no ataque ao Iraque, desfechada pelos EUA em mar-



abr/2003, confirmou a vigência ominosa do que se tem chamado de Pós-Modernismo Militar.1

De tudo isso surge a necessidade premente de que se passe a considerar, com muito maior intensidade, outro tipo de fronteira, até agora pouco apreciada. Trata-se da FRONTEIRA METAFÍSICA, que defino como a linha de defrontação entre interesses de dois (ou mais) Estados.

Na concepção jurídica, sobejamente conhecida, as fronteiras podem ser agrupadas em três categorias:

1. Terrestre - que pode ser seca, fluvial ou lacustre e cuja definição e caracterização obedecem a critérios determinados pelo Direito Internacional Público.

2. Marítima e Oceânica - atualmente regidas pelas normas da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, popularmente conhecida como Convenção da Jamaica.

3. Aérea - também regida por normas internacionais, especialmente no que se refere ao uso do espaço aéreo.

Já na concepção metafísica, a variedade de categorias é maior e, na verdade, convém deixar sua listagem em aberto. Assim, por exemplo, deve-se considerar uma fronteira (metafísica) espacial, embora o espaço sideral seja, em termos jurídicos, considerado internacionalizado, ou seja, destituído de fronteiras nacionais. Um exemplo dessa fronteira

(metafísica) espacial é a aplicação unilateral de restrições ao acesso a tecnologias de mísseis, como ocorre com o Regime de Controle da Tecnologia de Mísseis (RCTM).

Analogamente, na tipificação metafísica, existe uma fronteira cibernética, evidenciada sobretudo com o surgimento da Ação Bélica Informatizada (ABI) e da Ação Bélica Estratégica Informatizada (ABEI)2. Além disso, com a enorme importância da Internet, aí aumentam os interesses com potencial para gerar confrontações.

A mais importante das fronteiras metafísicas, porém, é a que denomino fronteira institucional. Ela se configura quando, em função de defrontação de interesses de dois Estados, um deles consegue impor a aceitação de atos internacionais (adesão a tratados, celebração de acordos etc.) ou a adoção de medidas executivas, legislativas ou judiciárias nocivas ao interesse nacional do Estado mais fraco. De forma mais abrangente, pode-se definir a fronteira institucional como aquela em que, por qualquer tipo de pressão, coação ou indução ilegítima ou ilegal – com origem em outro Estado – são celebrados acordos internacionais, são adotadas normas legais e/ou regulamentares e são tomadas decisões executivas e/ou judiciais em detrimento dos interesses nacionais. É útil ressaltar que esse tipo de ação pode ter longo tempo de preparação “invisível”, como ocorre com o recrutamento e emprego de “agentes de influência”.

Os dois tipos de fronteiras



apresentam características bastante diferentes. Vejamos as principais delas.

As fronteiras jurídicas são regidas por normas do Direito Internacional Público e por Atos Internacionais, inclusive acordos e tratados bilaterais. Elas são visíveis, ainda que, em determinados casos, essa “visibilidade” exista em função de alguma convenção (por exemplo, uma linha geodésica). As ações de violação de uma fronteira jurídica são detectáveis, às vezes até mesmo antes de se efetivar a violação. Quando não chegam a ser previamente detectadas, as violações e seus resultados são fisicamente perceptíveis.

As fronteiras metafísicas, porém, revestem-se de algumas peculiaridades. Em primeiro lugar, elas não só são invisíveis, como geralmente são de detecção difícil ou mesmo impossível. Em segundo, a elas não se aplicam as normas consagradas pelo Direito Internacional, que regem as fronteiras na concepção jurídica. Por último, as ações do “agressor” são empreendidas em sigilo e o “agredido” geralmente só percebe os resultados da violação quando estes já estão consumados.

A fim de esclarecer ainda mais a distinção entre as fronteiras jurídicas e as metafísicas, sintetizo no quadro a

seguir as características descritas acima:

Para entendimento prático dos diversos tipos de fronteira, consideremos a situação do Brasil na conjuntura internacional, tomando os últimos quinze anos como moldura cronológica. A natureza dos problemas que se configuraram ou podem vir a surgir nas nossas fronteiras decorre das formas existentes ou previsíveis das ameaças à soberania ou aos interesses nacionais do Brasil. De modo a facilitar o estudo, adotei a relação abaixo para definir a natureza dos principais problemas na fronteira do Brasil.

1) Reivindicação “jurídica” – Como o Brasil adota, de maneira inflexível, o princípio de *pacta sunt servanda* (os tratados têm de ser respeitados) e, como todas as nossas fronteiras estão (desde 1910) fixadas juridicamente, por tratados, qualquer reivindicação desse tipo por qualquer vizinho é inadmitida e inadmissível!

2) Implicações de reivindicação entre terceiros – Alguns dos nossos vizinhos ainda têm em aberto controvérsias sobre fronteiras, como ocorre, por exemplo, com a pretensão da Bolívia de recuperar (do Chile) sua

<b>Fronteiras jurídicas</b>	<b>Fronteiras metafísicas</b>
Regidas por normas do Direito Internacional Público, Atos Internacionais, acordos e tratados bilaterais.	Não sujeitas a normas internacionais específicas.
Visíveis (ainda que por convenção).	Invisíveis, de detecção difícil ou até impossível.
Ações detectáveis, às vezes antes mesmo de efetivar-se a violação.	O "agressor" age de forma sigilosa ou sub-reptícia.
Violações fisicamente perceptíveis.	O "agredido" não percebe a violação ou só a discerne após o fato consumado.



saída para o mar. O Brasil precisa sempre se manter atento para evitar ser envolvido, ainda que indiretamente, em controvérsia desse tipo.

3) Pressões para adoção de legislação interna ou assinatura de acordos lesivos ao interesse nacional – Estamos aqui diante de um dos tipos de fronteira metafísica, a institucional. Como exemplificarei adiante, nesse tipo de fronteira o Brasil sofreu, nos últimos quinze anos, diversas perdas. Existem ainda vários riscos de novas violações, como ocorre com as pressões dos EUA, diretamente e através da AIEA, para sustar a produção de urânio enriquecido pela empresa Indústrias Nucleares Brasileiras – INB, na sua Usina de Enriquecimento em Resende, RJ, utilizando tecnologia desenvolvida pela Marinha do Brasil. Cabe sublinhar que essa atividade está sendo conduzida em estrito cumprimento das obrigações internacionais do Brasil, inclusive com supervisão da AIEA.

4) Ameaça militar – Pode-se considerar essa ameaça como inexistente, porém é preciso relativizar tal inexistência. De fato, não parece haver qualquer ameaça militar iminente, no momento atual. Entretanto, não se podem ignorar certas ameaças militares em potencial, sobretudo caso se considere, conjuntamente, a instabilidade em alguns dos países vizinhos e a vigência da Diretriz de Ação Preventiva, anunciada oficialmente pelo Governo norte-americano em 2002. É

importante sublinhar que o unilateralismo que vem sendo evidenciado por Washington, conjugado com a implementação pelas forças armadas norte-americanas das concepções da Revolução em Assuntos Militares (RAM), acentua intensamente a diretriz política de intervir onde quer que possa ser identificada ou presumida uma ameaça a interesses dos EUA.

5) Ameaça armada – Movimentos subversivos em alguns dos países vizinhos podem, por diferentes motivos, “transbordar” para o território brasileiro. O caso mais notório é a atuação das FARC na Colômbia, as quais já foram protagonistas, direta ou indiretamente, de violações da soberania brasileira. Outro tipo de ameaça armada decorre das atividades do tráfico internacional de drogas, cabendo aqui destacar as medidas para controle e repressão no âmbito do SIVAM. Finalmente, embora o Brasil não esteja incluído entre os alvos prioritários do terrorismo internacional, não se pode ignorar a ameaça que ele representa para os interesses nacionais.

6) Atividades ilícitas – Elas abrangem o contrabando, a “pirataria” e a imigração ilegal. Embora sua repressão seja precipuamente atribuição dos órgãos policiais, a dimensão que muitas delas tenha assumido pode requerer a participação, ainda que subsidiária, das forças armadas brasileiras. Impõe--se aqui o cuidado para evitar



que esse envolvimento possa se ampliar e assim acarretar certo desvirtuamento das responsabilidades constitucionais das mesmas.

7) Porosidade decorrente de intensa atividade econômica – De forma geral, pela dinâmica própria da economia e da demografia brasileiras, essa porosidade nos é favorável. É preciso, porém, acompanhamento diuturno dessa “expansão” natural e não planejada a fim de equacionar eventuais desdobramentos perigosos. Exemplo desse risco é o crescimento continuado do contingente de emigrantes brasileiros no Paraguai, onde são conhecidos como “brasiguaios”.

8) “Vazios” – Ainda existem algumas áreas de fronteira em que a ocupação se mostra muito rarefeita. Assim ocorre, por exemplo, na enorme faixa do território brasileiro junto do sul da Guiana e do Suriname. Esses “vazios” precisam ser, pelo menos, monitorados de modo a impedir a sua utilização criminosa por narcotraficantes. Por outro lado, a incúria das autoridades brasileiras ao estabelecer imensas áreas de proteção ambiental e de reservas indígenas em faixas de fronteira cria verdadeiros “vazios” do poder do Estado, gerando perigosas vulnerabilidades para a segurança e a soberania do Brasil.

Uma problemática que requer estudo amplo e equacionamento multifacético é o “enclave” representado pela Guiana Francesa, último remanescente do colonialismo

européu na América do Sul e que, curiosamente, faz com que a mais extensa fronteira terrestre da França seja com o Brasil.

Historicamente, o Brasil esteve envolvido com a Guiana Francesa de maneira episódica. Em 1727, cumprindo dupla missão em Caiena, uma diplomática e outra secreta, Francisco de Melo Palheta conseguiu trazer para Belém as primeiras mudas de café. Em 1808, já com a Corte instalada no Rio de Janeiro, D. João VI ordenou a ocupação da Guiana Francesa, de onde suas tropas só saíram em 1817, quando a colônia foi devolvida à monarquia francesa restaurada. Em 1900, graças à brilhante defesa conduzida pelo Barão do Rio Branco, o Presidente da Suíça, árbitro da chamada Questão do Amapá, reconheceu nossos direitos sobre a região compreendida entre os rios Oiapoque e Araguari, que era reivindicada pela França. Em 1942-43, Washington tentou, sem êxito, persuadir o governo brasileiro a invadir e ocupar a Guiana Francesa em vez de enviar tropas para lutar na Itália. Finalmente, em 1961, pouco depois de ter assumido a Presidência da República, Jânio Quadros teria ordenado aos ministros militares o planejamento da invasão da Guiana Francesa. O assunto teria sido discretamente “esquecido” e superado com a surpreendente renúncia do Presidente em 25 de agosto do mesmo ano.

Na atual conjuntura, porém, a Guiana Francesa pode vir a ser



utilizada como instrumento por aqueles que pretendem a “internacionalização” da Amazônia brasileira.

São notórios os pronunciamentos de autoridades e pseudo-cientistas de outros países, bem como de conhecidas ONGs, no sentido de se proclamar a Amazônia como “patrimônio da Humanidade”. Em 25 de fevereiro de 2005, numa conferência para diplomatas e especialistas na sede da ONU, o político socialista francês Pascal Lamy defendeu a tese de que as florestas tropicais devem ser tratadas como “bens públicos mundiais”, que ficariam sujeitas a certas regras coletivas de gestão internacional, deixando de lado a questão da propriedade. Aliás, Lamy foi eleito Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) em maio de 2005, de onde poderá continuar atuando para promover tal proposta, claramente nociva aos interesses brasileiros.

Ora, um governo francês, de comum acordo com os EUA e os membros da União Européia, poderia tomar a iniciativa de, excetuando a pequena área em torno de Caiena e da base espacial de Kourou, proclamar o território da Guiana Francesa como “bem público mundial”, a servir de “modelo” para o resto da floresta amazônica.

É importante destacar que, às vezes, a feição jurídica pode encobrir a real natureza metafísica da fronteira. Essa identificação é necessária para que se possam equacionar corretamente as

verdadeiras vulnerabilidades e/ou violações e se adotem as medidas pertinentes.

Vejam alguns exemplos:

1 – Na nossa fronteira com a Colômbia houve dois casos de violações da fronteira jurídica) terrestre e aérea. Na região do Traíra, elementos das FARC atacaram, em território brasileiro, efetivos do Exército Brasileiro, com perdas de numerosas vidas. Anos depois, as Forças Armadas colombianas utilizaram, sem autorização do Governo brasileiro, a pista de pouso em Iauaretê (a fim de lançar operação militar urgente para retomar a capital provincial de Mitu, ocupada pelas FARC). Nesses dois casos ocorreram, sem dúvida, violações da nossa soberania em termos jurídicos. Entretanto, muito mais grave foi a violação da fronteira (metafísica) institucional, pela tibieza com que se portaram autoridades brasileiras no mais alto nível do Governo Federal.

2 – Por ordem direta do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Governo brasileiro aderiu (em 1997/8) ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), contrariando décadas de resistência amplamente fundamentada às pressões dos Estados Unidos. O TNP contém dispositivos que o tornam uma verdadeira imposição da desigualdade jurídica dos Estados e que violam de modo irretorquível a soberania nacional. Portanto, essa adesão significou gravíssima perda na fronteira (metafísica) institucional.



Analogamente, a assinatura (pelo então Ministro de Ciência e Tecnologia, Embaixador Ronaldo Sardenberg, hoje chefe da Missão na ONU) de um Acordo para o uso pelos norte-americanos do Centro de Lançamento de Alcântara, foi outra perda na fronteira (metafísica) institucional. Felizmente, graças a oportunas gestões de brasileiros patriotas, sua homologação foi sustada no Congresso Nacional, já que esse acordo continha cláusulas inaceitáveis por violarem a soberania e a dignidade nacionais.

3 – Em 2003, uma aeronave militar francesa, transportando militares e agentes de inteligência e segurança, pousou no aeroporto de Manaus sem a devida autorização prévia. A operação visava a conseguir a libertação de uma senadora colombiana (que também tem nacionalidade francesa) seqüestrada pelas FARC. O incidente jamais foi devidamente esclarecido, mas constituiu, inegavelmente, violação da fronteira jurídica) aérea e terrestre. Entretanto, muito pior foi a violação da fronteira (metafísica) institucional, configurada pela maneira hesitante e incompetente com que o Governo Federal se portou no episódio.

4 – Atualmente, está por se concretizar a intolerável demarcação,

em área contínua, da chamada Reserva de Raposa/Serra do Sol, pela qual se destina território equivalente ao Estado de Sergipe a cerca de 14 mil índios. Como essa “reserva” corresponde a enorme trecho ao longo das nossas fronteiras com a Guiana e a Venezuela, é fácil entender o imenso risco que isso significa para a segurança nacional, em mais uma perda na fronteira (metafísica) institucional.

Esses e muitos outros fatos levam à conclusão de que, nos últimos quinze anos, a maior vulnerabilidade do Brasil tem estado e continua estando na fronteira institucional (metafísica). Isso não quer dizer que possamos continuar descurando da capacitação de nosso Serviço Diplomático e de nossas Forças Armadas para a defesa permanente e eficaz de nossas fronteiras jurídicas. Contudo, mais do que nunca, impõe-se difundir o conhecimento e o estudo das ameaças que incidem sobre nossas fronteiras metafísicas, em especial a fronteira institucional, cuja localização, obviamente, está em Brasília. Só assim poderemos, nós brasileiros, impedir novas perdas e recuperar o que já se perdeu nesse passado recente.



# A CRISE FRANCO-BRASILEIRA DE 1963

**Arlindo Vianna Filho (\*)**

## INTRODUÇÃO – O ESPECTRO DOS CONFLITOS

A análise com profundidade científica e a busca da exata compreensão das causas e conseqüências da Crise Político-estratégia entre França e Brasil, em 1963, exigem revisitar, preliminarmente, conceitos de Ciência Política, da Teoria dos Conflitos e da Estratégia e Manobra de Crises Internacionais.

Enunciar tais conceitos, mesmo que sucintamente, contribuem para a estruturação lógica do texto ensaístico deste “estudo de caso”.

No contexto dos fenômenos políticos, o relacionamento entre Nações caracteriza-se por equilíbrio instável em que equações sociais de diversas variáveis – políticas, estratégicas, culturais, psico-sociais, econômicas – geram lugares geométricos em que se chocam interesses particulares.

Assim, no complexo universo das relações internacionais, as Nações para manter, afirmar, conquistar ou restabelecer direito legítimo, assumido ou pretendido, manifestam intenções de cooperação ou desenvolvem atitudes antagônicas ou hostis. Eventual e historicamente, recorrem à violência, em suas diversas naturezas, para obter compromisso que consulte sua própria vontade, para isto buscando quebrar a vontade do partido oposto ou, mesmo, liquidá-la, em comportamento que julguem proporcional aos seus interesses.

Verifica-se, na História dos povos, que a busca de solução, ou compromisso, que atenda a interesses nacionais faz-se em um espectro de posições políticas que podem compreender de tentativas de negociação a atos de intimidação, de compulsão e, mesmo, de violência.

Correndo o risco das simplificações esquemáticas para, em especial, representar fenômenos sociais, pode-se assim ter uma visão do espectro

POSIÇÕES POLÍTICAS	NEGOCIAÇÃO	COMPULSÃO	AGRESSÃO
COMPORTAMENTO	TRANSAÇÃO CONVENCIMENTO	INTIMIDAÇÃO ATRIBUIÇÃO	SUJEIÇÃO DESTRUIÇÃO
AÇÕES	EQUILIBRAR CONVENCER	INTIMIDAR AMEAÇAR ATRITAR	SUJEITAR DESTRUIR
SITUAÇÕES	PAZ	CRISE	GUERRA

(\*) O autor é Almirante-de-Esquadra, Doutor em Política e Estratégia Marítimas e Sócio Titular do IGHMB.



das relações internacionais:

À medida que, na busca do compromisso, a posição política evolui da negociação para intimidação e compulsão e desta para a violência, a força do argumento é substituída pelo argumento da força, a argumentação pela ameaça e a ameaça pela agressão.

No limite deste espectro ficam evidentes as situações de paz e os estados de guerra. Os comportamentos intermediários configuram estados de tensão, uma crise no sentido de sensível instabilidade ao relacionamento, um risco sempre presente de mudança rápida nos métodos das relações desencadeadas para atender interesses. Assim, em enfoque abrangente, CRISE é um estado de tensão, um tipo de conflito, na fronteira do emprego da violência, em que riscos assumidos geram oportunidades de alcançar objetivos ou salvaguardar interesses ameaçados.

Em síntese, nas Crises Político-estratégicas, como estados de tensão provocados, sempre estarão presentes dois fatores: riscos assumidos e oportunidade de realização da desejada solução. Decorre, como conclusão direta, que nas Crises internacionais os Estadistas estarão constantemente comparando o valor do interesse com as conseqüências das ações.

Com sua História e sabedoria milenares, os chineses usam ideograma de dois caracteres para crise: um correspondente a risco e o outro a sistema. Sistema de risco.

A crise internacional, como a

guerra, “nada mais é que a continuação das relações políticas com outros métodos”. É a continuação das relações políticas em ambiente de riscos provocados para gerar possibilidade de obtenção do resultado desejado.

A observação científica e a análise das inúmeras Crises têm sido objetos de generalizações e de teorização, constituindo um conjunto de conhecimentos acumulados de forma lógica, que apresentam um grau de racionalidade e que servem de base para explicar, interpretar e sistematizar o domínio lógico do fenômeno. Pode-se afirmar que existe, no nível de Ciência Política e de Saber Estratégico, uma Teoria de Crises.

Seguramente, a Crise dos Mísseis em Cuba (1962), quando o Mundo viveu à beira de um conflito nuclear, foi o “caso” mais profunda e amplamente documentado e estudado, com contribuições significativas para consolidação da Teoria de Crises, Disciplina particular da Teoria dos Conflitos, da Polemologia.

Porém, em experiências da realidade brasileira será onde se poderão encontrar ensinamentos mais coerentes com nossa realidade de País Vencedor. Assim, da análise, por exemplo, da Crise Político-estratégica Franco-brasileira de 1963, será onde se pode colher, sem subordinação a modelos importados, ensinamentos para balizar a aplicação geral dos princípios da Estratégia e a Teoria de Crises aos cenários prospectivos e à formulação de políticas e concepções



estratégicas para realizar e manter nossos interesses nacionais maiores.

A História adverte que, no mundo contemporâneo, manter e conquistar interesses políticos dependentes do relacionamento internacional compreende o uso deliberado, e manobrado racionalmente, da ameaça do uso e do efetivo emprego da força, em suas diversas naturezas e dimensões, em decisão política de emprego de Estratégia de Crise.

Em outras palavras, a realização de vontades nacionais tem, com intensa frequência, motivado Crises Político-estratégicas. E há que atentar que a fronteira entre Crise e Guerra é tênue.

Para usar linguagem de entendimento comum, resumem-se, a seguir, alguns conceitos que são fundamentais para a análise proposta:

### **Conceitos Fundamentais:**

Crise Internacional ou Crise Político-estratégica é entendida como uma forma de conflito, entre dois ou mais países, em que, por decisão política, o desenvolvimento proposital de uma situação de tensão visa a realizar objetivos políticos ou políticos estratégicos por meio da manipulação do risco de guerra, com comportamento, atitudes e ações que indicam ser a situação extrema compatível, indubitavelmente, com as razões maiores, quase sempre ocultas ou, pelo menos, não explicitamente declaradas. É fenômeno de natureza política, de elevada frequência no relacionamento internacional. Corresponde a comportamentos relacionais que vão do

desacordo à ameaça do uso da força e ao choque de violências. Inclui, necessariamente, a possibilidade de efetivação do risco latente de guerra.

Estratégia de Crise: intencionalidade de gerar ou agravar perturbação nas relações internacionais como forma de alcançar objetivos políticos e estratégicos importantes. A História registra Crises motivadas por busca de motivações externas para desviar a atenção de sociedade nacional de fracassos de política interna; nestes casos, correspondem, usualmente, a novos fracassos.

Manobra de Crises: aplicação racional e planejada de expressões do Poder nacional, em ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, para buscar lograr solução de conflito que favoreça ou atenda interesses próprios. É uma intensa competição de riscos em que as fronteiras do relacionamento sofrem constantes e cuidadosas reavaliações, em ambiente de fortes tensões e exigüidade de tempo para o processo de decisão, dificultado por exigüidade de informações e complexidade de circunstâncias.

Os “estudos de caso” (metodologia aplicada com êxito nos estudos das “Ciências da Compreensão” mais que nas da “Certeza”) permitem identificar quatro fases no processo de desenvolvimento de Crises Internacionais, nas Manobras de Crises:

Desafio – ação inicial; explora, usualmente, vulnerabilidade do partido oposto. Ameaça, implícita ou explícita, ou efetivo emprego de uma



forma de força e violência, para intimidar, ameaçar ou atritar oponente e demonstrar intenção de atingir determinado objetivo político, nem sempre explícito de pronto;

Resistência ou reação – resposta ou réplica para neutralizar o desafio ou para obter a iniciativa das ações, colocando em teste a firmeza de atitudes do desafiante e demonstrando a própria; quase sempre utiliza expressão da mesma natureza usada no desafio;

Confrontação – ações e reações em ambiente de crescente complexidade e de incertezas, os partidos em busca de manter a iniciativa e evitar escalada involuntária, demonstrando que seus objetivos justificam as ações e suas conseqüências e que são compatíveis com medidas extremas;

Resultado final – solução de compromisso, negociação, compulsão, sujeição ou estado de guerra. Tende a conformar um cenário de concessões mútuas e equilíbrio de êxitos, porém não se pode afastar a ocorrência de resultado que seja a guerra.

## **CENÁRIO INTERNACIONAL PRÉ-CRISE**

Seguramente uma visita retrospectiva aos acontecimentos da cena internacional no final da década de 50 e no início dos anos 60 do Século XX contribuirá para a compreensão de circunstâncias que envolvem o conflito, suas causas e conseqüências, deste estudo de caso.

No início da década de 1950, a Assembléia Geral das Nações Unidas, por 89 votos a zero, aprova resolução, proposta por 43 Estados asiáticos e africanos, sobre a concessão de independência às Nações coloniais, sobre o direito dos povos à autodeterminação.

Inspirado em Proclamação do Presidente Truman, o Presidente Marechal Dutra “integra ao território nacional brasileiro a plataforma submarina na parte correspondente ao nosso território (Decreto 28840/1950)”.

Em 1952, a Islândia sofre reação militar britânica ao ampliar para 4 (quatro) milhas marítimas a extensão de suas águas territoriais. Poucos anos depois, em 1958, a Islândia amplia para 12 (doze) milhas seu mar territorial.

Em abril de 1958, a Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental, sobre a Pesca e a Conservação dos Recursos Biológicos do Alto-mar estabelece direitos dos Estados costeiros sobre “as riquezas da plataforma continental”.

Em 1958, insurreição das forças francesas na Argélia provoca o colapso da Quarta República e o General De Gaulle reassume, com poderes ditatoriais, a Presidência da Quinta República da França.

Yuri Gagarin sobe “ao céu profundo” e vê a “Terra azul”.

João XXIII desperta a Igreja para sua função social ao divulgar a encíclica “Mater et Magistra” (1961).

China e Índia envolvem-se em conflito armado.



França realiza seus primeiros testes com armas nucleares, provando seu ingresso no "Clube Atômico".

Na Argentina, um golpe militar derruba Arturo Frondizi.

No Brasil, Quadros renuncia estranhamente. O governo cai nas mãos de seu Vice-Presidente, João Goulart e vive breve período de Parlamentarismo.

O comunismo tem metas prioritárias na América do Sul: a Guiana Britânica do Dr Cheddi Jagan, a Venezuela e o Brasil, por exemplo.

Cuba é excluída da OEA (Organização dos Estados Americanos).

A "Aliança para o Progresso" expressa a disposição norte-americana de evitar que outro Estado regional trilhe o caminho apontado por Cuba.

No início dos anos 60, a geração de um "equilíbrio nuclear" reduz a credibilidade do poder dissuasório norte-americano. Sugere aos soviéticos uma vulnerabilidade dos Estados Unidos da América e os anima a adotar comportamento político-estratégico de gerar tensões, provocadas com riscos assumíveis, para obter vantagens específicas, livrar-se de contenção e expandir ideologia marxista-leninista.

Então, o mundo bipolar viveu, estarecido e vulnerável, a manipulação do risco de uma guerra, de dimensões incontrolláveis. Nos dois grandes partidos, estadistas e estrategistas usando armas de todas as naturezas, de efeitos irracionais que poderiam

fazer a "última guerra"...

1962. Estados Unidos da América ou União das Repúblicas Socialistas Soviéticas? Quem foi o vencedor da Crise dos Mísseis Soviéticos em Cuba?

São bastante relevantes os testemunhos dos dois Estadistas, Kennedy e Kruschev.

Segundo Kruschev, em tradução: "Venceu a causa da paz e segurança dos povos... Ambos os lados fizemos concessões. Retiramos os mísseis balísticos e as aeronaves de bombardeio. Isto satisfaz os americanos. Mas ambos, a União Soviética e Cuba, tivemos satisfações: a invasão norte-americana em Cuba não se realizou; o bloqueio naval foi suspenso e a situação de Cuba voltou à normalidade".

Atente-se, de outro lado e em especial, para a visão de Kennedy, que se aproxima de máxima da Teoria de Crises:

"Creio que há uma lei de equilíbrio nessas disputas. Quando um lado está totalmente errado, acaba cedendo. Isto não significa que recuará quando julgar que está com a razão e estiver em jogo um interesse vital".

Antes do término da primeira metade da década de sessenta, Kennedy foi assassinado. Kruschev, destituído.

O mundo viveu e continuava vivendo tensões no relacionamento internacional, algumas crises evidentes, conflitos e interesses declarados, subjacentes e mal disfarçados.

Estariam as Nações em



permanente estado de conflito? A Paz não existe ou é, apenas, um pequeno intervalo para preparar-se para novo choque de interesses?

## **CENÁRIO CIRCUNSTANCIAL PRÉ-CRISE**

Algumas Nações, postulando interesses que o mundo desenvolvido preferia e teimava não conhecer, adotam 200 (duzentas) milhas marítimas para a largura de seus mares territoriais. Chile e Peru, por exemplo.

O Brasil, desvinculado de parceiros de interesses efetivamente coincidentes, com diplomacia vacilante e tímida e falta de Estadistas clarividentes, mantinha-se com posição diplomática favorável e apenas 12 (doze) milhas de mar territorial e não havia aderido (como a França também não o fizera) à Convenção de Genebra de 1958 sobre as riquezas da plataforma continental dos países costeiros, que se constituía em Direito consuetudinário.

É mesmo forçoso reconhecer que diplomatas brasileiros, distantes de nossa realidade e enunciando uma “política exterior” divorciada dos interesses autenticamente nacionais (os diplomatas, na realidade não são os formuladores da Política Exterior, mas seus agentes) lamentavelmente mantinham “firme a defesa da tese de que deveria ser mantido o mar territorial de 12 milhas”.

Após pesca predatória no litoral francês e na costa africana, em 1962 barcos pesqueiros franceses passaram a pescar lagostas no litoral

brasileiro, transportá-las para Dakar e, de lá, para Paris.

O Ministro da Agricultura do Brasil, em fevereiro de 1962, acompanhou armadores de pesca brasileiros em audiência com o Presidente da República, quando informaram que empresas brasileiras de pesca, com base em Recife, estavam perdendo cerca de quatro milhões de dólares anuais com a pesca realizada pelos pesqueiros franceses.

Há registros que, de junho de 1962 a fevereiro de 1963, foram apresados, no litoral nordestino brasileiro, nove barcos pesqueiros franceses. Quando liberados e escoltados até o limite da plataforma continental foram, todos, em Nota de Advertência, esclarecidos que “a lagosta é recurso natural da plataforma continental e que estrangeiros só podem pescá-la com prévia licença especial”.

João Goulart, em audiência concedida ao Embaixador da França no Brasil, Jacques Baeyens, teria autorizado, temporariamente e sob determinadas condições, a pesca da lagosta no litoral brasileiro. Efetivamente, em Nota Oficial, de 20 de fevereiro de 1963, Exteriores que o Presidente da França se negara a recebê-lo em audiência sob a indelicadeza de justificar

“que não recebia representante de governo irresponsável e que levasse ao conhecimento de seu governo que havia determinado à Marinha francesa que desse toda a garantia necessária para que os pescadores bretões fizessem uso de



seu legítimo direito de pescar lagostas, como e aonde vinham fazendo”.

Por consenso, os Membros do Conselho de Segurança Nacional concluíram que os acontecimentos levavam a inevitável estado de conflito entre Brasil e França e que deveriam ser tomadas todas as medidas necessárias para a salvaguarda, a qualquer custo, da soberania nacional.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, a 23 de fevereiro, divulga em declaração à Imprensa que “a decisão do Brasil de proibir a pesca da lagosta na plataforma continental brasileira por parte dos franceses será mantida, custe o que custar”.

O Ministro do Exército, Membro do Conselho de Segurança, declarou, em uníssono, “que considera uma precipitação do governo da França mandar ao Brasil um navio de guerra para proteger barcos lagosteiros” e conclui “que o fato tem aspectos graves, considerando-se, sobretudo, que o governo brasileiro dera um prazo relativamente dilatado para os barcos franceses concluírem sua ação e que está certo que o Governo do Brasil saberá defender nossos legítimos interesses, conduzindo a discussão do problema com a habitual serenidade”.

Na França, o Embaixador Alves de Souza vê-se na contingência de interromper almoço no “Tour d’Argent” para atender chamado do Secretário-Geral das Relações Exteriores da França, que o instruiu que solicitasse ao governo brasileiro

a imediata liberação dos pescadores e que não houvesse interferência na continuação da pesca. Vale observar que, tradicionalmente, na Diplomacia solicitações ao governo de país onde se tem representação é feita por meio do Embaixador nele credenciado.

Um 2º Secretário da Embaixada da França no Brasil, em nota para a Imprensa, declarou que “a atitude do governo brasileiro determina soluções de força e suas conseqüências são imprevisíveis”. Acrescentou que “o governo francês não deseja uma solução de força e, se assim o fez, como está noticiando a imprensa brasileira, é porque se esgotaram todas as possibilidades de conciliação e que a atitude violenta do Brasil criou um certo mal-estar e certa perturbação”, acrescentando que “os entendimentos agora estão parados, as conversações não têm mais sentido e a França não pode mais transigir”.

O governo da França, pelo menos aparentemente em defesa dos interesses de empresas pesqueiras (mais provavelmente, porém, para fixar posição contrária a soberanias sobre riquezas das plataformas continentais) iniciou intensa competição de riscos. O Brasil, em defesa de princípio maior, seus direitos soberanos, reagiu ao desafio com atitudes compostas de ações diplomáticas e, imediatamente, militares para obter a iniciativa das ações, testar a firmeza da manifestação desafiadora e defender seus direitos soberanos.



Brasil e França entravam em situação de conflito – Crise Internacional – na zona cinza entre Paz e Guerra. A firmeza nacional de defender interesses e soberania determinaria os limites de emprego de níveis de violência.

Manobra de Crise. A confrontação. Ações e reações – Às 01h00min do dia 24 de fevereiro, domingo de carnaval, suspende para o Nordeste a primeira Unidade-Tarefa (Contratorpedeiros PARANÁ e PERNAMBUCO) do Grupo-Tarefa 12.2. No Exame da Situação do Documento Operativo consta:

“...o governo brasileiro decidiu manter, a todo custo, a soberania nacional sobre sua plataforma continental”.

Logo ocorreu a primeira tentativa de interferência estrangeira no conflito. Às 02h30min do dia 24 de fevereiro, pouco menos de duas horas após o suspender dos primeiros navios do GT 12.2, o Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), Almirante José Luiz da Silva Júnior, recebeu em audiência, a pedido, ao Adido Naval dos EUA, que alegara necessidade de tratar de assunto de extrema urgência e importância. Presenciou a audiência o Ajudante de Ordens do CEMA, que zelosamente registrou o diálogo:

O CEMA, com objetividade formal e distância devida, indagou ao Adido do motivo da solicitação de audiência em hora tão inusitada.

Com palavras evidentemente

preparadas, o Adido respondeu:

- O Senhor Embaixador dos Estados Unidos determinou-me informar a Vossa Excelência que recebeu ordem do Departamento do Estado para comunicar ao Comandante Militar da Marinha do Brasil que os dois contratorpedeiros que suspenderam do porto do RIO DE JANEIRO com destino ao Nordeste deveriam regressar imediatamente, porque a Lei do Senado americano, que concedeu o empréstimo desses navios, proíbe o uso dos mesmos contra qualquer aliado dos Estados Unidos da América.

A resposta do Chefe do Estado-Maior da Armada, foi imediata e expressas com ritmo pausado e seguro:

- Peço ao Captain para solicitar ao Excelentíssimo Senhor Embaixador dos Estados Unidos da América que comunique ao seu governo, em Washington, que inspirado nos fundamentos do Pan-americanismo, que tem como uma das principais fontes a Doutrina Monroe, formulada por um Presidente dos Estados Unidos há cento e quarenta anos, o Brasil cortou relações diplomáticas e, depois, manteve estado de beligerância com o Japão, em virtude de agressão ao território norte-americano com o ataque a Pearl Harbour. O Brasil honrou o seu compromisso assumido por ocasião da Conferência de Havana de 1940, onde se declarou que um ataque por um Estado não-americano contra qualquer Estado americano é considerado como um ataque contra todos os Estados americanos.



Sabemos que os Estados Unidos da América têm compromissos políticos e militares com a França em virtude do Tratado do Atlântico Norte, firmado em 1949. Entretanto, antes deste Tratado, os Estados Unidos da América, em 1947, nesta cidade do Rio de Janeiro, liderou a assinatura do Tratado Internacional de Aliança Recíproca (TIAR), que teve como propósito prevenir e reprimir as ameaças e os atos de agressão a qualquer dos países da América, baseado nos princípios de solidariedade e cooperação interamericana. Assim sendo, configurando-se a agressão militar francesa, como anunciada em Paris, o Brasil espera que os Estados Unidos da América honrem seus compromissos, declarando guerra contra a França, como o Brasil honrou seus compromissos, declarando guerra contra os japoneses na Segunda Guerra Mundial, sem nunca ter sido agredido diretamente por eles. E concluiu: “Está dispensado” ... e pode retirar-se”.

A 25 de fevereiro, suspendeu do RIO DE JANEIRO o Contratorpedeiro GREENHALG e, no dia seguinte, o Cruzador BARROSO.

A 27 de fevereiro o Contratorpedeiro francês TARTU foi detectado por aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB), em vôo de esclarecimento solicitado pela Marinha. No dia seguinte, a imprensa de RECIFE divulgou a fotografia do TARTU obtida por aeronave da FAB.

No dia seguinte, 28 de fevereiro, navios do GT 12.2 (PARANÁ e PARÁ, que completavam o

grupamento operativo) obtiveram contato visual com o Contratorpedeiro TARTU, em companhia de cinco lagosteiros.

Em RECIFE, o Comandante do IV Exército (General Castelo Branco) divulgou a todos os Comandos subordinados a descrição da situação e passou instruções especiais a todas as Unidades de Artilharia de Costa.

O Comandante da 10ª Região Militar, em FORTALEZA, afirmou, em entrevista, que o “Exército estava preparado para agir com todo o seu dispositivo bélico, em complemento às ações das demais Forças Armadas”.

As 23h00min horas do dia 28, o Submarino RIACHUELO e a Corveta IMPERIAL MARINHEIRO suspenderam do RIO DE JANEIRO com destino, respectivamente a RECIFE e NATAL.

O Submarino RIACHUELO levava a bordo torpedos sem a cabeça- de- combate. Era a clara evidência de despreparo material para eventualidades de emprego em guerra de nosso Poder Naval, limitado por visão míope de destinação de recursos orçamentários. Porém, enquanto o RIACHUELO navegava do RIO para o Nordeste, com dedicação, competência e patriotismo, que nunca faltaram às nossas Forças Armadas, técnicos da Marinha tratavam de adaptar cabeças-de-combate para serem enviadas a RECIFE e armar os torpedos.

Fatos relacionados com a atribuição de missão à Corveta IMPERIAL MARINHEIRO são



bem esclarecedores da disposição dos tripulantes de nossa Força Naval:

Cerca da 10h00min do dia 28 de fevereiro, o Comandante da Corveta IMPERIAL MARINHEIRO, Capitão-de-Corveta Paulo Nogueira PAMPLONA Corte Real, foi chamado ao Comando da Força de Submarinos, ao qual a Corveta estava subordinada. Duas horas depois regressou para bordo. Imediatamente determinou que se retirasse a prancha, que fossem, de pronto, lacrados os transmissores-rádio e desligado o cabo telefônico. Nenhum tripulante poderia mais baixar à terra. Reuniu a tripulação na popa, Oficiais e Praças, e de forma direta, clara e objetiva, informou:

-Suspenderemos para o Nordeste em hora que será oportunamente comunicada. Em face da situação, estão suspensas todas as licenças; ninguém sai mais de bordo. O telefone está cortado; os transmissores-rádio estão lacrados. Ninguém pode comunicar-se, por qualquer meio, com o exterior. No Teatro de Operações, atuaremos como um navio de apoio logístico, que somos, e estaremos prontos para cumprir eventuais tarefas específicas em caso de confronto naval. Porém, mesmo como navio de apoio logístico de pequeno poder combatente, na presença do inimigo não hesitarei, se preciso for, em dar minha própria vida e exigir a de cada um dos senhores.

Manter o navio pronto para suspender. As suas incumbências.

Às 23h00min a Corveta IMPERIAL MARINHEIRO suspen-

deu e somente no litoral da Bahia soubemos de nosso destino inicial, NATAL.

No litoral nordestino, os navios da Esquadra mantinham, continuamente, acompanhamento do Contratorpedeiro TARTU, que se mantinha em companhia dos barcos pesqueiros.

A PETROBRAS, atendendo solicitação da Marinha, coloca à disposição seus navios-petroleiros para abastecer, no Nordeste, os navios da Esquadra com combustível fabricado na refinaria de DUQUE DE CAXIAS, RIO DE JANEIRO.

A Rede de Escuta de Alta-freqüência da Marinha detecta sinais de alta-freqüência emitidos, em potência pouco usual, por navios da Esquadra francesa que estariam fazendo "exercícios de rotina" ao largo de DACAR, "por necessidade de reabastecimento".

Paralelamente, enquanto a firme intenção de defender posição soberana do BRASIL é demonstrada pela Força Naval, ações em campos de diferentes naturezas contribuíam para a realização dos interesses nacionais ameaçados.

No campo diplomático, as notas e declarações francesas são mais incisivas que as brasileiras. Assim, por exemplo, enquanto o 2º Secretário da Embaixada da França no Brasil declarou, a 23 de fevereiro, que "...esgotadas todas as possibilidades de negociação, as conversações não têm mais sentido", em nota oficial o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a 27 de fevereiro, reconhecia



que embora “o TARTU esteja, sem dúvida, fora de nossas águas territoriais (aproximadamente a 90 milhas marítimas da costa brasileira), tal presença deste navio tão próximo do litoral brasileiro não pode ser considerada normal e impede a retomada de negociações a que o Governo nunca se negou. Somente a retirada do navio será capaz de restabelecer o clima de normalidade indispensável ao imediato reinício dos entendimentos”.

Esta nota oficial não classifica como demonstração bélica (diplomacia de canhoneira) e como ameaça latente a presença de navio de guerra em nosso litoral com a finalidade declarada de proteger a atividade de navios-pesqueiros; a vê como fora de nossas águas territoriais e não a identifica como oposição armada a direitos sobre bens da plataforma marítima brasileira. Também admite a retomada de entendimentos e negociações sobre direitos soberanos.

Mais tarde, em 1979, o Embaixador Carlos Alves de Souza, Embaixador do Brasil na França em 1963, afirmou em livro que “sempre achei que a França estava coberta de razões. Chega a se atribuir a frase “*Le Brésil n’est pas un pays sérieux*”, que teria dito em diálogo com o jornalista Luiz Edgard, correspondente, na época, do jornal O Globo, em Paris. Segundo ainda Alves de Souza, no mesmo livro, “o General De Gaulle, homem difícil, porém muito educado, ele, por sua formação e temperamento, não pronunciaria frase tão francamente

inamistosa em relação ao país do Chefe da missão que ele mandara chamar”. Deve-se observar que francamente inamistoso foi o emprego de meio naval de guerra para respaldar interesses empresariais duvidosos... Há uma versão, por outro lado, que De Gaulle, ao conhecer caricaturas brasileiras e manifestações populares em eventos carnavalescos, teria observado que “isto não é sério”.

No campo dos argumentos para mudar focos de discussão, a França levanta que a lagosta, por nadar, não teria habitat na plataforma continental e, em conseqüência, não seria um bem da plataforma continental marítima. Evidentemente era uma “distração” sobre o tema principal e primordial: direitos soberanos e, portanto, inegociáveis. No Brasil, com competência científica, afirmou-se, logo, que as lagostas deslocam-se por movimentos semelhantes a saltos no meio líquido; de forma conclusiva e irônica, que se a lagosta nadava, por analogia, o canguru era peixe, pois voava...

A opinião pública internacional. Em Crises Político-estratégicas, os partidos em confronto procuram obter apoio da opinião pública internacional, em paralelo, suas posições e ações são por ela influenciadas. Na imprensa internacional e na dos dois países em conflito encontram-se elementos para avaliar a opinião pública internacional.

Na Alemanha, o semanário “VORWÄTS” publicou editorial do qual se transcreve trechos: “É importante salientar que uma



Conferência sobre o Direito Marítimo das Nações Unidas promulgou, em 1958, uma Convenção sobre o direito às riquezas da chamada plataforma continental... Pertencem às riquezas protegidas contra a exploração de outros países todos os minerais e seres vivo, que habitam a superfície da plataforma continental”. E mais adiante: “Se as lagostas são animais sedentários ou não, isto é, se a Convenção se aplica a elas ou não, é coisa a ser esclarecida mediante parecer imparcial de técnicos em biologia oceanográfica. Porém, ampliar o caso pelo envio de um navio de guerra é caso único, digno de um general, é verdade, mas vergonhoso para um estadista”.

Mesmo em França, um comentarista internacional do jornal “L’Aurore” reconhecia e publicou, com claro uso de conhecimentos de saber político e estratégico:

“...a presença do TARTU em frente a RECIFE é uma indiscutível manobra de pressão, não sendo compreensível a atitude do. Governo Francês. O Brasil está certo ao proteger as lagostas de seu litoral e negar-se a discutir sobre pressão. Acrescenta, ainda que “apesar dos desmentidos de ontem (28 de fevereiro) concernente ao envio da Esquadra estacionada em DACAR, não deixa de ser certo que um de nossos navios de guerra, o TARTU, se encontra em frente do RECIFE. Isto é uma indiscutível manobra de pressão, e o Governo brasileiro está perfeitamente fundamentado quando

se nega a negociar sob ameaça. Quando os responsáveis de PARIS se comportam assim com um Estado a favor do Ocidente, não se compreende. Tanto mais que a nossa posição jurídica parece, se não errada, discutível. O Brasil tem o direito de proteger as lagostas de seu litoral – os crustáceos não são nômades, mas sedentários – contra os pescadores estrangeiros. “E se, como se anuncia ali, o Brasil levar o litígio ante o Areópago Internacional, a sentença lhe dará razão...” e encerra com uma pergunta: “Não compreendem nossos dirigentes que, em todas as Repúblicas sul-americanas, muito sensíveis em matéria da soberania nacional, a opinião pública se indigna de ver a França usar, para uma causa tão pequena, um meio de tão grande pressão?”.

A imprensa italiana deu considerável espaço ao conflito. São trechos e manchetes dos jornais italianos:

“Relazioni tese tra Francia e Brasile per la disputa delle aragoste” (23 de fevereiro); “De Gaulle ha inviato un ‘unità della marina militare in aiuto di sei pescherecci francesi operanti sulle coste del Brasile. Una nave e aerei militar brasiliani li stanno ricercando” (25 de fevereiro); “Marina brasiliana decisa a respingere la flotta francese” (01 de março); “La Francia è pronta a richiamare le sue navi” (03 de março); “Terminata la guerra delle aragoste: i bretoni lasciano le coste del Brasile” (11 de março),. “Ritirata dei francesi nella



guerra delle aragoste” (11 de março).

Como sempre acontece em situações de conflitos internacionais, na imprensa brasileira aparecem articulistas que se assumem “estrategistas”, se autoproclamam “analistas militares”, embora sem conhecimentos profundos de Ciência Política, de Estratégia e, porque não dizer, sem visão e sem compromisso com os reais interesses nacionais (seria demais pedir que demonstrem patriotismo, uma vez que é tido por eles como parcialidade inaceitável).

Assim é que, em artigo assinado, divulgado na “Tribuna da Imprensa”, em “análise” que as Ciências e a História demonstram desprovida de imparcialidade e de fundamentos político-estratégicos, pelo menos, encontrou-se:

“Os dois grandes assuntos do dia continuam a ser: a imbecialíssima (sic) guerra da lagosta e a viagem (adiada) do Sr. Santiago Dantas aos EUA”. Segue-se uma série de perguntas formuladas pelo articulista e para as quais parece que não tinha respostas. Demonstra desconhecer a Teoria dos Conflitos e suas aplicações em Manobras de Crises (tão claras para qualquer analista que tivesse acompanhado a, então recente, Crise dos Mísseis em Cuba). Chega a afirmar que a divergência (para o Brasil de soberania respaldada em Convenção Internacional) devia “configurar problema nos estritos termos de uma conveniente limitação”. (? !)

De forma geral, interessados em publicar fatos, setores da imprensa

carioca usaram, por exemplo, as manchetes seguintes: “Estado de hostilidade entre o Brasil e a França” (O Globo, 28fev1963); “Goulart adverte a De Gaulle: Mande navio de guerra voltar se quiser acordo com o Brasil” (Diário de Notícias, 28fev1963); “Continua o TARTU na mesma posição: foi fotografado por um avião da FAB” (O Globo, 01mar1963); “Marinha vigia o vaso francês em alto-mar” (Última Hora, 01mar1963); “Esperança em Washington de que o Brasil e a França cheguem a um acordo pela via diplomática” (O Jornal, 01mar1963); “Senador francês contra posição de De Gaulle” (O Globo, 01mar1963). Na imprensa de RECIFE houve divulgação de reunião promovida pela União dos Estudantes de Pernambuco para firmar posição sobre a pesca da lagosta em nosso litoral. A reunião terminou com passeata pelas ruas de RECIFE e protestos em frente ao Consulado Francês contra a agressão aos direitos soberanos brasileiros.

Manobra de Crise. A desescalada francesa. O resultado final. Defendendo interesse menor declarado, com dificuldade prática militar-naval e logística de manter uma campanha prolongada do outro lado do Atlântico e de engajar-se em uma guerra por razões discutíveis, pelo menos, pela opinião internacional por envolver direitos soberanos, a França dá o primeiro sinal de curvar-se à firme posição brasileira: A 1º de março, o



primeiro sinal de que a França, certamente em face da reação brasileira, iniciava comportamento de distensão: correspondente de jornal brasileiro em Paris publica que “círculos ligados ao governo francês admitem a retirada do TARTU.

Efetivamente, a Fragata PAUL GOFFENY, um antigo e mal armado navio-auxiliar francês, navegava em rumos que o levavam a encontro com o Contratorpedeiro TARTU, plotada constantemente pela rede radiogoniométrica brasileira. Confirmava-se a substituição do TARTU por “motivos logísticos”. Efetivamente, a 2 de março, o Contratorpedeiro TARTU assume rumo de regresso; mantém-se a Fragata PAUL GOFFENY com os pesqueiros franceses, sempre sombreados por contratorpedeiros e aeronaves brasileiros, certificando-se de que se mantinham afastados de nosso litoral e sem realizar atividades de pesca.

Finalmente, a 03 de março de 1963, a desescalada: a Fragata PAUL GOFFENY e os lagosteiros se afastam do Atol das Rocas e, rumo leste, assumem retirada.

Brasil ou França? Qual foi o vencedor da Crise Político-estratégica de 1963?

Os fatos que se seguiram esclarecem, com clareza, quem foi o vencedor.

João Goulart, em 1964, evade-se para o Uruguai, cedendo à manifestação cívico-social que frustrou meta do comunismo internacional.

O Governo Castelo Branco, em

1966, amplia o mar territorial do Brasil para seis milhas. No ano seguinte, o Poder Executivo encaminha Mensagem (353/67) à Câmara de Deputados, na qual solicita a aprovação do texto das Convenções de Genebra relativas ao Mar Territorial, Alto-mar, Pesca e Conservação dos Recursos vivos do Alto-mar e Plataforma Continental.

O General De Gaulle, em 1969, renuncia à Presidência da França e é substituído por George Pompidou.

Neste mesmo ano, o Presidente Costa e Silva amplia o mar territorial para 12 milhas (Decreto 553/1969). Em seguida, a Emenda Constitucional nº 1 dispõe sobre a plataforma continental e mar territorial (itens III e VI do Artigo 4º) de forma coerente com a Convenção de Genebra.

Logo após, em 1970, o Governo Médici amplia o mar territorial para 200 milhas (Decreto-Lei 1098), coerente com países sul-americanos.

Em 04 de janeiro de 1993, pela Lei 8617, no Governo Itamar foram fixados: mar territorial de 12 milhas a partir da costa, zona contígua das 12 milhas do mar territorial até 24 milhas, zona econômica exclusiva das 12 até 200 milhas e plataforma continental compreendendo o leito do mar e o subsolo em toda a extensão do território até o bordo exterior da margem continental ou até 200 milhas, o que for maior.

Este ato soberano brasileiro antecipou os termos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Convenção de Montego Bay),



que, com decisiva participação do Brasil, viria a ser aprovada e posta para assinatura em 16 de novembro de 1994.

Realizaram-se os justos interesses brasileiros e atendera-se a autêntica vontade nacional.

## **AS LIÇÕES DA HISTÓRIA**

Análise e avaliação de erros e acertos dos atores.

É preocupação da História o estudo das causas, razões e conseqüências dos fenômenos e fatos político-sociais.

Aos Políticos e aos Estrategistas interessam, particularmente, a análise e a avaliação dos erros e acertos que conduzem Nações a fracassos ou a vitórias, para poder fugir dos responsáveis pelas derrotas e inspirar-se nos motivadores dos êxitos.

A partir desta síntese de fatos da Crise Internacional que envolveu Brasil e França, em 1963, podem-se correlacionar as características do fato político-estratégico com as enunciadas em propostas de teorização consolidadas no nível de Teoria, pelo grau de generalização e pela sistematização do domínio lógico do fenômeno. Isto corresponde, de alguma forma, a contribuir para o reforço dos enunciados dos conceitos e princípios da Teoria de Crises.

Em 1963, uma negociação entre duas Nações sobre interesses particulares viu-se, propositalmente, transformada em uma situação de conflito. Os partidos envolvidos procuraram gerar a possibilidade de realizar objetivos políticos ou político-

estratégicos por meio da manipulação do risco de uma guerra, que se mostrou para um dos lados como proporcional a seus objetivos maiores.

Parece crível que as razões maiores de De Gaulle estavam ocultas, pelo menos não explicitamente declaradas. Pode-se, até, concluir que estariam diretamente relacionadas com posição contrária a direitos soberanos de países costeiros sobre bens da plataforma continental marítima.

O Brasil, desde logo, indicou que a situação extrema, a guerra, era compatível com suas razões, direitos de soberania, portanto direitos inegociáveis.

Eis que provocar uma Crise Internacional, e manobrá-la, constitui um jogo de riscos real de guerra, que deve ser cuidadosamente planejado e realizado com ações ponderadamente estabelecidas e executadas. Há que se fazer crer, sempre, que as motivações, mesmo que ocultas ou não claramente declaradas, são de tal valor que justificam os riscos envolvidos e posições extremas são compatíveis com a gravidade do conflito. As decisões políticas e estratégicas praticadas devem merecer crédito de corresponder a justo balanço entre suas conseqüências e o valor do interesse disputado.

No desenrolar da Manobra de Crise, os acontecimentos se sucedem rapidamente e as pressões exercidas pelos partidos em confronto aumentam as dificuldades do processo de tomada de decisão. A



demonstração de intenção de escalar o nível de violência funciona, ao mesmo tempo, para testar a firmeza do adversário e para, na efetiva escalada, aproveitar momento propício para uma pressão irresistível. No desenvolvimento da Manobra de Crise, surgem declarações, explícitas mesmo que sem muita veemência, por vezes apoiadas até mesmo por atores paralelos, da disposição de escalar os degraus da violência.

Na escalada, a força do argumento passa a se substituída pelo argumento da força. Atitudes políticas e diplomáticas descorteses, comunicados formais, enrijecimento de posições tornando difícil ao antagonista crer em possibilidade de recuo. Mobilização significativa, exibição de força indicando que os níveis da hostilidade bélica podem ser atingidos.

A aplicação, por multidisciplinar, das expressões do Poder Nacional para fazer frente a Crises Internacionais exige um perfeito conhecimento das características dos elementos componentes de cada expressão e a compreensão exata de todas suas singularidades, dimensões e valor. Tais conhecimentos multidisciplinares e especializados recomendam, por si só, a instituição de um Conselho ou Gabinete de Crise, no mais alto nível político-estratégico.

Na França, onde o General De Gaulle tinha o hábito de misturar sua personalidade com a do próprio país, não há referência que tenha se constituído, formalmente, um Gabinete

de Crise.

O General De Gaulle, em defesa de interesses empresariais, razão declarada de sua decisão de provocar Crise político-estratégica, ou talvez para contestar direitos que gradualmente estavam em processo de reconhecimento como da soberania de países litorâneos, utilizou expressão do Poder Naval para, em típica “diplomacia de canhoneira”, intimidar e ameaçar. Em que pese seu valor como Estadista e Estrategista terrestre, De Gaulle, além de estimar mal a vontade nacional brasileira, demonstrou vulnerabilidades em seus conhecimentos de Estratégia e Logística Navais.

No Brasil, onde o Presidente não era exatamente um Estadista, além de uma reunião decisiva do Conselho de Segurança Nacional, a Marinha assumiu praticamente o controle das ações que corresponderam a demonstrar a intenção firme de escalar nos riscos assumidos. É que estava em jogo interesse da soberania nacional e a Marinha, ao identificá-lo, assumiu a representação da vontade nacional de fazê-lo respeitar, “a qualquer custo”.

Constata-se, ainda, pela observação dos fatos, que, na França, a Estratégia e a Manobra da Crise tiveram decisões emanadas do mais alto nível do Poder. No Brasil, o Presidente “Jango considerava o assunto sem importância” (Carlos Alves de Souza em “Um Embaixador em Tempo de Crise”, Rio de Janeiro, 1979, página 315) e setores diplomáticos julgavam que “a França



estava coberta de razões e o incidente tinha sido envenenado pela imprensa brasileira” (obra citada, página 316). Porém, as Forças Armadas brasileiras, em especial a Marinha pelo cenário marítimo das ações, mantiveram-se firmes na defesa da vontade nacional, identificada com clarividência. Efetivamente, as Forças Armadas representaram e exerceram o mais alto nível Político nacional.

Assim, o Brasil, mais pelo saber político e estratégico de sua Marinha, tornou logo claro (apesar de viver um governo tíbio e vacilante) que defendia interesse vital, sua soberania sobre direitos inalienáveis. A movimentação de sua força naval foi demonstração cabal e decisiva.

### **O PODER NAVAL NA ESTRATÉGIA E NA MANOBRA DE CRISES**

O cenário marítimo da controvérsia na fronteira do conflito bélico iminente evidenciou, natural e logicamente, o Poder Naval como a expressão com as mais amplas condições de ser o mais eficaz instrumento de força para definir a situação de conflito em atendimento ao objetivo nacional.

Ressalta, no presente “estudo de caso”, o papel da força naval.

Revisitar, pois, algumas das características dos meios navais possibilita, em avaliação das ações dos partidos em conflito, concluir-se sobre os erros e acertos, lições para, no presente e no futuro, evitar-se aqueles e assegurar-se de condições que fazem os êxitos das Sociedades nacionais

dependentes do uso dos mares.

Dentre outras, observa-se na Crise Franco-brasileira a exploração das características de flexibilidade, versatilidade, mobilidade, prontidão operacional e de representatividade dos meios navais.

As Forças Navais podem ser organizadas em grupamentos operativos de diferentes valores de poder combatente (flexibilidade) e para atender a tarefas distintas (versatilidade). Em situações de conflito, uma unidade naval ou um grupamento (Elemento-tarefa, Unidade-tarefa, Grupamento-tarefa ou Força-tarefa), de poder combatente determinado profissionalmente, pode realizar, por exemplo, ações de presença, operações especiais, aeronavais, de submarinos e anfíbias, demonstração naval dissuasória, batalhas decisivas, interposição ou bloqueio naval seletivo ou total.

A França decidiu, inicialmente, “apoiar” atividade de barcos pesqueiros com uma unidade naval moderna e bem armada, ação típica de “diplomacia de canhoneira”, mantendo-se na zona cinza do Direito Internacional quanto à definição de ação de guerra. Posteriormente, para desescalar, utilizou-se da versatilidade dos meios navais e substituiu o contra torpedeiro por um navio-auxiliar. Durante toda a atuação, manteve em DACAR, em “exercícios de rotina”, parcela significativa de sua Esquadra. (com indiscrição de transmissões rádio provavelmente proposital para indicar capacidade de escalar).



O Brasil deslocou praticamente toda sua Esquadra para o Teatro de Operações, em demonstração clara que estava disposto a defender firmemente direitos inegociáveis, cônica a Marinha das dificuldades logísticas e de ordem de Política Internacional que teria a França para manter sua posição deste lado do ATLÂNTICO, em que pese seu superior poder combatente naval.

A mobilidade das Forças Navais, permitindo a seus meios deslocarem-se em velocidade planejada e alterável com a evolução da situação, possibilitou à França trazer demonstração de sua vontade em área distante de seu território no momento julgado oportuno. Paralelamente, a capacidade de operar e de fazer sentir toda a força de seu simbolismo em ambiente internacionalizado, possibilitou que a França buscasse intimidar com clara ameaça ao partido oposto, mantendo Força Naval e unidades isoladas prontas a agirem, porém em águas internacionais, pelo menos até a ocasião oportuna. Falhou, porém, na avaliação da capacidade de permanência na cena distante.

Utilizou-se, a França, da representatividade (ou simbolismo) de um navio de guerra, histórica e de fato representante da vontade, das intenções e dos compromissos nacionais, do vigor que inspira a imagem da Bandeira que navega em seu mastro. A Esquadra brasileira deixou claro, desde q primeiro momento, que representava a histórica decisão de “manter, a qualquer custo,

a soberania nacional sobre a plataforma continental marítima”.

O axioma “o Poder Naval não se improvisa” e a máxima análoga enunciada por Rio Branco, “navios e marinheiros não se improvisam, e u’a Nação, como a brasileira, com tão vasta extensão de costas e tão grandes rios internacionais, precisa esta seriamente aparelhada para a pronta defesa de suas comunicações marítimas e fluviais, de seus portos e comércio”, correspondem a uma condição basilar que, afirmam os Estrategistas Navais, deve ser sempre atendida pelas Forças Navais: a prontidão operacional. Neste sentido, garantir disponibilidade de desencadear prontamente ações navais ou reações que se impuserem corresponde a dispor – mesmo quando ameaças externas não são perceptíveis, prováveis, evidentes, imediatas, previsíveis – de Força Naval que assegure condições de evitar, dissuadir, conter ou, pelo menos, inibir ou adiar manifestações de força que busquem atingir ideal de desenvolvimento, em sistema de cooperação internacional e respeito mútuo entre as Nações.

No mundo atual, em que assimetrias e apetites de toda natureza não afastaram da Sociedade das Nações o espectro dos conflitos armados, não há espaço para conceitos de “marinha-escola” ou “marinha-núcleo” e para improvisações. Para manter a Paz, dissuadir atitudes hostis, responder a ameaças, impor retaliações, enfim para manter a



soberania nacional, as Nações que dependem do uso dos mares têm que ter “força naval pronta”.

Embora Estrategistas Navais brasileiros estejam sempre a alertar, governos republicanos, com visão míope, têm negligenciado em suas responsabilidades de adequadamente aparelhar nossas Forças Armadas que, mesmo assim, em seus limites, não têm faltado aos seus deveres para com a defesa da Pátria.

Há quem, com justa dor, reconhece que políticos somente se lembram de Deus e das Forças Armadas, dos seus marinheiros, soldados e aviadores, quando em situação de perigo.

Sem recursos orçamentários compatíveis com suas responsabilidades, em 1963 a Marinha do Brasil não dispunha de meios atuais, comparáveis aos franceses, não tinha munição de artilharia suficiente para uma campanha naval e seus submarinos não tinham torpedos prontos para combate. Não dispunha de meios aéreos para a defesa aérea de força naval e para ataque a alvos de superfície. Vale destacar neste quadro negativo o elevado nível profissional das tripulações brasileiras e dos técnicos em bases e Arsenal, que contribuía e contribuem sempre, com dedicação patriótica, para a manutenção dos meios navais em estado operacional possível de ser atingido com a penúria de recursos financeiros e materiais.

## CONCLUSÕES

A História adverte e a Lógica recomenda que há um imperioso sentido prático em manter as Forças Armadas em condições de fazer frente a situações de conflito, da tensão à Crise e à Guerra. As intenções pacíficas de u’a Nação são coerentes com a organização da defesa de seus interesses legítimos, de sua soberania.

Sem dúvida, o cenário mundial apresenta possibilidades de lógico aproveitamento de complementariedades e sugere a imprescindibilidade do desenvolvimento harmônico das Nações. Porém, a comunidade sócio-política internacional é um sistema em que assimetrias sociais e econômicas, raciais, ideológicas e religiosas, vis-à-vis com apetites egocêntricos e hegemônicos, são causas de profundas e freqüentes instabilidades entre Nações em cenários onde intransigências na defesa de discutíveis e egoístas interesses particulares induzem decisões desagregadoras, originadas até mesmo nos mais evidentes parceiros.

Na atualidade, observa-se, com elevada freqüência, que para manter ou conquistar objetivos que compreendem interesses comuns, a natureza das relações internacionais tendem ao espectro dos conflitos e os tipos mais intensamente utilizados incluem o uso deliberado, controlado até certos limites, da ameaça do uso e da efetiva aplicação da força e da violência, em suas diversas naturezas.

Nesta realidade, um Poder Naval adequadamente preparado e



bem aplicado, por suas características intrínsecas e com efetividade que inspire credibilidade aliada à vontade política de aplicá-lo, pode e tem evitado que vontades externas antagônicas envolvam a Nação em conflito, ou pode, com ímpares vantagens estratégicas e bélicas, contribuir decisivamente para solução de compromisso que consulte a vontade nacional.

## **BIBLIOGRAFIA**

1. BORBA, Raymundo. La crisis de los misiles cubanos. Anotações em Curso na Escola de Negócios de Valparaíso e na Academia de Guerra Naval. Chile, Valparaíso, 1985.

2. CARVALHEDO, Augusto César da Silveira. Estratégia de Crises. Estudos e apontamentos no Cours Superieur Interarmées. Paris, 1980.

3. CARVALHO, Virgílio. Lições de Estratégia. Instituto Superior Naval de Guerra. Lisboa, jul 1980.

4. DABUL, Amaury. Guerra da Lagosta, a busca da verdade histórica. Revistas do Clube Naval (nº 294) e Segurança e Desenvolvimento, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, 1994.

5. ESCOLA DE GUERRA NAVAL. Trabalhos em Grupo do Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro. 1981, 1982, 1983, 1990 e 1991.

6. KAHN, Hermann. A Escalada. / Trad. Edilson Alkimin/. Rio de Janeiro, Bloch, 1969.

7. LUSITANO, José Carlos da Rosa. A Política, a Estratégia e a Manobra de Crises. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 1981.

8. MOREIRA DA SILVA, Oscar. A Guerra da Lagosta vista por um Tenente 40 anos após. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, 1º trimestre de 2004.

9. SOUZA, Carlos Alves de. Um Embaixador em Tempo de Crise. Rio de Janeiro, F. Alves, 1979.

10. VIANNA FILHO, Arlindo. Estratégia e Manobra de Crises Internacionais. Brasília, EMA. 1987.

11. Estratégia Naval Brasileira. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1995.

12. Os Mísseis em Cuba e a Estratégia de Crises. Rio de Janeiro. Revista Marítima Brasileira.

13 WATKINS, Admiral James D. The Maritime Strategy.

14 WILLIAMS, Phil. Crisis Management. Theories and Policies. New York, Holmes & Meier, 1975.



# A PROVÍNCIA CISPLATINA E A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO

**Darzan Neto da Silva (\*)**

## **Antecedentes**

Portugal e Espanha emergiram da guerra para expulsão dos mouros da Península Ibérica como Estados nacionais assentados na monarquia absoluta e na doutrina mercantilista, a fim de colonizarem as suas terras na América do Sul, onde estabeleceram um sistema colonial que lhes garantiria o domínio, a posse e a exploração econômica das suas respectivas áreas, demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas na América.

Durante a união das Coroas ibéricas (1580-1640), o Rei da Espanha, para defender as terras espanholas localizadas na Amazônia, concedeu ao português Bento Manuel Parente a Capitania do Cabo Norte e permitiu que os lusitanos adentrassem nas terras a Oeste do meridiano definido em Tordesilhas, praticamente admitindo o rompimento da linha divisória entre as duas colonizações.

Portugal, verificando que as suas terras no Brasil, localizadas a Leste dessa linha, não ofereciam uma unidade geográfica que permitisse estabelecer a sua colonização, formulou os objetivos das suas conquistas as quais deveriam se

expandir para se limitar com a colonização espanhola, ao Norte, na calha do Rio Amazonas e, ao Sul, na Bacia do Prata.

O Rei espanhol favoreceu essa expansão ao Norte, concedendo a portugueses a defesa do território e a Capitania do Cabo Norte; no Sul, Portugal criou a Colônia do Sacramento à margem norte do Rio da Prata e defendeu a sua posse contra as tentativas de conquista dessa Colônia pelos espanhóis. Posteriormente, incorporou a toda a área ao sul da Capitania de São Pedro do Rio Grande aos seus domínios com o nome de Província da Cisplatina.

Os tratados coloniais de Utrecht, Madri e Santo Idelfonso homologaram a expansão da colonização lusitana ao Norte, porém, ao Sul, a resistência portuguesa em devolver a Colônia de Sacramento vai transformar-se em conflitos bélicos, primeiro entre portugueses e espanhóis e, posteriormente, entre o Brasil e as Províncias Unidas do Prata.

Os espanhóis concentraram a sua colonização, inicialmente, nos altiplanos andinos voltados para o Oceano Pacífico, em torno das abundantes minas de ouro e prata; somente mais tarde, com expedições colonizadoras partindo do Vice-reinado do Peru e da Capitania Geral

---

(\*) O autor é Coronel do Exército e Sócio Titular do IGHMB.



do Chile, penetraram na Região Platina e estabeleceram-se no interior e às margens do rio da Prata. Fundaram, então, o Vice-reinado do Prata com capital em Buenos Aires, além de Montevidéo e Assunção.

No processo de independência, com a fragmentação do Vice-reinado do Prata, saíram três países: a Argentina, anteriormente proclamada como Províncias Unidas do Rio da Prata, com capital em Buenos Aires, o Paraguai, com capital em Assunção, e o Uruguai, com capital em Montevidéo.

Os portenhos, desejosos de manterem sob a sua jurisdição as terras pertencentes ao antigo Vice-reinado do Prata, tentaram, por duas oportunidades, conquistar Assunção, com incursões mal-sucedidas, sob o comando do General Manuel Belgrano. Esses anseios expansionistas permaneceram presentes na condução da política externa da Argentina.

A Banda Oriental do Uruguai, que pertencera anteriormente ao Vice-reinado do Prata e fora incorporada ao Império como Província Cisplatina, era palco de constantes lutas em que se entremeavam, com freqüência, os ideais de emancipação dos orientais e as intenções de domínio do Governo argentino, que pretendia reintegrar a margem Norte do Prata ao seu território.

O agravamento da situação culminou com o desembarque na praia de Agraciada, em 19 de abril de 1825, do Grupo dos 33, chefiado por Juan

Antonio Lavalleja, que partira de Buenos Aires com a determinação de lutar pela independência da sua terra.

A marcha de Lavalleja em direção a Montevidéo foi triunfal, pois a pequena força ia crescendo pouco a pouco, com a adesão de compatriotas entusiasmados. Destacou-se a colaboração do Coronel Julián Laguna e do Brigadeiro Frutuoso Rivera, os quais, embora estivessem a serviço do Brasil, aderiram aos revoltosos, com efetivos consideráveis.

Na dependência completa do auxílio argentino, o Congresso de Flórida, convocado por Lavalleja, votou, em 25 de agosto de 1825, a independência da Banda Oriental do Uruguai e, no mesmo dia, a sua incorporação à Argentina, declarando nulos os tratados anteriores com Portugal e Brasil. Em apoio àquele movimento, a população exaltada de Buenos Aires apedrejou o Consulado do Brasil naquela cidade e destruiu o escudo nacional brasileiro que o identificava.

O General José dos Santos Abreu, o intrépido Barão do Cerro Largo, recebeu ordem de se deslocar para a Província Cisplatina. À frente de 1.200 milicianos, atingiu Mercedes, de onde enviou o Coronel Bento Manuel para as margens do Arroio Águila, em 4 de setembro de 1825.

O caudilho Frutuoso Rivera conseguiu, em audaciosa operação, atacar de surpresa o Rincão das Galinhas, onde um contingente de 50 homens guardava a cavallhada do General José dos Santos Abreu.



Uma pequena força, composta de índios guaranis das Missões, que, por coincidência, chegara ao Rincão para deixar os cavalos, foi surpreendida também por Frutuoso Rivera. Apesar de lutarem bravamente, os brasileiros não resistiram ao ataque, morrendo, então, o Coronel José Luis Mena Barreto.

Bento Manuel Ribeiro, em marcha forçada, atingiu Montevideu e propôs ao General Carlos Frederico Lecór, então Comandante militar da Província, já que contava com o reforço de Bento Gonçalves – ao todo cerca de 1.500 homens, atacar as forças de Lavalleja.

Na manhã de 12 de outubro de 1825, os brasileiros encontraram o adversário nas cabeceiras do arroio Sarandi, no lugar denominado Orqueta de Sarandi. Rivera já se reunira a Lavalleja, apresentando agora um efetivo de 2.600 homens de Cavalaria, alguns atiradores a pé e uma peça de artilharia.

Bento Manuel lançou uma carga de cavalaria e, apesar de romper o centro da linha inimiga, foi repellido na ala direita por Rivera e derrotado no flanco esquerdo, retirando-se, com pesadas baixas, para Santana do Livramento. Esse episódio fez recrudescer a animosidade contra o Brasil, incentivando o entusiasmo dos adversários.

A Província da Cisplatina ficou quase toda nas mãos dos orientais, os uruguaios.

Carlos Frederico Lecór conseguiu manter as praças de

Montevideu e a Colônia do Sacramento, que estavam sendo assediadas pelas tropas de Lavalleja

O Governo argentino, na Sala dos Representantes, em Buenos Aires, declarou, em 25 de outubro de 1825 “a Banda Oriental reintegrada ao seio das Províncias Unidas do Rio da Prata, a que por direito pertenceu e deseja pertencer”.

A essa resolução respondeu o Império o seguinte:

“Havendo o Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata praticado atos de hostilidade contra este Império, sem provocação e sem preceder declaração expressa de guerra, prescindindo das formas recebidas entre as nações civilizadas, convém à dignidade da Nação brasileira e à ordem que deve ocupar entre as potências, que Eu, tendo ouvido meu Conselho de Estado, declare a guerra contra as ditas Províncias e seu governo. Portanto, ordeno que, por mar e por terra, se lhes façam todas as possíveis hostilidades, autorizando o corso e o armamento a que meus súditos queiram contra aquela Nação, declarando que todas as tomadas e presas, qualquer que seja a sua qualidade, serão completamente dos apresadores, sem dedução alguma em benefício do tesouro público.”

As tropas argentinas que constituíam o denominado “Exército de Observação” transpuseram o rio Uruguai na altura de Salto e iniciaram a concentração em Durazno,



vagarosamente.

Com a retirada do General Martin Rodrigues, assumiu o Comando o General Carlos Maria Alvear, antigo Ministro da Guerra, que, em dezembro de 1826, com 8.500 homens, julgou-se em condições de iniciar a campanha.

Os brasileiros mantinham-se em defensiva estratégica.

O Governo imperial resolvera afastar o General Abreu do Comando das tropas no Rio Grande do Sul, em dezembro de 1825, substituindo-o pelo General Francisco de Paula Massena Rosado.

Essa solução foi considerada uma injustiça para com o experiente chefe gaúcho; o seu sucessor revelou despreparo para a missão: apressou-se, inexplicavelmente, em reunir todas as forças disponíveis em Santana, deixando a descoberto a fronteira. Somente em Jaguarão manteve a tropa brasileira, pois Bento Gonçalves deixou de cumprir a ordem de concentração.

Francisco de Paula Massena Rosado também foi infeliz na escolha do local de acampamento: a região era insalubre e com péssimos pastos. Não bastasse isso, desentendia-se com o Presidente da Província e o seu Exército estagnava.

A opinião pública cada vez mais se impacientava com a inexplicável inatividade das forças brasileiras. D. Pedro I resolveu visitar pessoalmente o teatro de operações. Desembarcou em Santa Catarina e atingiu Porto Alegre. Naquela cidade, recebeu a

notícia do falecimento da esposa, D. Leopoldina, sendo obrigado a regressar de imediato.

Resolveu nomear, pelo Decreto de 12 de setembro de 1826, um novo Comandante – o Tenente-General Felisberto Caldeira Brant – Marquês de Barbacena, que gozava de muito prestígio como militar culto e político talentoso.

### **Planos de Guerra**

Em *memorandum* de 2 de outubro, o Marquês de Barbacena enviou ao Governo Imperial a exposição de seu Plano de Guerra:

- expulsar o inimigo para além do Rio Uruguai;
- ocupar posteriormente a Província de Entre Rios;
- obrigar a República Argentina a solicitar a paz sem possibilidade de renovar as hostilidades.

Para a realização desse Plano, Barbacena previa o que segue:

- uma força de 15 mil homens e uma reserva de 4 mil;
- autonomia em relação ao Presidente da Província;
- a cooperação com a Marinha.

Ao chegar à Área de Operações, face à precariedade dos meios, decidiu concentrar as suas forças na região de Bagé e justificou-se:

Enquanto eu não tiver força igual à sua ou não cometer o inimigo algum grande erro estratégico, permanecerei em pura defensiva, atraindo-o o quanto puder para o interior, porque, nessa



direção, eu ficarei cada dia mais forte em gente, cavalos e munição, e ele mais fraco em todos esses elementos”.

O Plano de Guerra do General Alvear não fora redigido nem divulgado antes das operações; o que dele se conhece consta de uma exposição de motivos apresentada à Sala dos Representantes de seu país, na qual se defendeu de acusações.

Dessa exposição constavam as suas intenções:

- vencer o Exército imperial antes de ter condições de tomar a ofensiva, a fim de obrigar o Imperador a negociar a paz;

- lançar um Corpo de Cavalaria sobre Santana;

- subir o Rio Negro com o grosso das tropas, manobrando, alternadamente, nas duas margens, segundo permitissem as circunstâncias e o movimento do inimigo;

- levar essa manobra até Bagé e aí entrar na Coxilha Grande, para ficar em condições de tomar, de flanco, todos os rios do Continente de São Pedro.

O Plano de Alvear previa o que segue:

- tomar uma atitude francamente ofensiva;

- procurar impedir a união das forças brasileiras;

- vencê-las separadamente;

- obrigar o Imperador a negociar a paz.

As informações sobre o inimigo  
– de ambos os contendores –

ignoravam o que se passava com o oponente, emprestando-lhe intenções nem sempre confirmadas. Uma das razões dos deslocamentos a esmo, antes da batalha, era essa escassez de informações.

Barbacena escrevia, a 5 de fevereiro, para o Ministro da Guerra:

“Para mim é indubitável que o inimigo se retira, suposto haver no Exército quem pense que Alvear procura os campos de Santana, vantajosos à sua cavalaria; pela mesma razão eu procuro as montanhas pedregosas do Camaquã (...).

A incerteza não pode durar 48 horas, porque destaquei, sobre seus flancos, as duas brigadas inteiras de Bento Manuel Ribeiro e de Bento Gonçalves e vou em seu seguimento.”

No entanto, a brigada de Cavalaria de Bento Manuel não tomou parte na batalha. Perdeu o contato com o inimigo e não buscou restabelecê-lo. O historiador Tasso Fragoso diz o seguinte sobre o fato:

É difícil, senão impossível, liquidar hoje esse ponto controverso. Os contemporâneos guardaram da ausência do Comandante da 1ª Brigada Ligeira impressão muito desagradável. (...) Quaisquer, porém, que tenham sido as causas determinantes de seu procedimento, minha impressão pessoal é que em nenhuma delas se poderia descobrir seja temor, seja falta de patriotismo.



## **A Ordem de Batalha do Exército do Marquês de Barbacena**

Tenente-General Felisberto Caldeira Brant, Comandante em Chefe.

Gen Sebastião Barreto Pereira Pinto, Cmt da 1ª Divisão.

Cel Leitão Bandeira, Cmt da 1ª Bda Inf (3º, 4º e 27º Btl de Caçadores).

Cel Emídio Colman, Cmt da 1ª Bda Cav (1º e 24º Reg Cav).

Cel Araújo Barreto, Cmt da 2ª Bda Cav (4º e 40º Reg Cav e Esq Lç).

Gen João Crisóstomo Calado, Cmt da 2ª Divisão.

Cel Leite Pacheco, Cmt 2ª Bda Inf (13º e 18º Btl de Caçadores).

Cel Barbosa Pita, Cmt da 3ª Bda Cav (Esq Cav, 6º e 20º Reg Cav).

Cel Tomás da Silva, Cmt da 4ª Bda Cav (3º e 5º Reg Cav),

### **Brigadas de Cavalaria**

Gen Abreu, Cmt Corpo de Voluntários.

Cel Bento Manuel, Cmt 1ª Bda Lig Cav.

Cel Bento Gonçalves, Cmt 2ª Bda Lig Cav.

Cel Tomé Madeira, Cmt da Artilharia

1ª Divisão: 4 Bia a 4 peças de calibre 6 polegadas (Art montada).

2ª Divisão: 4 peças de calibre 6 polegadas (Art de posição).

## **Ordem de Batalha do Exército do Gen Alvear**

(Cel Bardrich e manuscritos do Cel Tomás Iriarte)

Gen Alvear, Comandante em Chefe

Gen Lavalleja, Cmt do 1º Corpo. 1ª Div Laguna (Tropas Arg: 9 Reg Cav e 2º e 5º Btl Inf).

2ª Div Manuel Oribe (Milícias orientais).

3ª Div Inácio Oribe (Milícias orientais).

Gen Alvear, Cmt do 2º Corpo. 1ª Div Brandsen (1º e 3º Reg Cav). 2ª Div Lavalle (4º Reg Cav e Esq de Couraceiros).

3ª Div Zufriatégui (8º e 16º Reg Cav).

Gen Soler, Cmt do 3º Corpo; 1ª Div Paz (2º Reg Cav e Corpo de Milícias);

2ª Div Olazábal (1º, 2º, 3º e 5º Batl de Caçadores);

3ª Div Iriarte (1 Reg Art de 16 peças e 1 Esq de Milícias);

Cel Tomás Iriarte, Cmt do 1º Reg de Art Lig, 16 peças.

Efetivos dos Exércitos de Barbacena e de Alvear assim se distribuíam:

	Barbacena	Alvear
Estado Maior	25	
Infantaria	2.294	1.901
Cavalaria	3.734	3.790



Artilharia	285	503
Mil Prov Cis		2.000
Total	6.338	8.194
Artilharia 10 Peças e 1 Obus		16 Peças

Alvear superava Barbacena em 1.856 homens e 5 peças.

Da Batalha do Passo do Rosário, travada a 20 de fevereiro de 1827, informa-se o que segue:

Sobre o terreno:

- o rio Santa Maria e a sanga do Imbé balizam o Campo da Batalha;
- todo o terreno apresenta a feição geral da campanha do Rio Grande, com ondulações mais ou menos suaves, que se escalonam em todos os sentidos, cobertas de relva;
- a sanga do Barro-Negro, que dividia os combatentes, não constituía obstáculo de grande valor;
- o solo na várzea, como no leito da sanga, era firme;
- o terreno ocupado por Alvear favorecia o emprego da Cavalaria, e o ocupado por Barbacena favorecia o emprego da Infantaria;
- à retaguarda de Alvear estava o rio Santa Maria.

O Exército Brasileiro chegou ao campo de batalha pela estrada velha de São Gabriel e desdobrou-se para a direita.

A 1ª Divisão, comandada pelo Brigadeiro Barreto, marchou para o Norte até tomar posição na estrada de Cacequi.

A 2ª, do General Calado,

colocou-se no flanco Sul, frente à Cavalaria de Lavallega.

As brigadas ligeiras do General Abreu e do Coronel Bento Gonçalves cobriam os flancos esquerdos e direito do dispositivo imperial.

Desconhecido o efetivo exato e o valor do inimigo à sua frente, e na crença de que ali se achava apenas uma parte do contingente, decidiu o Marquês de Barbacena lançar-se ao ataque com duas divisões de primeiro escalão.

Os brasileiros atravessaram a sanga, progredindo em direção ao inimigo. Para barrar o avanço da Divisão Barreto, o General Alvear lançou sucessivamente a Divisão Laguna, os regimentos de Cavalaria do General Frederico Brandzen e do Coronel José Maria Paz e três batalhões de Caçadores.

A Divisão Barreto repeliu todos esses ataques, retraindo-se depois para a sua posição inicial, em virtude de ter o flanco direito, protegido por Bento Gonçalves, sob a ameaça de envolvimento, já que a sua Brigada cedera ante a violenta carga da Divisão Lavallega, desmembrando-se em parte.

Pelo lado esquerdo, a mesma Divisão carregou sobre os milicianos de Abreu que, em confusão e entremeados com o inimigo, vieram de encontro à 2ª Divisão.

O General Calado foi obrigado a receber, a fogo, a avalanche mesclada de uruguaio e brasileiros. Então tombou mortalmente ferido o General Abreu, com certeza atingido pelos defensores. Foi uma perda



muito grande: Abreu apresentara-se como voluntário para essa campanha. Homem simples, de poucas letras, lutara a vida toda e, de Soldado, chegara a General;

A 2ª divisão do General Calado repeliu sucessivas cargas inimigas. A sua Divisão achava-se muito afastada da Divisão Barreto, e o intervalo entre as duas unidades constituía grave ameaça.

O Marquês de Barbacena ordenou, então, que a 1ª Divisão cerrasse sobre a 2ª, mas isso já não era possível. A Divisão Calado estava desfalcada da 3ª Brigada de Cavalaria, deslocada para cobrir o flanco da 1ª Divisão, após a retirada de Bento Gonçalves. Iniciou-se, assim, o recuo da 1ª Divisão.

Já eram 14 horas, a batalha durava mais de seis horas, sem resultado decisivo. Os argentinos e orientais arremetiam em cargas sucessivas, mas eram contidos pelas formações em quadrado de Barreto e de Calado. O fogo que se propagara à macega ressequida do terreno em que estavam os brasileiros, impulsionado por um vento forte, tomava o ambiente insuportável, pela fumaça e pelo calor. Escasseava a munição.

O Marquês de Barbacena então resolveu interromper o combate, apesar da insistência do seu Chefe de Estado-Maior, o General Gustavo Henrique Brown, que persistia na idéia de renovar as ações ofensivas. O movimento de retirada fez-se lento e ordenado pela estrada de Cacequi, marchando, à frente, a 1ª Divisão.

A Divisão Calado conteve os últimos ataques inimigos. Os argentinos e os uruguaiois, cansados e abalados pelos insucessos das cargas, não efetuaram perseguições. Apenas Lavalleja, com uma tropa de Cavalaria, acompanhou o deslocamento à distância, sem disparar um tiro. O General Alvear pensava em reunir as forças e retornar para o Passo do Rosário. Temia a chegada de reforços brasileiros.

A luta durara cerca de oito horas consecutivas e pouco mais de 6 mil brasileiros enfrentaram um efetivo de mais de 8 mil platinos.

As perdas foram muito grandes em ambos os lados. Segundo o Barão do Rio Branco, tivemos uns 200 mortos e 150 feridos ou prisioneiros, além de 80 extraviados. Os adversários tiveram cerca de 150 mortos e 250 feridos.

O Marquês de Barbacena retirou-se na direção do passo do Cacequi, transpôs o Ibicuí e acampou à margem direita. Em seguida, por São Sepé, atravessou o Jacuí no Passo de São Lourenço e estacionou à margem norte daquele rio. Deixara, em São Sepé, toda a Cavalaria ao comando do General Barreto.

A intenção de Barbacena, ao que parece, era a de estabelecer uma defensiva, protegido por um obstáculo apreciável; todavia, deixava a descoberto o caminho para Porto Alegre.

O General Alvear, do Passo do Rosário, voltou a São Gabriel e, logo depois, ao arroio Los Currales,



aonde chegou a 19 de março. A 13 de abril, deixou Los Currales e, com tropas a pé, reocupou Bagé. Segundo ele, era uma segunda invasão do Rio Grande.

Após algumas ações de pequena importância, em contatos com destacamentos avançados do General Barreto, em Santa Tecla e em Camaquã, pretendia o General Alvear investir novamente sobre o Rio Grande.

A 9 de maio de 1827, o Coronel Bonifácio Isas Calderón surpreendeu o quartel-general de Oribe em Cerro Largo, aprisionando o chefe uruguaio e capturando muito material inimigo.

O Exército argentino rumou, depois, em direção a Melo, chegou a 10 de junho, de onde Alvear oficiou ao Ministro da Guerra, informando sobre o deplorável estado das suas forças, concluindo pela conveniência de abandonar a luta por algum tempo.

As considerações sobre a Batalha do Passo do Rosário são as seguintes:

Considerações sobre Exército do General Alvear:

Segundo o Gen José Maria Paz, Comandante do 2º Corpo do Ex de Alvear, a batalha poderia chamar-se “batalha das desobediências, ali todos mandamos e todos combatemos”.

Alvear foi tímido ao realizar a perseguição: comandava 3 batalhões, que não haviam sido ainda empregados, além do Regimento de Cavalaria do Cel Pacheco. Assistiu passivamente à retirada do Exército

de Barbacena

As considerações sobre o Exército do Marquês de Barbacena:

A Brigada de Cavalaria de Bento Manuel não tomou parte na batalha. Perdeu o contato com o inimigo e não buscou restabelecê-lo.

1ª Divisão e a 2ª Divisão, formadas em quadrado, rechaçaram sucessivas cargas da Cavalaria argentina e retiraram-se em ordem, mantendo os quadrados, protegendo os feridos e a Artilharia.

Quanto ao Comando do Exército, depreende-se que ele desconhecia o efetivo e a composição dos meios do inimigo. Na marcha para o combate, manteve a 2ª Divisão do Gen Calado, que deveria, em seu Plano de Guerra, romper o combate, posicionada à retaguarda da 1ª Divisão. Foi, no entanto, surpreendido pelo inimigo no campo de batalha. Empregou as suas divisões em linha, sem obter o apoio mútuo entre elas; não previu uma Reserva que lhe permitisse intervir na batalha.

Quanto ao estabelecimento da paz, cabem as seguintes cogitações:

O interesse dos argentinos em buscar a paz devia-se à impossibilidade de suportarem uma guerra prolongada.

O Embaixador argentino, Manuel José Garcia, foi mandado ao Rio de Janeiro para iniciar as negociações de paz, resultando daí um acordo com o Governo Imperial.

Pela Convenção Preliminar de 24 de maio de 1827, a Argentina reconhecia “a independência e a integridade do Império do Brasil e



renunciava a todos os direitos que poderia pretender no território da Província de Montevidéu, chamada Cisplatina”.

Esse acordo levantou uma onda de protestos e o clamor popular em Buenos Aires impediu o cumprimento do Tratado e provocou a queda do Presidente Bernardino Rivadavia, substituído por Manoel Dorrego.

A Inglaterra ofereceu mediação em 1826 e conseguiu que o Presidente Manuel Dorrego, enviasse ao Brasil os Generais Tomás Guido e Juan Ramón Balcarce, em missão extraordinária.

A 27 de agosto de 1828, firmou-se a Convenção Preliminar de Paz entre o Brasil e a Argentina, pela qual se reconheceu a independência da Província da Cisplatina, com o nome de República Oriental do Uruguai.

Da sangrenta luta travada na sanga do Barro Negro, junto ao Passo do Rosário, resultou uma nova nacionalidade.

Antes de morrer, Artigas pôde, em seu melancólico retiro em Assunção, agradecer a Deus a concretização do almejado sonho de independência uruguaia.

À guisa de considerações finais, expõe-se o que segue:

A instabilidade na Região Platina não terminou com o Tratado de Paz dessa guerra; o Brasil, na defesa de seu território e de seus interesses, envolveu-se nos conflitos posteriores:

Guerra contra Oribe e Rosas.

Guerra contra Aguirre.

Guerra da Tríplice Aliança.

A Região Platina, após o último conflito, buscou e obteve a almejada paz através das relações diplomáticas e de tratados que harmonizaram as diferenças existentes naquela região.

## **Bibliografia**

FRAGOSO, Tasso. *A batalha do Passo do Rosário*. Rio de Janeiro, Imprensa Militar; Estado-maior do Exército, 1922.

MAGALHÃES, J.B. *A evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2001.

DONATO, Hernâni. *Batalhas Brasileiras*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2000.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo. Edições Melhoramentos 1977.

CASTRO, Therezinha de. *História da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, CAPEMI Editora e Gráfica Ltda. Biblioteca do Exército Editora. 1982.

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2000.

ECEME. *História Militar Sul Americana*; especialmente do Brasil. Rio de Janeiro, Estado-maior do Exército, 1938.

FROTA, Guilherme de Andea. *Quinhentos anos de História do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2000.



# EPISÓDIOS DA VIDA PRIVADA, POLÍTICA E SOCIAL - O PARAGUAI NO TEMPO DOS LÓPEZ

Marco Antonio Cunha (\*)

## Considerações iniciais

Comprometidos com a História que somos, não temos medido esforços para desmascarar afirmações mal intencionadas, destinadas a distorcer fatos históricos, criar mitos e demolir outros tantos em benefício de interesses escusos. Considerando que no corrente ano celebramos os 140 anos da reação brasileira na guerra com o Paraguai, julguei oportuno apresentar mais um testemunho contrário a afirmações tais como de que aquele país vizinho era o mais progressista da América do Sul por ocasião do conflito. Um país sem analfabetos, governado democraticamente por um líder anti-imperialista e cujo moderno e bem sucedido sistema econômico era objeto da inveja e da agressão internacional.

O presente trabalho teve origem na leitura da obra **Episódios da vida privada, política e social na República do Paraguai**, escrita por Ildefonso Antonio Bermejo e publicada em Madri no ano de 1873.

Editado em português pela EdiPUC/RS (2002), com tradução, apresentação e notas de Earle D. Macarthy Moreira (Vice-presidente do IHGRS), o livro está repleto de relatos de terceiros e experiências pessoais

do autor, que se esmera na descrição dos ambientes, dos costumes e da vida social paraguaia em meados do século XIX. Desta feita, o livro é interessante para quem procura entender o Paraguai dos López, onde andavam lado a lado o atraso mais lamentável e a ânsia de progresso, a tirania mais cruel e a bondade natural de um povo simples. A tradução, contudo, deve ser lida com muito cuidado, uma vez que o tradutor, por vezes, se equivoca no trato com os idiomas de Cervantes e Camões.

## O autor

Ildefonso Antonio Bermejo nasceu em Cádiz, em 1820, e morreu em Madri, em 1892. Incursionou pela historiografia, literatura e dramaturgia, mas foi, acima de tudo, um jornalista.

A publicação, em hora imprópria, de uma biografia do general liberal-progressista Baldomero Espartero, o Duque de La Victoria, de quem era grande admirador, levou Bermejo, recém-casado com Purificación Jiménez, a empreender uma inesperada, mas providencial, viagem de núpcias à França. Em Paris, dispondo de poucos recursos, teve a sorte de topar com o jovem general Francisco Solano López, de quem tornou-se amigo. López, ministro plenipotenciário de seu país junto a Napoleão, encontrava-se na Europa

---

(\*) O autor é Coronel de Exército, Sócio Titular e 2º Vice-Presidente do IGHMB



a fim de adquirir material bélico, navios de guerra, contratar assessoria técnica e militar, bem como conhecer as mais novas conquistas nos campos da arquitetura, da educação, da saúde e da imprensa.

Aos 33 anos, inteligente, culto, com espírito aventureiro e, sobretudo, com as finanças em frangalhos, Bermejo encontrou no ambicioso general, seis anos mais jovem, a sua tábua de salvação. Em março de 1854, a bordo do vapor de bandeira inglesa Buenos Aires, nosso autor e sua mulher chegavam a Assunção, onde, conforme ele próprio faz questão de assinalar, pôde estudar e analisar o país com “extremado cuidado” mercê da confiança ilimitada que lhe depositava o presidente D. Carlos Antonio López.

### **A obra - antecedentes históricos**

O período marcado pela ditadura de D. José Gaspar de Francia (1814 - 1840) notabilizou-se por ter sido extremamente cruel e selvagem. O Paraguai ficou totalmente isolado do resto do mundo. Um sistema de isolamento tão perfeito que permitiu a entronização de um indivíduo que ditava leis com a certeza da obediência. Tanto que, praticamente, todos os homens capazes de descrevê-lo foram fuzilados. Naquela conjuntura, o maior delito que um cidadão paraguaio ou espanhol podia cometer era o de ser ilustrado. O “doutor” Francia não poderia permitir que existisse na República um homem que pudesse rivalizar com a sua

inteligência. Quando notava que alguém revelava valor intelectual que podia ser seu competidor, apto a ser eleito presidente, arranjava qualquer pretexto para mandar prendê-lo e fuzilá-lo, passados alguns dias. Quando soprava o vento sul, o mais frio naquelas paragens, intensificavam-se os terríveis acessos de hipocondria do ditador, que só se aplacavam mandando tirar do cárcere um paraguaio ou um espanhol para ser fuzilado em frente à sua casa. Um único homem conseguira escapar àquela desdita, apesar de sentenciado à morte após dois anos de calabouço, graças à morte de Francia na madrugada do dia marcado para sua execução: Carlos Antonio López. Um advogado ilustrado que fora salvo pela astúcia, conforme o visitante espanhol pôde apurar em conversa com um membro do alto escalão do governo.

Para escapar da perseguição de Francia, retirou-se com mulher e filhos para longe da capital e, sabendo que ainda assim poderia estar sendo observado, entregou-se à lavoura, andou descalço como os demais cidadãos e fingiu-se de maníaco. Pelos disparates que caracterizavam seus escritos na defesa de seus clientes, conseguira enganar o ditador e seus auxiliares, que o viam como louco e extravagante. Mas, no momento certo, tratou de ocupar o poder.

### **O Paraguai dos López**

Na república paraguaia, a Constituição admitia uma Assembléia, mas esta somente se



reunia em circunstâncias solenes, isto é, a cada dez anos, no final de um mandato presidencial, diante da necessidade de uma nova eleição.

Quando Bermejo e sua mulher chegaram a Assunção, D. Carlos cumpria seu segundo mandato. O espanhol pôde testemunhar toda a encenação em tomo da reunião do Congresso e a reeleição do presidente. Chegaram quando a nação paraguaia já havia estabelecido algumas relações com a Europa e a América. Encontravam um país com uma produção inexpressiva, desprovido de indústria capaz de incrementar o seu sistema econômico. Comerciantes estrangeiros conseguiam introduzir, em Assunção, grande quantidade de contrabando, a despeito de toda a vigilância policial exercida pelo governo. Encontraram, também, um Estado proprietário de mais de 1500 escravos, que utilizava e vendia como bem lhe parecia. Tinha-os reunidos em um lugar chamado La Rancheria, separados por sexo, idade e castas, para serem comercializados da mesma forma que o gado.

A capital paraguaia, na descrição do visitante, embora estivesse bem localizada, nada possuía de notável, nem templos nem edifícios públicos. As casas eram sumamente simples, muito poucas tinham mais de um pavimento. O piso dos cômodos geralmente era de chão batido e o teto composto com vigas e canas de taquara grossa. O mobiliário, mesmo nas residências de cidadãos mais importantes, era escasso e simples. As

ruas sem calçamento obrigavam os transeuntes a caminhar afundando seus pés em um palmo de areia. A casa de governo era uma construção de planta baixa, com muitas janelas sem vidraça e uma grande porta precedida de amplo e espaçoso corredor, coberto por um telhado sustentado por várias colunas de tijolos caiados. Era a única casa que dispunha de vidraças em alguns cômodos. As melhores construções existentes, não só na capital, mas em todo o país, remontavam à época dos jesuítas.

Bermejo trazia uma carta fechada enviada por Solano López a seu pai. Ignorava qual seria sua ocupação naquela República, mas as suas primeiras impressões, compiladas ainda durante a viagem, diziam-lhe que não deveria permanecer naquele lugar por muito tempo.

Durante a viagem a bordo do vapor Manolita, procedente de Buenos Aires, testemunhou situações inusitadas. Duas horas após terem entrado nas águas vermelhas do Paraguai, numa região conhecida por Três Bocas, tiveram que interromper a marcha para que fossem contados os passageiros, conferidos seus passaportes e registrado, minuciosamente, o dinheiro que cada um levava. A medida tinha como finalidade impedir que, ao sair do país, o visitante não levasse uma importância maior do que a que tinha ao entrar. Mais adiante, em Humaitá, foram confiscados todos os periódicos estrangeiros existentes na embarcação. Ao perguntar a razão daquele procedimento, Bermejo foi informado



de que as publicações seriam entregues ao brigadeiro da República, D. Venâncio López, filho do presidente, que se encontrava na fortaleza.

Tão logo desembarcaram na capital, foram levados à capitania do porto. Numa tosca dependência com janelas sem grades e vidraças, foram recebidos por um indivíduo com amplo chapéu de palha na cabeça, uma casaquinha de abas curtas e desabotoada, deixando ver sua camisa de listras azuis e amarelas, calça de algodão branca e descalço. O uso de calçados era privilégio dos melhor aquinhoados economicamente ou de altos funcionários do Estado. Era um curandeiro de tropa com honras de doutor em medicina, responsável por realizar escrupulosa inspeção sanitária, a fim de evitar que penetrasse em Assunção algum viajante com males endêmicos de outros povos americanos. Após o exame médico seguiu-se o das bagagens, tendo sido apreendido como instrumento suspeito uma máquina fotográfica levada por um jovem alemão, que fotografava a paisagem para o estereoscópio. Foram recolhidas, também, duas pistolas de propriedade de um comerciante argentino, com a promessa de que seriam restituídas quando fosse deixar o país. Cumpre destacar que o confisco era realizado sem que houvesse qualquer tipo de reclamação da parte prejudicada, uma vez que no Paraguai a réplica era tida como delito de lesa-pátria e poderia custar até a vida.

Terminada a inspeção, o capitão do porto desprendeu da parede uma tábua contendo algumas linhas manuscritas, que passou a ler com impostação:

“Viva a República do Paraguai! Morra o asqueroso e imundo Rosas, intitulado presidente da Federação! Morra o traidor Urquiza! Como presidente da República do Paraguai, ordeno e mando: todo estrangeiro, ao entrar nos domínios da República, observará as seguintes disposições: 1. Descobrir-se-á, respeitosamente, sempre que passar pela frente de uma sentinela de plantão. 2. Logo que haja escurecido, não poderá percorrer as ruas da povoação sem levar lanterna. 3. Quando andar a cavalo, não poderá galopar pela povoação. 4. Se dentro ou fora da povoação encontrar o chefe supremo do Estado, estando a pé, o transeunte fará alto e descobrir-se-á; a cavalo, apeiar-se-á e adotará o mesmo procedimento. 5. As multas em que incorrerem os contraventores desta ordem serão satisfeitas conforme a tarifa constante no Departamento de Polícia. Assunção, 07 de maio de 1843. Carlos Antonio López.”

A correspondência que chegara no vapor fora conduzida à casa presidencial, de onde sairia, um ou dois dias depois, após o exame do conteúdo das cartas cujos endereços despertavam suspeitas, para serem distribuídas aos interessados. Por esse motivo é que Bermejo trazia nos bolsos diversas cartas, que lhe foram entregues em Buenos Aires para chegar às mãos



de argentinos residentes no Paraguai. Os dois governos estavam com as relações estremecidas. Os naturais do estado platino eram tidos como suspeitos e, por isso mesmo, antipatizados e vigiados.

Chamado, no dia seguinte, à presença de D. Carlos Antonio López, nesse primeiro contato o visitante pôde presenciar cenas que evidenciavam traços marcantes da personalidade e da conduta do seu anfitrião. Com o passar do tempo, ele aprenderia que um chapéu branco, na cabeça ou ao lado do presidente, simbolizava contentamento. Um chapéu negro era sinal de irritação e desejos de castigo. Recebido de forma carinhosa e sem cerimônias, relatou, ao ser indagado, que não tivera uma noite das melhores devido aos morcegos que habitavam o teto de taquara e terra da residência que lhe fora oferecida. Ato contínuo e com expressão irada, o presidente determinou que fosse mandado chamar o Ministro da Fazenda e que um chapéu negro substituísse o branco sobre a sua mesa. A chegada do ministro, que empalideceu ao ver o chapéu negro, precedeu o discurso que se segue, ouvido numa atitude submissa: “Vocês não servem para nada. Vocês ministros são uns badulaques, e você é um animal! Acabo de saber que uma das melhores propriedades do Estado está sendo destruída pelos morcegos. Você se ocupará em buscar outra casa para este cavalheiro e, em seguida, levará dois escravos

pedreiros para levantar as telhas e acabar com os ninhos destruidores. Obedeça logo o que lhe foi mandado e desapareça da minha presença antes que eu lhe atire esta campainha na cabeça.”

Bermejo logo iria constatar que este era um tratamento corriqueiro dado pelo presidente aos seus ministros, simples “marionetes” em suas mãos.

Pouco depois, foi anunciado o Chefe de Polícia pedindo autorização para prender um alemão que possuía uma “máquina infernal”, com a qual, possivelmente pago pelos traidores de Buenos Aires, pretendia assassinar o presidente. A fim de impedir uma decisão injusta e cruel, Bermejo, que sabia do que se tratava, antecipou-se em explicar o uso que se fazia daquela máquina na Europa, livrando da prisão o seu proprietário.

Retomando à sua casa, o espanhol lá encontrou o Ministro da Fazenda sobre o telhado, às voltas com os ninhos de morcegos. Soube que lhe haviam destinado uma nova morada. Tratava-se, segundo o ministro, da melhor casa de propriedade do Estado. Estava ocupada por um relojoeiro, que recebera ordem de mudar-se em duas horas. Bermejo não havia ainda arrumado seus pertences para a mudança quando retomou o ministro com a contra-ordem. O relojoeiro tinha, em sua casa, para manutenção, as principais peças do relógio da catedral. A fim de que não houvesse retardo no conserto, nem a exposição



da máquina a acidentes, ficou decidido que o ilustre visitante iria ocupar uma das casas pertencentes a Solano López.

A chegada, pouco depois, de um comerciante argentino para quem o espanhol trouxera correspondência, iria possibilitar-lhe conhecer um pouco da aristocracia do país. Ele anunciava que uma vizinha e suas filhas se dispunham a visitar a esposa de Bermejo, porque era costume que o nativo saudasse o estrangeiro recém-chegado. Alertava, contudo, que era gente muito simples e que na cortesia havia um pouco de interesse. Sendo padeira, a visitante pretendia adiantar-se a outras aristocráticas damas, da mesma profissão, com o intuito de conseguir freguesia para seus produtos. Tratava-se de uma matrona de pouca estatura, rechonchuda e branca, e suas filhas vestindo trajes de seda sem adornos e com grandes xales franjados sobre os ombros. Estavam acompanhadas de uma mulata vestindo uma espécie de camisola branca de algodão (*tupoy*), uma larga faixa vermelha de lã (*chumbe*) na cintura e um lençol branco dobrado, que cobria sua cabeça como um manto. Trazia na boca um charuto aceso. Aliás, era costume local as mulheres fumarem charutos.

Fôra a primeira de diversas visitas aristocráticas. Seguir-se-iam a da lavadeira, da passadeira, da doceira, etc.

Pouco a pouco Bermejo ia inteirando-se dos costumes do povo e das artimanhas do governo

paraguaio. Convidado para almoçar na casa do comerciante argentino, ficou sabendo, por exemplo, que às 12h00 ficava suspenso qualquer tipo de trabalho. Todos comiam e entregavam-se ao repouso da *siesta* até às 14h00, quando retomavam-se as atividades.

Da comida paraguaia que, de um modo geral, não lhe agradava ao olfato nem ao paladar, conheceu o *chipá*, pão confeccionado com farinha de mandioca, leite, ovo e queijo, invenção dos missionários jesuítas para compensar a carência de farinha de trigo, que viria tornar-se uma preferência nacional.

Após a refeição, deitado em uma rede que lhe fora oferecida, soube por seu anfitrião que deveria ser muito cauteloso nas conversas sobre o país. “Os espias do governo”, dizia ele, “se encostam nas janelas das casas suspeitas para dar conta depois ao Chefe de Polícia do que dizem os estrangeiros a respeito do país”. Os próprios empregados eram usados para esse fim. Portanto, era necessário muito cuidado para evitar multas inesperadas, encarceramentos imprevistos, confiscos injustificados e expulsões violentas de estrangeiros.

Certa vez, de passagem por um povoado chamado Luque, Bermejo e sua esposa decidiram assistir a uma missa, na única igreja existente naquelas paragens. Para o santo sacrifício os habitantes do lugar vestiam-se como se fossem a uma festa, com trajes mais ou menos padronizados, homens e mulheres descalços. Na descrição das



características do templo, uma curiosidade merece destaque: havia três portas no santuário – uma principal, diante do altar-mor, e duas laterais. Em frente a cada porta havia uma coluna de madeira sobre a qual repousava um urinol servindo de pia de água benta. De acordo com o que Bermejo pudera apurar, quando a dita vasilha foi introduzida no país, os paraguaios, ao vê-la tão primorosa e brilhante, não puderam conceber que se destinasse a usos tão plebeus. Tanto assim que, tempos depois, uma paraguaia das mais distintas de Assunção iria brindar o casal espanhol com um urinol cheio de doce de goiaba.

Naquele dia, em Luque, iriam vivenciar um episódio dos mais constrangedores. Em dado momento, o sacerdote, detendo-se diante da esposa de Bermejo, deu início ao seguinte discurso:

- Quem és, ruiva de Satanás? Alguma estrangeira protestante?

- Senhor - exclamou a senhora - eu sou católica!

- Pois se és católica, como te apresentas no templo de Deus com a cabeça descoberta? - E, num ímpeto furioso, lançou-lhe sobre a cabeça um lenço de linho dizendo:

- Põe este trapo na cabeça e dá decoro ao sacrifício da missa!

Humilhada, a senhora deixou o templo, chorando e atraindo a curiosidade dos devotos.

Índignado com a cena, um amigo que acompanhava o casal declarou que o presidente haveria de tomar conhecimento do fato, uma vez que

o juiz e o chefe de urbanos a tudo presenciaram e que aquela atitude do sacerdote iria custar-lhe muito caro.

Preocupado com o que poderia acontecer com o cura, Bermejo resolveu conversar com as autoridades locais, a fim de interceder pelo agressor. Ao inteirar-se das conseqüências que poderiam advir da sua conduta, o sacerdote derramou-se em pedidos de perdão. Suas vítimas perceberam, no entanto, que a retratação era feita mais pelo temor da pena do que pelo reconhecimento do agravo.

Instalado em sua nova residência, o espanhol ansiava por saber qual seria sua ocupação naquela república, na qual persistia-lhe a idéia de que não haveria de permanecer por muito tempo, uma vez que as impressões recebidas, até então, eram pouco lisonjeiras. Soubera, por exemplo, do caso de um jovem comerciante de tabaco, de aproximadamente 20 anos, que, não sendo branco de linhagem, fora açoitado, barbaramente, por fazer uso de uma balança sem o selo judicial ou marca de polícia, garantia da legalidade do instrumento. Mais assustador foi saber que o infeliz era filho de uma escrava com o juiz que descobrira a fraude e o sentenciara. E ainda que tais atos de crueldade eram as recomendações mais eficazes para as autoridades civis e militares granjearem as simpatias do presidente.

Mandado chamar por D. Carlos López, foi informado do retorno de D. Francisco Solano e soube, finalmente, o que dele se esperava. Em



Assunção publicava-se, aos domingos pela manhã, um periódico denominado **El Semanario**, cujo redator era o próprio presidente. Afirmado ter-lhe toda a confiança, D. Carlos decidiu encarregá-lo daquela e de qualquer outra publicação que se fizesse necessária. Visando a testar seu desempenho na redação segundo o estilo paraguaio, além da promessa de mandar-lhe uma coletânea do que já fora publicado, disse-lhe: “Redija-me um paragrafozinho primoroso, em espanhol moderno, sobre uma execução verificada hoje ao amanhecer contra um desgraçado que foi passado pelas armas, por desacato de lesa-República. Encareça a disciplina, a obediência ao poder supremo e comente as conseqüências que acarretam os desacatos ao supremo poder da República.”

Bermejo retomou à sua casa e leu de ponta a ponta o processo. Tomado de indignação pelo que acabara de ler, jurou sair do país no primeiro navio com destino a Buenos Aires. Tratava-se, apenas, de mais uma das inúmeras barbaridades perpetradas, freqüentemente, pelo mandatário daquela “próspera” república. O réu era um modesto fazendeiro possuidor de algumas cabeças de gado e alguns alqueires de terra onde cultivava tabaco. Era um cidadão honrado cujo único defeito era ser excessivamente dado a apostas em corridas de cavalos. Certa vez, excedeu-se na bebida ao comemorar uma grande conquista e, embriagado, tornou-se inconveniente

em praça pública. A algazarra, em face do avançado da hora, despertou o chefe da milícia urbana, que o repreendeu. Este, ao ser agredido com frases desaforadas, resolveu prender o infrator no corpo da guarda. Irado, o fazendeiro disse: “Tu não tens culpa do que me fazes, mas sim a *añái* pançudo, que nomeia autoridades tão imbecis.”

Assustado, o policial dirigiu-se à casa do juiz de paz a fim de que, juntos, definissem o castigo pela injúria contra o presidente.

Cumprido destacar que os juizes de paz eram leigos, escolhidos pelo presidente. Muitas vezes, eram lavradores, investidos no cargo não remunerado, como castigo. Não se dedicando, convenientemente, ao seu trabalho, não poderia enriquecer, o que, em última instância, era a intenção do governo.

Em sua conferência com o juiz de paz, o chefe de urbanos dizia: “Eu o perdoaria, porque sei que quando curar a bebedeira, vai arrepender-se do que disse; mas se alguém o escutou? Podem contar à S<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>, e a tolerância poderá custar me caro.”

Chamado o mordomo da igreja, que era a terceira autoridade do povoado, decidiram em triunvirato que nada fariam a não ser dar conta do ocorrido ao poder executivo. D. Carlos leu o comunicado e decretou: “Venha à capital, imediatamente, esse vilão traidor, com uma barra de grilhões e com a correspondente custódia, e que seja entregue ao alcaide do cárcere, e me dado conta



de sua chegada.”

A ordem foi cumprida e, às quatro e meia da manhã seguinte, o fazendeiro foi fuzilado. E era para informar essa horrível execução, no periódico **El Semanario**, que o espanhol fora chamado por D. Carlos López.

Em visita a Solano López para cumprimentá-lo por sua chegada, aproveitou para dizer-lhe que não estava disposto a elogiar um ato que nada mais era que um inconcebível abuso criminoso de poder e que pretendia embarcar para Buenos Aires o quanto antes. O general, então, pediu-lhe que ficasse. Disse-lhe que o mal já estava feito, mas, juntos, com o passar do tempo, iriam amenizar o rigor da magistratura de seu pai, cujo comportamento, comparando com a ditadura Francia, era dulcíssimo. Na verdade, conforme fora possível constatar, D. Carlos Antonio López seguia em quase todos os pontos os excessos e o sistema político de seu antecessor.

Bermejo redigiu um texto de forma que, se lido no exterior, não desabonasse a primeira autoridade paraguaia. Fizera-o a pedido do amigo que, pessoalmente e com muito cuidado, encarregou-se de despachar com seu pai, uma vez que o homem enfurecia-se com opiniões contrárias às suas, considerando-as como atos de rebeldia.

Uma das primeiras ocupações oficiais do espanhol foi a instalação de uma imprensa. Os instrumentos existentes não eram bons, mas o general López trouxera da França

uma tipografia completa que, em pouco tempo, foi montada e posta em funcionamento.

Os paraguaios eram, por natureza, dóceis e sensíveis a todo tipo de ensinamento. Sua mansidão lhes fora transmitida pelos jesuítas, cuja dominação era exercida sem tirania. Seus sucessores, em lugar da persuasão, empregavam o látigo. Acostumados a obedecer, com a vinda dos ditadores os paraguaios entregaram-se à submissão servil e temerosa, que os tornou desconfiados. Eram reconhecidos, afetuosos e, em geral, honrados e cumpridores de suas palavras.

Não era comum haver ladrões nas áreas urbanas ou em lugares ermos. As autuações e os processos eram facilitados pelos próprios delinqüentes, por sua rara franqueza. A esse respeito, Bermejo citou alguns casos.

Os cidadãos paraguaios tinham o dever de servir à pátria, sempre que o Estado os requisitasse, sem esperar retribuição. Era comum, naquelas paragens, soldados se apoderarem de uma carreta puxada por bois e obrigarem seu dono a carregar tijolos ou madeira para alguma obra pública. Da mesma forma, entravam em oficinas, levavam operários para trabalhar em alguma obra do Estado e, à noite, despediam-nos sem qualquer pagamento.

Certa vez, um jovem carpinteiro que mantinha sua mãe com o produto do seu trabalho, foi desviado de suas tarefas por três dias consecutivos,



faltando-lhe o salário. A fim de não perder o quarto dia, antecipou-se, saiu de madrugada, indo trabalhar na carpintaria de um francês. Surpreendido enquanto dormia a sesta após o almoço, foi intimado à imediata conclusão do serviço que lhe fora determinado. Indignado, o rapaz matou seu algoz a facadas. Mas, apesar da possibilidade de fuga, vestiu-se e apresentou-se ao Chefe de Polícia. Foi preso e, dez dias depois, resignado, foi fuzilado.

Particularmente no campo, os desvios de comportamento, qualificados segundo os padrões morais europeus, ocorriam mais por ignorância do que por vício. A maioria dos camponeses paraguaios não conhecia seus pais. Examinando matrículas em Humaitá, o espanhol pôde observar que de 5.900 soldados, apenas 73 contavam com o registro dos nomes de seus pais.

Ao concluir seu relato, Ildefonso Antonio Bermejo afirma que, nos últimos cinco anos em que viveu no Paraguai, aquela república experimentou significativa mudança de fisionomia, mas teria prosperado mais se Solano López não tivesse decidido dar continuidade à conduta ditatorial de seu pai. Por ocasião da morte de D. Carlos Antonio López, o país dispunha de um arsenal onde eram fabricados seus navios e vapores; a administração estava organizada; havia escolas e um seminário; contava com fortalezas dotadas de canhões modernos; o exército tinha um efetivo numeroso e bem disciplinado.

Despedindo-se de Solano López, que acabara de assumir a Presidência devido ao falecimento de D. Carlos Antonio López, em 10 de dezembro de 1862, o espanhol disse-lhe estar decepcionado por vê-lo mais opressor do que seu finado pai; que não queria testemunhar a ruína total do Paraguai. Solano respondeu-lhe que ele era um soldado, que tinha que declarar guerra ao Brasil para fazer-se respeitar pelas repúblicas vizinhas.

### **Considerações finais**

Na apresentação do livro, Earle Macarthy Moreira cita Juan Pablo Olivier, argentino conhecido por seus trabalhos sobre história econômica, que valoriza a atuação de permeio no sentido de sacudir a letargia cultural dominante em Assunção, não só como diretor do periódico oficial “El Semanário” e criador de seu substituto temporário **El eco dey Paraguay**, mas também como criador da primeira revista literária do país, **La Aurora**. Além disso, Bermejo idealizou e implantou a primeira Escola Normal, mais adiante substituída pela “Aula de Filosofia”, considerada como “o embrião de uma Escola de Humanidades, que durou até a saída de Bermejo do Paraguai”.

A operosidade do espanhol, que criou, também, o Teatro da Ópera, organizou bailes de máscaras, ciclos de conferências e escreveu peças teatrais, movimentou a velha e modorrenta capital no tempo em que ele lá permaneceu. É bem verdade que, para isso, foi muito bem pago,



na opinião de Olivier. Segundo ele, de 1855 a 1861, os vencimentos de Bermejo variaram de 50 a 100 pesos fortes mensais, valores elevados se compararmos com os salários dos ministros, situados entre 15 e 20 pesos fortes mensais.

Encarregado da redação ou, pelo menos, da revisão gramatical das notas oficiais destinadas ao exterior, Bermejo tinha como dever principal, fazer a apologia do governo e de sua política. Seu livro, na conclusão de Juan Pablo Olivier, “se reduz a um conjunto de imagens tomadas ao vivo, recordadas dez anos depois e estampadas sem alardes científicos, como meras impressões pessoais”.

Após quase uma década de permanência no Paraguai, o casal Bermejo, em março de 1863, sob o pretexto de ir receber uma herança, retornou à Espanha. Segundo Macarthy Moreira os motivos foram outros. Pesaram bastante na decisão os rumores de um conflito armado com o Brasil e a aversão de madame Lynch por D. Purificación, devido à sua língua afiada e seus modos atrevidos.

Sobre Ildefonso Bermejo e **Episódios da vida privada, política e social na República do Paraguai**, a opinião dos escritores platinos varia desde a aceitação do livro como um testemunho de inegável valor para a História até a execração tanto da obra quanto do autor.

Entre os historiadores paraguaios há os que desconsideram, por completo, tanto o autor quanto seu livro, omitindo qualquer referência a

seu respeito. Há, contudo, os que lhe reconhecem os méritos.

Josefina Pla, em seu **La cultura paraguaya y el libro**, de 1983, enfatiza a importância de Bermejo como escritor, professor, jornalista e homem de teatro para o desenvolvimento das atividades culturais do país.

Arturo Bray, um dos mais importantes autores paraguaios dos últimos 50 anos, dedica-lhe apenas uma linha em **Hombres y épocas del Paraguay**, citando-o como redator do **Eco del Paraguay**, de curta duração.

Deixando-se de lado a polêmica estabelecida em relação à qualidade moral do depoimento de Bermejo após ter retornado à Espanha, sobre o que presenciou e ouviu no Paraguai, não existe a menor dúvida de que enquanto esteve em Assunção, prestigiado e bem remunerado, o tom de seu discurso era outro. No editorial necrológico publicado no **Semanário** n° 439, refere-se ao finado D. Carlos como homem íntegro, austero e incompreendido, que não havia tido outro objetivo na vida senão o bem da pátria, tendo sido forte com os fortes, manso e atencioso com os desvalidos, indulgente e generoso com seus inúmeros ofensores. É óbvio, o presidente retratado em 1873 era muito pouco parecido com o falecido em 1862, e o conteúdo de sua obra reforça a opinião de Francisco Doratioto, no livro **Maldita guerra - Nova história da Guerra do Paraguai**, quando nos diz que é



fantasiosa a idéia de que o Paraguai dos López promovia uma industrialização auto--sustentada e de que tratava-se de um Estado com igualdade social e educação avançada.

Quanto a Solano López, que, contando apenas 18 anos, fora incorporado ao Exército no posto de coronel, sem ter passado pela caserna ou por uma escola militar, e, com 19, fora promovido a brigadeiro e nomeado Chefe do Exército e Ministro da Guerra, assumiu o poder dando continuidade à conduta

ditatorial do pai. Tinha como objetivo prioritário a organização de uma força militar capaz de impor respeito aos países vizinhos. Contudo, sua vaidade, caráter deformado e violento, bem como o despreparo, levaram-no a uma seqüência de equívocos, desmandos e atrocidades, que resultaram, como todos sabemos, no fracasso em uma guerra insensata quando luziam em sua pátria os primeiros albores de sua regeneração política e social.



# URUGUAIANA – 140 ANOS

**Aureliano Pinto de Moura (\*)**

1. O início: o Marquês de Olinda  
Em seu desenvolvimento, a Guerra da Tríplice Aliança pode ser dividida em dois períodos bem distintos. O primeiro desencadeado com o ato de captura do *Marquês de Olinda*, até o fim da ofensiva paraguaia, em 18 de setembro de 1865; o segundo, começando em 19 de setembro, com o início da marcha das tropas aliadas, em direção a Corrales, nas barrancas do Paraná, até Cerro Cora, em 1º de março de 1870, com a morte de Solano López.

Em 11 de novembro de 1864, foi capturado o vapor brasileiro, *Marquês de Olinda*, quando saía de Assunção, para Mato Grosso, tendo a bordo o coronel Carneiro Campos, recém nomeado presidente da província, acompanhado por alguns oficiais. Tripulantes e passageiros foram aprisionados e muitos deles viriam a morrer nas masmorras de Solano López, em grande sofrimento. No dia 13, o governo paraguaio divulgou uma nota de rompimento das relações com o Império do Brasil e a proibição da livre navegação, no rio Paraguai, aos navios brasileiros.

Iniciou-se o conflito com a invasão de Mato Grosso, por duas expedições militares, com o objetivo

de conquistar Cuiabá. A Divisão Naval partindo de Assunção, em 22 de dezembro, sob o comando do coronel Vicente Barrios, com cinco navios e 4.200 homens, subiu rio Paraguai, conquistando Coimbra, Albuquerque e Corumbá; enquanto, outra Divisão, comandada pelo coronel Francisco Isidoro Resquin, com 3.500 homens, partiu de Concepción, no dia 24, seguindo para Bela Vista, Nioaque, Miranda e Coxim, visando fazer junção, com as tropas de Barrios, em Corumbá.

Em 13 de abril, cinco vapores paraguaios chegaram, em Corrientes, capturaram dois navios argentinos (*Gualedguay* e o *25 de Mayo*), surtos no porto e rebocou-os para Humaitá. No dia seguinte, o general Wenceslau Robles desembarcou, com 3.000 homens ocupando a cidade, praticamente abandonada. Manuel Lagraña, governador de Corrientes havia deixado a localidade com as milícias correntinas, dirigindo-se para o sul. Em poucos dias, cerca de 22.000 soldados paraguaios encontravam-se em Corrientes.

Dias depois Robles marchou para o sul, até Goya, de onde, mais tarde veio a retrair. Deixou em Corrientes uma pequena guarnição. Mas nem os correntinos, nem os entrerrienses reagiram à invasão paraguaia. Como também não aderiram à causa paraguaia, como esperava Solano López.

---

(\*) O autor é General-de-Divisão, Sócio Titular e Presidente do IHMB.



Em 25 de maio, cinco navios aliados, com 4.000 homens a bordo, desembarcaram 2.000 soldados, sob o comando do general Paunero, um pouco ao norte de Corrientes, com apoio de fogo naval. O resultado foi decepcionante, tendo Paunero ordenado a retirada. Participaram dessa operação o 2º e o 9º Batalhão de Caçadores, brasileiros.

Além da coluna Robles, uma outra, comandada pelo tenente-coronel Antonio de la Cruz Estigarribia, invadiu território argentino.

Segundo Centurión, já em abril de 1864, Solano López, objetivando um ataque ao território gaúcho, havia mandado o major Pedro Duarte, para Encarnación, com a incumbência de organizar uma força de 10.000 homens, das três armas, visando à invasão do Rio Grande do Sul. Em 3 de maio foi iniciado o adestramento dessa tropa (sete BI e cinco RC). Em janeiro de 1865, Duarte recebeu ordem para transpor o rio Paraná e acampar na margem do arroio Pindapoy, em território missioneiro. Um pequeno destacamento permaneceu em Encarnación, sob o comando do capitão Cárdenas. Em 27 de abril, chegou no acampamento, o tenente-coronel Antonio de la Cruz Estigarribia, designado para assumir o comando da tropa, em substituição ao major Pedro Duarte, que permaneceu como subcomandante. Neste ínterim, boatos da presença de tropa brasileira em território missioneiro, chegaram até Estigarribia. Haviam transposto o rio Uruguai e organizavam-se, juntamente

com tropas correntinas, na sua margem direita, do rio. O que não foi confirmado mas, provocou um bom número de deserções entre os soldados paraguaias.

O plano idealizado por Solano López, ninguém, tomou conhecimento. Ele não discutia com ninguém. Sua decisão foi realizar uma operação ofensiva, com duas colunas: a de Robles, nas margens do Paraná e a de Estigarribia, acompanhando o rio Uruguai, invadindo o Rio Grande do Sul, em São Borja. Posteriormente seria realizada uma junção, mais ao sul, com as tropas de Robles.

Estigarribia organizou uma vanguarda, sob o comando de Pedro Duarte, com a missão de reconhecer o terreno, até San Tomé, frente a São Borja. Com pouco mais de 2.000 homens, essa vanguarda partiu, em 5 de maio. Pelo caminho foi recebendo notícias da presença de tropa de infantaria e cavalaria, pelas bandas de San Tomé e que ali era esperada uma divisão sob o comando do general Reguera. Em 9 de maio, a vanguarda acampou a sete léguas de San Tomé, entrando na localidade no dia seguinte. Encontraram a localidade quase deserta.

Boatos indicavam a presença de 400 soldados, sob o comando do coronel Assunção, logo ao sul de São Borja. Na vila permaneciam apenas 200 homens.

De San Tomé, Duarte continuou realizando o reconhecimento, procurando explorar o outro lado do rio, com a sua luneta. Em 13 de maio,



perto de *Guay-Grande* (Misiones) chegou a trocar tiros, com uma patrulha correntina, e constatou a presença de dois regimentos de cavalaria e elementos de infantaria, do outro lado do rio. Pelo que observou seriam cerca de 2.000 brasileiros, nas proximidades de São Borja.

No dia 24 de maio, Estigarribia recebeu as ordens de López, para o prosseguimento, das operações, Lamentavelmente as ordens não são conhecidas integralmente. Tudo indica que Estigarribia deveria reunir as suas tropas em San Tomé e o major Duarte seguir para o sul, pela margem direita do Uruguai. Enquanto o grosso, sob o comando de Estigarribia invadiria o território riograndense, na região de São Borja. O que de fato aconteceu.

Os acontecimentos e as informações levaram Estigarribia ordenar, a Pedro Duarte, permanecesse alerta em relação aos passos do rio Uruguai. Pedro Duarte já havia alertado da presença de cavalaria e infantaria, brasileiros, na região de São Borja. Assim como havia indícios de que 6.000 brasileiros marchavam na direção de São Borja.

Em 31 de maio Estigarribia iniciou a marcha de Pindapoy, com o grosso da divisão, chegando nas imediações de San Tomé, sete dias depois, dando cumprimento as ordens recebidas de Solano López.

Segundo Tasso Fragoso, a invasão de Corrientes e do Rio Grande, é uma grande incógnita. Especulações são muitas, mas a

verdade ainda está obscura. Não há consenso quanto aos objetivos de Solano López.

Ao entrarem em território argentino, as duas colunas ficaram isoladas. Uma ao oeste, margeando o rio Paraná e a outra, ao leste, pelas duas margens do rio Uruguai. Ficaram sem a menor chance de estabelecer contatos. A região era totalmente intransponível, a não ser, ao norte, pela margem do rio Paraná, ou pela transversal Bela Vista – Mercedes – Passo de los Libres, muito mais ao sul. Era impraticável qualquer movimento transversal de uma em favor da outra. Foi o risco que correram.

Não se tem uma idéia exata das pretensões de Solano López, ao decidir por essa operação. Para alguns, os paraguaios seguiram esperando um encontro com Urquiza e contando com o seu apoio, para o prosseguimento. Que tanto poderia ser para o Sul, em direção a Buenos Aires, como direcionado para Montevideu ou Porto Alegre.

### **Medidas de defesa**

Na ocasião em que foi organizada a Divisão do general João Propício Mena Barreto, para intervir na República Oriental do Uruguai, também foi preocupação do Dr. João Marcelino de Souza Campos, presidente da Província, em destinar forças de cobertura para as nossas fronteiras.

Desde dezembro de 1864, corriam boatos de que Solano López



estaria organizando um forte exército para romper o cerco brasileiro à Montevideu. Em face disso, o Dr. Sousa Gonzaga, determinou a organização de duas divisões, com as tropas disponíveis.

Nesta época existiam cinco comandos de fronteira, no Rio Grande do Sul. O do Uruguai e do Quarai, comandados pelo general David Canabarro; e os de Bagé, Jaguarão e Chuí, comandados pelo Barão de Jacuí.

À 1ª. Divisão coube a vigilância da fronteira das Missões (de Livramento a São Borja) e Quarai, com 4.000 homens, de cavalaria e toda a infantaria da Guarda Nacional, sob o comando do general Canabarro; e a 2ª. sob o comando de Jacuí, ficou com a responsabilidade da fronteira sul (Bagé, Jaguarão e Chuí). Como tudo foi realizado, às pressas e de improviso, não houve oportunidade para adestramento da tropa.

Em 20 de janeiro de 1865, Canabarro informou ao Comandante das Armas a existência de soldados paraguaios na margem direita do rio Uruguai, que devido ao nível baixo de suas águas, estava dando vau, em vários passos. Lembrou ainda, ao Comando das Armas a necessidade de armamento e munição para atender as necessidades da Guarda Nacional.

Em fevereiro foi calculado existirem cerca de 10.000 soldados paraguaios, em marchando na direção de San Tomé e, por conseguinte, dirigindo-se para São Borja. Mas Canabarro acreditava poder barrar o

inimigo, no rio Uruguai.

Em 20 de março, Canabarro escreveu para o general Caldwell, argumentando de que se o Exército já estivesse pronto, convinha marchar, desde já na direção do Paraguai. Mas com situação existente, nada mais se poderia fazer, além de defender no rio Uruguai. No mês seguinte passou a pretender a idéia defesa, do outro lado do rio.

A realidade, era de que o Império não havia reunido efetivo suficiente, a tropa disponível não tinha adestramento desejável, para o combate, e além do mais não dispunha de um general habilitado.

Os dois comandantes de Divisão eram generais honorários, não muito versáteis na arte da guerra. Além da falta de ação de comando por parte do general Caldwell.

Em 15 de abril, Canabarro recebeu informações de que o Paraguai pretendia atacar Corrientes, com as tropas existentes em Humaitá e atacar o Rio Grande com as forças reunidas em Itapua. Mas não acreditava que tentassem passar o rio Uruguai. Mesmo assim deveria estar atento aos passos do rio, mais apropriados para uma possível transposição. A idéia que se tinha, era de que o inimigo desceria o rio Uruguai, até Salto, onde realizaria a transposição, e não em São Borja. Isto ocorrendo, os paraguaios teriam pela frente as tropas de Osório. Por isso, Canabarro permaneceu guardando a fronteira, na margem esquerda do rio. Se fosse o caso,



defenderia no corte do Uruguai até a chegada de reforço. Mas acreditava ter condições para barrar o inimigo, na margem direita do rio.

Canabarro decidiu concentrar as suas tropas no Ibirocaí, de onde teria condições, mais favoráveis, para socorrer a fronteira de Misiones ou do Quarai, onde o melhor passo seria entre Itaqui e São Borja.

Quanto a 2ª Divisão, a ordem recebida por Jacuí, foi de que deveria se concentrar no ponto que julgasse mais conveniente, da fronteira de Bagé. Pois não se sabia das intenções dos *blancos*, uruguaios, nem do general Urquiza. Em 6 de maio, recebeu ordem para reforçar a 1ª Divisão com a sua 1ª Brigada.

As ordens de Caldwell foram de que as duas divisões deveriam atuar de acordo com um plano conjunto, coisa muito difícil para Canabarro e Jacuí, antigos desafetos.

As notícias davam conta de que tropas paraguaias se encaminhavam para São Borja. Canabarro as estimou em 25.000 homens (seriam em realidade da ordem de 12.000 homens). Solicitou, então, autorização para impedir a transposição do rio ou defender o território nacional, na margem direita. Para isso necessitaria entrar em território argentino e para isso necessitava autorização. Foi-lhe dada liberdade de opção. Poderia passar o rio Uruguai, se assim julgasse plausível, para impedir a transposição, inimiga, até a chegada das tropas de Osório.

O Imperador, mostrando-se preocupado com a situação no Sul

determinou providências ao Ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Em 20 de maio o Comandante das Armas, general Caldwell, foi mandado para a fronteira levando com ele todas as tropas disponíveis. Em 31, todas as forças já estavam lá, ou para lá se dirigiam.

Em fins de agosto de 1865 foram mandados incorporar-se na 1ª Divisão os 2º e 10º Batalhões de Infantaria de Linha e os 1º e 5º de Voluntários da Pátria. Além de oito canhões que estavam em São Gabriel. Os 21º e 27º Batalhões, da 1ª Divisão estavam desarmados enquanto o 10º e o 26º Corpo acabavam de sair de Bagé.

No momento, em que o inimigo prepara-se para transpor o Uruguai, a 1ª Divisão estava com a sua 1ª Brigada, no Passo das Pedras, a doze léguas ao sul de São Borja; o 28º Corpo, no Passo de São Mateus, ao norte do rio Camaquã; e o 22º a uma légua de São Borja.

Em São Borja encontrava-se o 7º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, enquanto o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, do Rio de Janeiro, sob o comando do coronel João Propício Menna Barreto, marchava em sua direção. O restante da Divisão permaneceu em Santana do Livramento.

Os movimentos das tropas paraguaias fizeram com que o comando brasileiro deduzisse o local da transposição do rio e procurassem organizar a defesa, com os recursos que dispunham.



Estigarribia contava com oito batalhões de infantaria, cinco regimentos de cavalaria e um batalhão de artilharia, com seis pequenos canhões. Além de um corpo de “vogavantes”, que transportavam vinte canoas montadas sobre carretas. Este corpo era, em sua maioria, constituído por carpinteiros e bons nadadores. Em 7 de junho, colocou em execução as ordens de Solano López. Ordenou ao major Pedro Duarte, que marchasse para o Sul, em direção a Passo de los Libre e transpôs o rio Uruguai, com o grosso da tropa.

Quando já em território brasileiro, Estigarribia organizou pequenos piquetes para fazer os reconhecimentos, do terreno e avaliar o valor e a posição do inimigo, assim como a existência de gado.

### **O inimigo**

Em 20 de abril, a informação vinda do comandante da 1ª Brigada, da 1ª Divisão, dizia que os paraguaios se movimentavam na margem direita do rio Uruguai, na região de São Borja e Itaqui. Por isso, o coronel Fernandes Lima, seu comandante decidiu sair de Passo das Pedras para Passo de Sant’Ana, por ser mais central, em relação a São Borja e Itaqui.

Em maio notícias afirmavam que o inimigo havia transporto o rio Aguapei e passado para o departamento de San Tomé. Era a vanguarda, comandada pelo major Pedro Duarte, que realizava o seu reconhecimento, até San Tomé.

Diante da informação, o coronel

Fernandes Lima levou a sua brigada para São Borja, mas como nada foi confirmado, retornou para Passo das Pedras. Notícias, aí recebidas, indicavam a presença paraguaia frente a Itaqui, a dez léguas ao sul da vila. Isso fez com que o coronel Fernandes Lima seguisse até Itaqui, em marcha forçada. Fora mais alarme falso que o fez retornar para Passo das Pedras. As notícias eram alarmantes, mas nada de concreto, em relação ao inimigo, frente a São Borja.

No 8 de junho, um brasileiro, o capitão Melo, que conseguira fugir das mãos inimigas, conseguiu chegar a São Borja e avisar o coronel Fernandes Lima da presença da vanguarda paraguaia, na região de San Tomé, sob o comando do major Pedro Duarte. Informou ainda que se aproximava o grosso das tropas inimigas, com a intenção de invadir o território brasileiro, na altura de São Borja. Era Estigarribia que vinha chegando. O coronel Fernandes continuou em Passo das Pedras, a oitenta quilômetros, ao sul de São Borja.

Os paraguaios mantinham-se vigilantes; sabendo de tudo o que ocorria na outra margem do rio, graças a espiões infiltrados em São Borja, que não foram percebidos. Estigarribia tinha a certeza do êxito da sua operação de transposição do rio e conquista de São Borja. Sabia que o efetivo brasileiro era pequeno e não tinha condições para enfrentá-lo. Não há nenhum documento que faculte afirmar, com absoluta certeza, o valor do efetivo, com que contava



Estigarribia, ao chegar em San Tomé. Para Thomson, seriam da ordem de 12.000 homens.

Ao transpor, o rio Uruguai, Estigarribia deixou o major Pedro Duarte, com 3.200 homens, na margem direita do Paraná, com a ordem de seguir para o Sul, com destino a Paso de los Libres. O grosso avançaria, sob o seu comando, seguindo pela margem esquerda do rio, com destino a Uruguaiana. Contava com 8.8.745, segundo Tasso Fragoso.

Às 8 horas da manhã do dia 10 de junho de 1865, partindo do porto de San Thomé e de Hormigueiro, viu-se do Passo de São Borja e da vila, descerem de San Tomé, para o rio Uruguai, grande número de carretas e uma fileira de tropa paraguaia, de uma légua e meia de comprimento. Era o primeiro escalão da coluna que se aproximava da margem do rio, para transpô-lo.

Ao chegarem na margem do rio, os paraguaios lançaram as canoas na água. Em cada uma embarcavam vinte soldados e remaram em direção a um ponto logo ao norte de São Borja.

O major Rodrigues Ramos, comandante da Infantaria da Guarda Nacional, que estava no Passo de São Borja, deu logo o alarme e avisou ao tenente-coronel Ferreira Guimarães (em São Borja), o coronel Fernandes Lima, comandante da 1ª Brigada e o tenente-coronel Araújo Nóbrega, comandante do 22º Corpo Provisório de Cavalaria. O coronel Fernandes Lima mandou alertar o

coronel Mena Barreto, que se achava com o 1º Corpo de Voluntários, a duas léguas e meia, ao sul de São Borja, marchando em sua direção.

Diante do perigo eminente, os poucos soldados brasileiros, que ali estavam, na outra margem do rio, abriram fogo sobre as canoas. Não resistindo ao fogo recebido, os paraguaios retraíram e dirigiram as canoas para um outro ponto, a montante, de São Borja, encobertos pela vegetação.

As primeiras unidades paraguaias que transpuseram o rio: o Batalhão de Infantaria nº17 (800 homens) e o Regimento de Cavalaria nº27 (600 homens). Mais acima desembarcaram o Batalhão de Infantaria nº32 (750 homens) e o Regimento de Cavalaria nº28 (520 homens). Durante o combate, outros 1.500 homens, dos Regimentos de Cavalaria nº14 e nº15 desembarcaram em território brasileiro.

Uma vez transposto o rio, os paraguaios marcharam em direção a São Borja. As tropas da Guarda Nacional, sob o comando do major Rodrigues, procuraram retardar o avanço. Mas só com a chegada do 22º Corpo Provisório de Cavalaria, melhorou situação.

Essa transposição não foi uma operação fácil. O rio Uruguai, naquele local tem cerca de 600 metros de largura e além da tropa foram transportados os canhões, as carretas e os animais.

Após alcançarem a margem esquerda, do rio, o inimigo marchou



em direção a São Borja. Ali chegando foram recebidos por forte tiroteio, do 1º de Voluntários da Pátria, que os obrigou a recuar para o Passo de São Borja. Não tendo como se manter na posição, o 1º de Voluntário retraiu para o interior de São Borja, mas permitiu que os seus habitantes evacuassem a localidade colocando-se a salvo, do inimigo. O inimigo formou uma linha de atiradores e pôs-se em marcha na direção a São Borja. Em vão os brasileiros disparavam seus tiros sobre o inimigo. Eles iam caindo, mas o grosso prosseguiu a passo firme, sem cessar. Não se perturbavam com os tiros disparados e os companheiros que tombavam.

Dois dias depois (12), os paraguaios avançaram e acamparam bem próximo da vila. No dia seguinte (13), entram em São Borja, saqueando-a por completo. Ao entrar na vila Estrigarribia escreveu para Solano Lopez, relatando os acontecimentos. Escreveu textualmente: “...Depois de ter entregue a povoação ao livre saque, pelos soldados, em horas marcadas para cada corpo, de conformidade com hora marcada para cada corpo, de conformidade com as instruções que V.Exa. se dignou a me dar.”

Enquanto isso, em Passo Fundo, Cruz Alta e Taquari organizavam-se alguns corpos provisórios.

### **De São Borja a Itaqui**

Canabarro, estava nas pontas do Ibirocaí (12 de junho), com a 1ª

Divisão, quando soube do ataque a São Borja, imediatamente ordenou que a 4ª Brigada (TC Sezefredo de Mesquita) seguisse em reforço à 1ª Brigada (Cel Fernandes Lima).

Ao tomar conhecimento da invasão paraguaia ao território gaúcho, por um exército aguerrido e contando apenas com as suas tropas constituídas de guardas nacionais, com efetivo insuficiente para enfrentar o inimigo, mal montados, mal armados e mal instruídos, Canabarro pediu um reforço de 4.000 homens, ao general Osório, em cartas de 12 e 14 de junho. O que já havia feito anteriormente, ao solicitar dois batalhões de infantaria, em reforço.

Após conversar com o general Bartolomeu Mitre, Osório respondeu não ter condições de atendê-lo. Mas Mitre prometeu mandar uma força sob o comando de Venâncio Flores, para ajudá-lo. Da mesma forma que aconselhou a Canabarro em pregar a sua tropa para hostilizar o inimigo “...sem arriscar um combate decisivo”.

Enquanto Pedro Duarte marchava para o sul, era acompanhado de perto pelas tropas correntinas de Payba e Reguera, que apenas simulavam uma certa resistência.

O general Caldwell, em 15 de junho, achava-se, ainda, em Saicã, quando teve conhecimento da invasão de São Borja. Imediatamente deu conhecimento ao presidente da Província e ordenou ao Barão de Jacuí, para deixar Bagé, com toda a sua tropa e seguir para a fronteira das Missões, para juntar-se à 1ª Brigada



da 1ª Divisão. Da mesma forma de ordem a Canabarro para barrar o inimigo no corte do Ibicuí. Seria colocar o inimigo entre dois fogos. E se essa operação falhasse poderia sitiá-lo, até a chegada da 2ª Divisão. Atacaria quando o inimigo estivesse transpondo o rio. Da mesma forma determinou que 23º Corpo da Guarda Nacional, de Rio Pardo e o 5º Corpo de Voluntários seguissem na mesma direção. O 1º de Voluntários, do Rio de Janeiro, foi poupado por se encontrar “estropiado”.

Caldwell informou a Canabarro que seguia para o passo de Santa Maria, no Ibicuí, onde aguardaria a 1ª Brigada da 2ª Divisão, assim como o 23º da Guarda Nacional e o 5º de Voluntários, assim como o reforço que pedira ao general Osório.

Estigarribia, neste momento, recebeu ordens para seguir para Itaqui, onde deveria esperar por Solano López, que iria assumir o comando das tropas. Recomendou, ainda, que Estigarribia evitasse entrar na cidade.

Antes iniciar sua marcha para o sul, Estigarribia determinou que o major José López seguisse na vanguarda, procurando fazer o reconhecimento do terreno. López seguiu pela estrada do Alegrete saqueando todas as estâncias que foi encontrando pela frente. Tendo em vista os boatos que se referiam a numerosas carretas carregadas, transitando pela estrada, em direção a São Borja, no propósito de captura-las, López teria chegado próximo a São Gabriel.

Em 19 de junho, o grosso das tropas paraguaias deixou São Borja, em direção a Itaqui, chegando ao rio Butuí, após três dias de marcha. Um destacamento brasileiro tentou de fender no corte do rio, mas foi repellido.

O Butuí estava cheio, fazendo com que Estigarribia usasse as suas canoas para a transposição, que levou dois dias para ser concluída. Terminada a travessia, os paraguaios acamparam, a uma légua ao sul do Butuí.

O coronel Fernandes Lima mantinha o inimigo sob a sua observação, acompanhando todos os seus movimentos. A brigada de Fernandes Lima contava com quatro corpos provisórios de cavalaria, da Guarda Nacional e o 5º Corpo Provisório, de Passo Fundo. Esperava o reforço da 4ª Brigada, com seus dois corpos provisórios de Voluntários e o 3º Batalhão da Guarda Nacional.

Em 26 de junho, um esquadrão de clavineiros, da vanguarda brasileira, troca tiros com o inimigo desdobrado em linha, em uma coxilha, ao lado de um banhado. Eram 140 paraguaios à espera da patrulha brasileira.

Fernandes Lima não titubeia e ataca a posição inimiga. Após uma hora de combate, os brasileiros se retiraram, sustentando ações de guerrilha. Os paraguaios, por sua vez também se retiraram, vagorosamente e em ordem. Ao serem acossados e negando-se, a render-se, alguns soldados brasileiros acabaram sendo capturados e passados pelas armas.

Fernandes Lima tentou justificar



o seu recuo pela “...melhor posição, já dentro do banhado” em quwe se encontravam os paraguaios. Mas “...a está altura, a cavalaria inimiga já havia sido derrotada”. Neste instante chegava a 4ª Brigada, do tenente-coronel Sezefredo de Mesquita e reiniciou-se o combate, dentro do banhado. Após uma carga de dois esquadrões de lanceiros, com o apoio do 3º Batalhão da Guarda Nacional de São Borja, puseram os paraguaios, em fuga, abrigando-se no matagal.

No prosseguimento em direção ao sul, as tropas paraguaias foram se destacando pelo roubo, pelo saque e pelos incêndios provocados, de conformidade com as suas ordenanças de guerra, em vigor.

Em 6 de julho, os paraguaios entraram, em Itaqui, sem encontrar a mínima resistência. Encontraram a vila praticamente vazia, abandonada pela população. Ali permaneceram por oito dias, durante os quais o saque foi a rotina. O saque foi realizado dentro de normas estabelecidas. No primeiro dia, foram os oficiais que saquearam e no o dia seguinte os soldados. Alguns moradores da vila, que ainda ali permaneciam, também se aproveitaram da situação.

O saque não foi maior porque a maioria da população havia deixado a vila, procurando ocultar-se na campanha, levando tudo o que foi possível. Inclusive o gado.

Mais uma vez Estigarribia não havia cumpriu as determinações de Solano López. Entrou em Itaqui, como fizera em São Borja. Deixou a

localidade em, 14 de julho.

Após trocar idéia com Bartolomeu Mitre, Osório respondeu, a Canabarro, que o ataque a São Borja nada mais foi do que uma ação para “...desviar a atenção do exército aliado que se reúne para procurar combater-lo em Corrientes, onde tem a base de todas as suas divisões e o devemos procurar.” Informou, ainda, que não tinha condições para atendê-lo. Mitre tinha necessidade da sua presença em Concórdia, para fazer frente as tropas paraguaias do general Robles e ser, a tropa brasileira, a base do Exército Aliado em Concórdia.

Mitre sugeriu a Canabarro que reunisse todos os seus meios e hostilizasse o inimigo, desgastando-o sem arriscar um combate decisivo.

Em 24 de junho, já estando em Alegrete determina que a 1ª Divisão barrasse o inimigo no Ibicui. E determinou que a 1ª Brigada, o 23º de Guarda Nacional e o 5º de Voluntários, acelerassem o seu deslocamento, para ficarem em condições de atacarem os paraguaios pela retaguarda, quando estivessem transpondo o Ibicuí.

Enquanto isso, a coluna do major Pedro Duarte acompanhou a marcha de Estigarribia, para o Sul, seguindo pela margem direita, tendo-o sempre ao alcance da sua luneta e o grosso da tropa. Pelo rio seguiram cerca de vinte canoas tripuladas, que serviam para a ligação, entre as duas colunas. Nessa sua marcha esteve sempre sob a observação das forças correntinas comandadas por Payba e Reguera,



sem travarem combate. Até 28 de junho, quando houve um pequeno entrevero, quando Duarte forçou o passo da boca do Aguapey, quando Payba tentou barrá-lo, sem resultado.

As forças correntinas de Payba e Reguera deviam continuar observando-lhe os movimentos e procurando retardá-lo, ao máximo. O rio Aguapey, afluente de porte, da margem direita do rio Uruguai, prestava-se para desdobrar uma boa posição defensiva. Mas pouco ou nada fizeram. Apenas simularam uma possível resistência. Quando Estigarribia chegou em Itaqui, Pedro Duarte tinha os seus homens mais à frente, na região de Santa Cruz, ao sul de Itaqui.

Mas em 5 de julho, Osório propôs, ao Ministro Francisco Otaviano, que o general Venâncio Flores, a testa de alguns batalhões, fizesse uma expedição em navios, aproveitando a cheia do rio, e que chegasse até Uruguaiana. Mas Flores chegou tarde. Uruguaiana já havia caído.

No dia 9 de julho, o general Caldwell juntou-se com o general Canabarro., com a 1ª Divisão acampada nas pontas do Ibirocaí. Uma semana depois seguiram para o passo de Santa Maria. Chegando em Jequicá, Canabarro ordenou que a tropa aliviasse a bagagem e equipamento, prosseguindo em 18, para Santa Maria onde chegou, após três dias.

Em 15 de julho, o tenente-coronel Fernandes Lima avisa que está acompanhando o inimigo, no seu

flanco esquerdo e que o mesmo segue para o passo de Santa Maria. Deveria chegar no dia 16 e que estacionaria na retaguarda do inimigo.

### **O combate do Ibicuí**

Estigarribia deixou Itaqui, sem esperar Solano López, seguindo para o sul, rumo a Uruguaiana. Em 17 de julho alcançou o rio Ibicuí, um caudaloso afluente do Uruguai. No dia seguinte, dia 18, iniciou a travessia no passo de Santa Maria e no Pontão do Ibirocaí (240 braças), terminando no dia 23 de julho.

Estigarribia iniciou a travessia pelo passo de Santa Maria. Mas depois foi obrigado a mudar, pois o terreno não lhe dava cobertura.

Vencido o obstáculo os paraguaios se preparam para prosseguir em direção a Uruguaiana. Passado o rio, Estigarribia procurou uma região mais bem abrigada. Estigarribia prepara-se para seguir em direção a Uruguaiana.

Caldwell e Canabarro haviam acertado atacar o inimigo durante a transposição do Ibicuí. No dia 19, Caldwell foi reconhecer o inimigo. Constatou que mais de 3.000 homens já haviam transposto o Ibicuí, enquanto, o restante, ainda na margem direita, sofria inquietação, por parte da 1ª Brigada, da 1ª Divisão (TC Fernandes Lima).

Com a chegada de Canabarro, no dia 21, Caldwell reuniu o Conselho para colocar em prática o seu plano de ação. De comum acordo, Caldwell e Canabarro decidiram que a melhor



linha de ação era atacar o inimigo no momento em que fosse transpor o Ibicuí. Mas, em vez de ordenar o ataque, Calwell teve a triste idéia de reunir o Conselho para ouvir os seus subordinados. Canabarro, Mena Barreto e o coronel José Alves Valença, manifestaram-se contrários a idéia. Propunham um ataque enquanto o inimigo estivesse em marcha. Devia-se, também, aguardar a chegada de reforços. Prevaleceu a idéia de Canabarro.

Caldwell submeteu-se à pressão de seus subordinados. Mais tarde justificou-se junto ao presidente da Província dizendo que assim agira por reconhecer maior experiência em Canabarro. Considerava-o como "...um militar com longa prática e proficiência na guerra da província..."

Cumprindo a determinação de Solano López, Duarte acampou, próximo, à aldeia da Santa Cruz. Estigarribia, ao invés de parar no corte do Ibicui, conforme lhe foi ordenado, prosseguiu para o sul. Ao saber dessa iniciativa, Solano López, apesar de contrariado, determinou que a tropa seguisse até Uruguaiana, onde deveria prover-se de víveres e seguir em direção a Alegrete. Mas não devia entrar em Uruguaiana, pois se assim o fizesse correria o risco de ser sitiado. A Duarte a ordem foi seguir para Passo de los Libres. Chegando ao destino, Estigarribia e Duarte, deveriam permanecer no local aguardando a chegada de Solano López, que viria assumir o comando de todas as tropas em

território inimigo. Esses fatos são confirmados pelo coronel Juan Crisostomo Centurión, em suas Memórias.

As tropas paraguaias transpuseram o Ibicui, sem nenhuma resistência brasileira. Não aconteceu como alardeara Canabarro de que a disputa seria grande se o inimigo viesse tentar. No dia 22 de julho a tropa brasileira levantou acampamento e posicionou-se do outro

No dia 22 de julho, duas brigadas de cavalaria observavam o inimigo, quando Canabarro ordenou um ataque ao inimigo, com a sua vanguarda, com 1.000 homens e duas bocas de fogo. Os paraguaios responderam com a sua infantaria apoiada pela artilharia, colocando os brasileiros em retirada. Os paraguaios prosseguiram em direção ao Toropasso, incendiando todas as estâncias por onde passavam. Canabarro seguiu na mesma direção, mais à leste, paralelamente ao inimigo.

A facilidade de progressão encontrada pelos paraguaios foi de tal monta que permitiu, comemorarem o de São Solano, em 24 de julho, sem serem molestado.

A tropa paraguaia continuou na sua marcha até o Toropasso. Transpôs o rio utilizando-se de uma ponte construída sobre as canoas que trouxera. Acampou na margem do rio e aí permaneceu durante alguns dias. Caldwell não conseguiu impedir a travessia do inimigo, pois segundo ele "...a qualidade que distinguia essa tropa era em geral, pouco ou nenhum



conhecimento do serviço militar, e alheia, portanto, à profissão das armas”

Aos poucos, Canabarro foi recebendo algum reforço, contando em 26 de julho com 7.400 homens e oito canhões-obuses.

Canabarro conseguiu com o presidente da província, dois lanchões e um pequeno navio, o *Uruguai*, que foi armado, para policiar o rio entre o Ibicuí e Totopasso. No comando do navio foi colocado o 1º tenente Floriano Peixoto, que durante o seu serviço colocou a pique várias canoas inimigas quando tentavam sair de Paso de los Libres para Uruguaiana. Após cinco dias em Toropasso, Estigarribia seguiu em direção a Uruguaiana, agora preocupado com a notícia da presença de um pequeno vapor, armado, que vinha fazendo um estrago em suas embarcações (canoas). Tratava-se de um velho vapor, o *Uruguai*, associado a dois lanchões (*São João e Garibaldi*). Comandado pelo 1º tenente Floriano Peixoto. Em conseqüência, foi organizado um pequeno destacamento com um canhão para dar caça ao *Uruguai*.

Em 27 de julho, nova reunião do Conselho de Chefes, foi convocada pelo general Caldwell, diante da preocupante situação. As idéias de Caldwell não foram aceitas pelos demais membros do Conselho, que alegavam “...que graves conseqüências advinham-se se arriscasse um combate duvidoso, por serem as tropas brasileiras formadas por recrutas, mas que eles cumpririam qualquer ordem”. Caldwell acabou concordando com

seus subordinados. Não tinha ascendência sobre os seus subordinados.

No dia 2 de agosto, os paraguaios transpuseram o Toropasso, em pontes construída sobre as canoas que haviam trazido. No dia seguinte acamparam na margem esquerda do rio Imbaá. No mesmo dia, os brasileiros, que estavam desdobrados, na margem do Toropassos, retraíram para o arroio Imbaá, em cuja margem acamparam. Ali já estava acampada a 2ª Divisão e algumas outras unidades.

Caldwell, já prevendo os acontecimentos procurou informar-se sobre as condições da defesa de Uruguaiana. Para lá seguiu uma comissão que retornou com as piores informações. Os 200 homens lá existentes, nem pareciam soldados. Assim como o seu comandante. Parte da antiga defesa havia sido desfeita.

A situação ficou crítica, e Caldwell convocou uma reunião, do Conselho, onde ordenou que Canabarro atuasse sobre o inimigo. Julgando não haver condições para enfrentar um inimigo muito maior e melhor armado, Canabarro pediu uma ordem por escrito. A reunião foi encerrada. A idéia de Canabarro ter atacado no momento em que o inimigo estivesse atravessando o Ibicuí. Mais tarde, Caldwell veio a comentar que fora “...assim que assisti de braços cruzados a queda de Uruguaiana”.

**Estigarribia, sem receber qualquer resistência entrou, em**



Uruguaiana, em 5 de agosto, totalmente indefesa. De imediato mandou hastear a bandeira tricolor. Para satisfação dos paraguaios, a vila estava com os seus armazéns muito bem supridos de víveres. Que o comando brasileiro não teve a iniciativa ou a preocupação de retirar da vila, antes da chegada do inimigo.

Novamente Solano López não foi obedecido. Estigarribia entrou em Uruguaiana. Na sua frente seguia o 17º Corpo brasileiro, sob o comando do tenente-coronel Bento Martins. Entrou em Uruguaiana para tentar “...*tentar salvar a honra nacional*”. Mas vários brasileiros acabaram sendo capturados pelos paraguaios. Esses coitados foram arrastados até a cochilha do cemitério e degolados, sob as vistas de Canabarro e toda a sua tropa. (Padre Gay).

A queda de Uruguaiana teve uma tremenda repercussão em todo o Brasil e as tropas da província ficaram muito mal conceituadas. Em realidade, o que havia, era o total descaso para com a defesa do território nacional. As forças brasileiras existentes na fronteira eram insignificantes e pouco adestradas. E o que é pior, mal comandadas. Em nenhum momento Caldwell conseguiu impor a sua opinião, e demonstrou insegurança e indecisão, ao aceitar as idéias dos subordinados, por julgá-los mais experientes. Em momento algum, os comandantes brasileiros procuraram a ofensiva. Preferiram apenas observar e retardar o inimigo. Do Passo de Santa Maria até Uruguaiana, muitas vezes, as nossas

forças chegaram marchar paralelamente as do inimigo, sem atacá-las ou ao menos inquietá-las.

Ao entrar em Uruguaiana, Estigarribia foi sitiado pelas tropas aliadas, já com a presença de Venâncio Flores e Paunero.

### **Um novo comandante**

Tardiamente, por ordem do Imperador, em 20 de junho de 1865, o Ministro Ângelo Muniz da Silva Ferraz nomeou o Barão de Porto Alegre Comandante em Chefe das forças brasileiras em operações na fronteira das Missões. O governo decidiu nomear um comandante-em-chefe das forças em operações, na província do Rio Grande do Sul. Sua responsabilidade ia de São Borja, passando por Uruguaiana e Quarai terminando em Santana do Livramento. Porto Alegre passou a comandar o que passou a ser denominado “Corpo de Exército, em operações na fronteira de Missões”. A recomendação foi de que deveria atuar, sempre de acordo com o general Osório, com quem “...deveria estar sempre em harmonia”. Caso fosse obrigado a operar fora do território nacional ficaria sob as ordens do general Bartolomeu Mitre, Comandante das Forças Aliadas.

Além das forças que já se encontravam na fronteira de Missões, passaram integrar as tropas de Porto Alegre, a brigada comandada pelo coronel Joaquim José Gonçalves (19º, 24º e 31º Batalhões de Voluntários e o 4º Regimento de



Artilharia a Pé). Porto Alegre chegou no acampamento, em 20 de agosto, e assumiu o comando, das tropas brasileiras, no dia seguinte, frente a Uruguaiana, onde estavam reunidas as tropas brasileiras.

Outras providências foram tomadas pelo Ministro da Guerra. Mandar processar os culpados pelo fraco desempenho frente ao invasor. Em 16 de agosto o Ministro da Guerra determinou ao general Caldwell que demitisse o general Canabarro, do comando que exercia. E no dia seguinte foi mandado instaurar uma sindicância sobre o fato da invasão paraguaia não haver encontrado a menor resistência, e à comissão de engenheiros militares foi dada a missão de proceder, uma investigação minuciosa a respeito da invasão.

O próprio general Caldwell recebeu numerosos quesitos para que fossem respondidos.

Porto Alegre recebeu autorização para demitir "...qualquer outro chefe militar cujo desempenho tíbio ou duvidoso se tornasse um embaraço ou parecesse prejudicar as operações".

### **O combate de Iataí**

Com a presença das tropas paraguaias, na região de Passo de los Libres e a situação reinante em Uruguaiana, o comando aliado decidiu mandar o general Venâncio Flores, para dar combate ao inimigo. Para isso foi constituída uma coluna, com quatro batalhões de infantaria (uruguaios), uma brigada brasileira (quatro batalhões de infantaria), sob o

comando do tenente-coronel Joaquim Rodrigues Kelly; mais a cavalaria uruguaia, reforçada por unidades argentinas. No trajeto, vieram juntar-se, à coluna, as tropas argentinas sob o comando do general Paunero. Somavam ao todo 8.825 homens. Cumprindo as determinações de Mitre, Venâncio Flores iniciou a sua marcha, em 18 julho.

Flores chegou, no rio Mandisobi, quatro dias depois (23 de julho), onde acampou. Após transpor o rio, no dia seguinte, continuou seu deslocamento até à margem do Mevaoretá. Não dispondo de meios para transposição, levou dois dias para passar o rio. Vencido o obstáculo prosseguiu, sob fortes chuvas, até atingir o rio Timboi. Somente em 4 de agosto foi possível atingir a margem do Merisinão, cuja transposição atrasou o seu deslocamento, em mais 6 dias. Só no dia 10, toda a tropa estava na outra margem do rio.

Enquanto realizava essa transposição, foi informado, por Canabarro (mensageiro), da ocupação de Uruguaiana, no dia 5 de julho. Flores acampou próximo do arroio Sant'Ana, onde recebeu Paunero e seus homens. A três léguas do arroio Capeiqueré, onde estavam acampadas as avançadas paraguaias.

Pedro Duarte já tinha conhecimento da presença de Venâncio Flores, na proximidade. Por isso, no dia 9 de agosto mandou dois esquadrões reconhecerem a região, na direção provável, por onde deveria estar a tropa aliada. Na margem do



Capiquicê, as avançadas de Pedro Duarte localizaram a cavalaria, do general Venâncio Flores, sob o comando de Reguera. O choque foi inevitável, mas os paraguaios não resistiram à pressão. Foram obrigados a retrair, sendo perseguidos até as proximidades, de Passo de los Libres.

Ao ter conhecimento do encontro das tropas de Pedro Duarte com a vanguarda de Flores, na margem direita do Uruguai, Estigarribia informou Solano López e solicitou reforço (para Duarte).

Em 17 de agosto, Flores reiniciou a sua progressão, com duas colunas paralelas e a retaguarda, sob a cobertura das tropas da cavalaria correntina, do general Madariaga. Já era do conhecimento da coluna aliada de que o major Pedro Duarte não estava mais em Passo de los Libres e sim em Ombricito, próximo ao rio Iataí, à noroeste daquela vila. Os aliados então marcharam, na direção de Iataí, até encontrar as tropas paraguaias. Naquele momento foi desencadeado o ataque que resultou em um violento combate, em Iataí. Combate que durou cerca de uma hora e meia, onde ambos os contendores demonstraram o valor de seus soldados. Esse foi o primeiro combate, verdadeiro, entre aliadas e paraguaias.

Apesar da resistência paraguaia, Flores, conseguiu empurrar o inimigo contra o rio, fazendo com que muitos paraguaios procurassem fugir, pelo banhado ali existente, o que levou muitos soldados a morte.

Foram muitos, os mortos, os feridos e os prisioneiros. Dentre esses últimos, o major Pedro Duarte. Junto com os prisioneiros foram capturadas várias bandeiras. Como era de praxe na época, os prisioneiros foram distribuídos entre as forças aliadas, tendo o comando brasileiro recusado recebê-los.

Findo o combate, as tropas do general Venâncio Flores atravessaram o rio Uruguai, aproveitando a presença das canhoneiras, *Taquari e Tramandai*, para a transposição. Quando em território gaúcho, as tropas de Flores tomaram dispositivo no sítio a Uruguaiana. Essa operação só foi finalizada em 4 de setembro.

### A rendição

Logo após a sua vitória em Itati, Venâncio Flores juntou esforços com as tropas brasileiras, em torno de Uruguaiana. Tão logo chegou no local, em 19 de agosto mandou o 1º tenente Zorilla, prisioneiro paraguaio, ao encontro de Estigarribia para fazer um apelo ao comandante paraguaio, para a sua rendição. Deveria evitar o sacrifício, desnecessários, de mais vidas. Uma vez que ali acabavam de chegar cerca de 12.000 homens com 40 canhões. Estava sitiado e não tinha condições para romper o cerco aliado.

Canabarro fez apelo semelhante aludindo, que além das tropas de Venâncio Flores ali estavam 9.000 brasileiros. Caldwell, por sua vez escreveu-lhe uma carta convidando-o a render-se. Mas Estigarribia não atendeu aos apelos.



No dia 16 de setembro, houve uma tentativa de fuga, das tropas paraguaias, pelo rio, utilizando as suas canoas. Mas foi abortada pelo fogo dos navios brasileiros, que lá se encontravam sob o comando do capitão-de-fragata Lomba.

No dia seguinte, em que recebeu as intimações e convite para a sua rendição, Estigarribia encaminhou uma longa carta aos chefes aliados, repelindo qualquer proposta, que por certo “...desonraria e encheria de eterna infâmia o nome do soldado paraguaio”.

Já com o Barão de Porto Alegre no comando das tropas brasileiras, em 31, chegou em Uruguaiana o Almirante Tamandaré, a bordo do *Iniciador*. Dois dias depois, reuniu-se o Conselho de Chefes militares, onde estiveram presentes, além de Porto Alegre, e Tamandaré, também Venâncio Flores e o general Paunero. Nesta reunião, Flores e Paunero, sugeriram o imediato bombardeio de Uruguaiana, no que não concordaram Tamandaré e Porto Alegre. Sugestão essa que causou um pouco de mal estar entre os comandantes brasileiros e Venâncio Flores..

Flores declarou que Porto Alegre e Tamandaré estavam-no fazendo de tolo. Pois não haviam atendido um seu pedido, julgando ter sido um ordem. Diante desse fato, Flores ameaçou transpor o Uruguai, retornando ao território argentino, com todas as suas tropas. Sem as quais não via condições para um ataque a Uruguaiana.

Porto Alegre e Tamandaré, não

levarão o comandante uruguaio a sério. Chamaram-no de fanfarrão e o liberaram para o retorno à Argentina, por “...serem, as tropas brasileiras, mais que suficientes para libertar Uruguaiana.

Após esfriar a cabeça e raciocinar com calma, sobre o que ocorrera, Flores procurou Porto Alegre e Tamandaré e, reconhecendo o seu exagero, voltou às boas com os chefes brasileiros.

Nova intimação foi apresentada a Estigarribia, com a assinatura dos quatro oficiais gerais, mas Estigarribia, outra vez, não atendeu aos apelos dos chefes aliados.

Diante do impasse, Tamandaré seguiu, para Concórdia, onde solicitou o reforço de alguns batalhões, ao general Osório. Diante das argumentações apresentadas por Tamandaré, Bartolomeu Mitre, Comandante Aliado, determinou a ida desses batalhões, para Uruguaiana, aproveitando os navios das esquadra brasileira.

No dia 10 de setembro, chegaram em Uruguaiana, o general Mitre e o conselheiro Silva Ferraz, Ministro da Guerra, do Império. Naquele momento surgiu um sério e delicado problema. Mitre e Flores, Chefes de Estado julgavam-se no direito de exercer o comando das tropas aliadas, que sitiavam Uruguaiana. Isso porque Porto Alegre argumentava ter sido nomeado comandante das tropas brasileiras, por decreto Imperial, não concordou com a idéia. As tropas estavam em



território brasileiro e assim sendo deveriam ser comandadas por um general desse país. Flores e Mitre argumentavam serem chefes de Estado, logo, de maior hierarquia. Não podendo assim ser dado o comando a um outro general. Insistiram ainda que, tendo vindo em perseguição do inimigo, circunstância esta que lhes dava o direito de manter o Comando Aliado. Logo, deveria caber a Bartolomeu Mitre, o Comando de todas as tropas aliadas.

Baseado no Tratado da Tríplice Aliança, Porto Alegre disse entender que em território nacional, o comando cabia a um general brasileiro. Sustentou o seu direito e disse preferir responder um Conselho de Guerra a submeter-se, em território brasileiro, com o exército que lhe havia sido confiado, ao comando de um general estrangeiro. Por mais que reconhecesse o seu valor. Quanto à alegação de terem vindo em perseguição, Porto Alegre lembrou, que a invasão do Rio Grande deu-se em 10 de junho e que só em 21 de agosto o general Venâncio Flores havia transposto o rio Uruguai.

Mas, no dia seguinte chegou o Imperador D. Pedro II, acompanhado do marquês de Caxias, o general Cabral, o conde D'Eu e o duque do Saxe. Convencidos de que não conseguiriam demover Porto Alegre, com a chegada do Imperador, Venâncio Flores e Bartolomeu Mitre concordaram que D. Pedro assumisse o Comando. Mas também ficou

definido que Porto Alegre comandaria o ataque a Uruguaiana.

Na manhã do dia 18 de setembro de 1865 o exército aliado iniciou a sua marcha em direção a Uruguaiana. Os brasileiros à direita, os argentinos ao centro e os uruguaianos a esquerda. E um último apelo foi feito, a Estigarribia, pelo barão de Porto Alegre. Foram-lhe dadas duas horas de prazo para a resposta. Em caso negativo, seria desencadeado o ataque, e somente a rendição incondicional seria aceita. O documento foi levado pelo capitão Cruz Brilhante, ajudante-de-ordens, de Porto Alegre.

Ao responder, Estigarribia propôs três condições para a rendição:

1. entregar-se-ia toda a sua divisão, mas os aliados lhes dariam as regalias previstas nas leis da guerra em relação aos prisioneiros;

2. os chefes, oficiais e empregados de distinção sairiam com as armas e bagagem e iriam residir onde quisessem e os aliados deveriam sustentá-los durante a guerra se escolhessem para residência outro lugar que não fosse o Paraguai;

3. os oficiais orientais a serviço do Paraguai ficariam prisioneiros de guerra do Império, guardando-lhes todas as atenções a que teriam direito.

Reunidos os generais, pelo Imperador, após entendimento, foi-lhe respondido o seguinte:

“ Os generais aliados concedem e admitem a 1ª e a 3ª condições, sem restrições. Quanto à segunda admitem-na com as seguintes restrições: os oficiais de qualquer



categoria se renderão, não podendo sair da praça com armas, sendo-lhes livre escolher para sua residência qualquer lugar que não pertença ao território paraguaio”.

Às 14.30 horas, do dia 18, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Ministro da Guerra do Império, levou pessoalmente a decisão a ser entregue a Estigarribia. No mesmo momento, o comandante paraguaio, aceitou as condições apresentadas. Apenas pediu que o Imperador Pedro II fosse o fiador do acordo. Confiaria nele e no seu Ministro da Guerra e que a ambos se entregava como prisioneiro de guerra, acompanhado de toda a sua guarnição.

O Imperador dirigiu-se a vila de Uruguaiana, onde recebeu o tenente-coronel Estigarribia, com os seus oficiais mais graduados. A espada do comandante paraguaio foi-lhe entregue pessoalmente. Em seguida foi realizado um desfile dos prisioneiros, assistido pelo Imperador e demais chefes aliados.

Renderam-se cerca de 50 oficiais e 5.550 combatentes. Não estando computados os paraguaios que abandonaram as trincheiras, “nas garupas” dos soldados da cavalaria riograndense.

Foram apreendidas sete bandeiras, uma das quais entregue o general Bartolomeu Mitre e uma outra ao general Venâncio Flores.

Reconquistada Uruguaiana, o Imperador, realizou uma viagem pela província do Rio Grande do Sul regressando, em seguida para o Rio

de Janeiro.

Durante o período em que esteve em Uruguaiana, D. Pedro II conquistou uma outra importante vitória. No dia 23 de setembro, apresentou-se ao Imperador, o ministro inglês Eduard Thornton, com as suas credenciais para assumir o seu cargo, na Corte brasileira. Trocava Buenos Aires pelo Rio de Janeiro. Foi o acerto final da Questão Christie, que havia levado ao rompimento de relações entre os dois Impérios.

Ao apresentar-se, o ministro britânico fez um discurso exprimindo o “...sentimento com que Sua Majestade a Rainha vis as circunstâncias que acompanharam a suspensão das relações amigáveis entre Londres e o Rio de Janeiro”. O pedido de desculpas, enviado pela Corte Britânica, foi aceito, por D. Pedro II, antes de retornar ao Rio de Janeiro, a bordo da canhoneira *Onze de Junho*. Os comandantes aliados, reunidos em Uruguaiana, decidiram partir em marcha forçada, através território argentino, em direção ao rio Paraná, na região de Corrientes. Não só as tropas aliadas reunidas em Uruguaiana, como também as estacionadas em Concórdia.

No dia 19 de setembro, as tropas aliadas iniciaram a travessia do rio Uruguai, marchando em direção à Mercedes, ponto de reunião com as tropas comandadas por Osório e Gelly y Obes, vindos de Concórdia.

O relato do cônsul francês, em Uruguaiana, sobre a travessia do Uruguai refere-se ao bom preparo da oficialidade brasileira, mas descreve as



dificuldades enfrentadas, para manter a disciplina (não muito boa) da soldadesca. O roubo entre os soldados era grande e os frutos dessa atitude eram vendidos aos comerciantes locais.

Os meios de transposição não eram fartos. Além dos quatro navios brasileiros, dos cinco que ali estavam, participaram da transposição do Uruguai várias canoas, balsas, pelotas, ou mesmo a cola do cavalo, como meio válido para a travessia. Vários foram os mortos pelo afogamento, ao tentarem o passo a nado.

Assim, ao iniciar-se a marcha para Mercedes começou a ofensiva aliada. Ali, reuniram-se 35.411 soldados exaustos, dos quais 13.828 brasileiros. Enquanto as tropas paraguaias, com o bloqueio naval do rio Paraná, após Riachuelo e a derrota de Estigarribia, em Uruguaiana, retraíram para o norte em direção a Corrientes. E, por ordem de Solano López retornaram ao território nacional.

Entre 31 de outubro e 3 de novembro, os paraguaios atravessaram o Paraná, próximo às Três Bocas, sem serem molestados pela esquadra brasileira, ou por tropa aliada. Consigo levando 100 mil cabeças de gado e cavalos, centenas de carretas transportando o produto dos saques e

mais toda a artilharia, que estava em Corrientes.

Terminou assim a ofensiva paraguaia. Início de um grande sonho de Solano López. Conseguir a derrota das tropas imperiais para se fazer respeitar, dentre as nações do Rio da Prata.

Ofensiva desencadeada, mediante um plano baseado em premissas falsas. Como o apoio dos *blancos* uruguaios e das províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes. Onde Solano López esperava o apoio do general Urquiza, que não ocorreu.

As operações ofensivas realizadas, pelas tropas de Solano López, redundaram em um verdadeiro desastre estratégico e político, para o Paraguai. Quando perderam um grande efetivo, em Uruguaiana. Pior ainda, foi não ter Solano López assumido diretamente o comando das tropas, em operações, e contar com oficiais despreparados e desobedientes, no comando das tropas.

Após a transposição do rio Paraná deu-se início a ofensiva aliada que, após altos e baixos, só viria terminar em Cerro Corá, em 1º de março de 1870, com a morte de Solano López.



# 69º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

**Pedro Luís de Araújo Braga (\*)**

“A História é a mestra da vida”

**Cícero**

“A História do Brasil se confunde com a história do seu Exército”

**Pedro Calmon**

07 de Novembro de 1936. No salão nobre deste mesmo Clube Militar, em sua antiga sede, reúne-se um grupo seleto de militares intelectuais e idealistas, convidados pelo então Cap. Severino Sombra de Albuquerque – um homem adiante do seu tempo – e, sob a inspiração desse jovem e criativo oficial, fundam a Sociedade Militar Brasileira de História e Geografia.

Dois anos mais tarde – 15 de Novembro de 1938 – entra de fato em funcionamento a novel instituição, já com o nome de Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), que conserva até hoje.

Naquela oportunidade, Severino Sombra, como o primeiro secretário da organização, embora salientando ser dispensável qualquer justificativa para a criação de uma entidade cultural como essa, apresentou três razões, que reputava importantes,

para que os presentes à cerimônia compreendessem o alcance daquela iniciativa:

1ª - A especialização cada vez maior na História estava a exigir a existência de uma associação na qual fosse estudado, coletiva e sistematicamente, o aspecto militar de nossa História. Destarte, tornava-se exequível a contribuição dos profissionais castrenses ao trabalho de futuros historiadores.

2ª - Representando a História Militar a fonte mais rica de ensinamentos para os chefes militares, as lições estratégicas, políticas e táticas do passado têm-se constituído em precioso auxílio para a meditação de todos os grandes capitães. Quem não conhece as lições da História está arriscado a repetir os erros antes cometidos.

3ª - Finalmente, completou seus argumentos de forma vibrante e refulgente, com uma verdade tantas vezes olvidada:

“Os povos se afirmam e sobrevivem pela existência de uma personalidade nacional característica e esta se mantém, manifesta-se e passa de geração a geração graças à continuidade histórica. O esquecimento do passado, as rupturas com a tradição, a ignorância da História

---

(\*) O autor é General-de-Exército e Sócio Emérito do IGHMB.



Nacional, são elementos decisivos na descaracterização dos povos, na sua assimilação por outros e no enfraquecimento do orgulho nacional.”

Irmanados a Severino Sombra, assinaram a ata de fundação do iniciante Instituto figuras sobejamente conhecidas e respeitadas da inteligência militar de sua época, na Marinha e no Exército, cujos nomes menciono, com reverência, como um preito às suas contribuições valiosas e indeléveis à cultura: Tasso Fragoso, Raul Tavares, Cândido Mariano Rondon, Dídio Afonso da Costa, Alípio de Primo, Liberato Bittencourt, João Borges Fortes, Rego Monteiro, Henrique Boiteux, Nogueira da Gama, Lísias Rodrigues, Álvaro Otávio de Alencastre, Souza Docca, Francisco José Pinto, Danton Garrastazu Teixeira, Valentim Benício da Silva, Lima Mindello, Jônathas de Moraes Correia, Lima Figueiredo, Raja Gabaglia, Luiz Lobo, César Xavier, Raul Bandeira de Melo, Cordolino de Azevedo, Genserico de Vasconcelos, Moreira Guimarães, Augusto Carlos de Souza e Silva e Antonio Leôncio Pereira Ferraz.

Esse rol de fundadores cedo foi acrescido de um elenco de nomes não menos ilustres e respeitáveis, que nunca é demais relembrar: Affonso de Carvalho, Godofredo Vidal, Augusto Correia Lima, Djalma Poli Coelho, Estevão Leitão de Carvalho, Sebastião Fernandes de Souza – o Gastão Penalva, Paula Cidade, Altamirando Nunes Pereira, Jaguaribe de Matos, Egon Prates,

Umberto Peregrino, Jonas de Moraes Correia Filho, Humberto de Alencar Castello Branco, Aurélio de Lyra Tavares, J. B. Magalhães, Mário Travassos, Lavanère Wanderley e Deoclécio de Siqueira, dentre outros.

Mas o Instituto não ficou restrito às hostes castrenses. Aos intelectuais de farda vieram ombrear-se civis de decantado saber, identidade de ideais e igual ardor patriótico, ao mesmo tempo em que mantinham pelas Forças Armadas apreço e respeito. Já tendo passado desta vida, cito seus nomes com a mesma admiração já manifestada aos nossos primeiros sócios militares: Gustavo Barroso, Afonso Taunay, Vilhena de Moraes, Pedro Calmon, Jacobina Lacombe, Carneiro de Mendonça, Morales de Los Rios, Gilberto Freyre, Alberto Lima, David Carneiro, Vicente Tapajós e Arthur Reis.

Destinado, precipuamente, a promover estudos de Geografia e História Militar do Brasil, bem como o culto cívico de vultos e fatos gloriosos de nossa História, nasceu o Instituto com cinqüenta cadeiras patronímicas, número este que permanece até hoje.

Ressalta-se, não obstante, que durante cerca de quinze anos o número de cadeiras foi sendo aos poucos aumentado, tendo atingido, na década de noventa, o máximo de cem. Mas o Estatuto em vigor retornou este total ao limite inicial – cinqüenta – e os excedentes foram sendo naturalmente absorvidos, à proporção que as vagas iam ocorrendo.



A figura do Patrono é agora vinculada apenas à pessoa do sócio, que o escolhe, ao ingressar no cenáculo, de uma lista de nomes memoráveis – da qual constam vários de seus fundadores – todos personalidades exponenciais nas áreas do conhecimento de que se ocupa a associação, que sua Assembléia Geral decidiu homenagear.

Ao longo dessas quase sete décadas de existência tem contado o Instituto com direções atuantes, dedicadas e eficientes, renovadas a cada dois anos, mas permitida a reeleição. À frente delas têm estado presidentes operosos e competentes, que muito deram de si para manter a continuidade da obra, tornando-a cada vez mais conhecida e acatada. Cito-os, com singular gratidão e deferência: Alte. Raul Tavares, Gen. Estêvão Leitão de Carvalho, Gen. Tristão de Alencar Araripe, Gen. Raphael Danton Garrastazu Teixeira, Alte. Gérson de Macedo Soares, Mar. João Baptista de Mattos, Gen. Jonas de Moraes Correa Filho, Gen. Francisco de Paula e Azevedo Ponde, Gen. Edmundo de Macedo Soares e Silva e Alte. Herick Marques Caminha, todos já falecidos; e Gen. Jonas de Moraes Correia Neto, Cel. Luiz Paulo Macedo de Carvalho e Gen. Aureliano Pinto de Moura, que estão vivos e sempre presentes, sendo que o último citado é o atual Presidente, eleito em dezembro de 2004. Desses todos, exerceram o cargo por longos mandatos os Gen. Tristão de Alencar Araripe e Jonas de Moraes Correia

Filho, não mais entre nós, e o Cel. Luiz Paulo Macedo de Carvalho, que depois de oito anos plenos de realizações, declinou de candidatar-se a uma nova reeleição.

De 1938 a esta parte, como característica da dinâmica de um organismo vivo, 148 sócios, chamados à Eternidade ao longo desse período, foram sendo sucedidos na ocupação das 50 cadeiras do sodalício, após rigoroso exame de suas habilitações por uma Comissão de Admissão e Exclusão de Sócios, seguido de votação pela Assembléia Geral. Hoje, nesta sessão magna, processa-se mais uma dessas inevitáveis sucessões, com a posse de treze novos titulares, dos quatorze eleitos recentemente.

Sem sede própria inicialmente, este centro de cultura ocupou, durante cerca de sessenta anos, dependências de outras organizações congêneres, cedidas graciosamente: do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Av. Augusto Severo, Lapa, por quatro vezes; do antigo Palácio Monroe, aquele belíssimo monumento arquitetônico, aqui na Praça Paris, tão lamentavelmente demolido; do Palácio Duque de Caxias, no 18º e depois 12º andares, e na Biblioteca do Exército, nesta por duas vezes. Desde 24 de março de 1998, mediante convênio firmado com o Exército, instalou-se no pavimento superior da Casa Histórica de Deodoro, Praça da República, sede esta que lhe fora prometida desde a fundação do Instituto, mas



antes não efetivada.

Vale lembrar que da criação do IGHMB resultou a revitalização de outra instituição castrense centenária, a Biblioteca Militar, hoje Biblioteca do Exército – a Casa do Barão de Loreto – da qual tornou-se irmão gêmeo. Cresceram juntos, a partir de então, apoiaram-se mutuamente. Mas falta citar o terceiro suporte de um verdadeiro tripé – o Arquivo do Exército – depositário de tantas informações valiosas, à disposição dos pesquisadores. IGHMB, Bibliex e Arquivo do Exército formam um autêntico centro de excelência de pensadores militares nacionais.

Desde 1941, com grandes dificuldades, é certo, vem o nosso Instituto publicando uma Revista anual em que figuram as apresentações mais relevantes realizadas no ano sociocultural correspondente, a qual tem sido bastante elogiada pela qualidade dos artigos que contém. Alguns números dela recebem a classificação de “especiais”, pois tratam, particularmente, de eventos memorados em simpósios que o IGHMB tenha promovido ou dos quais tenha participado, como, por exemplo, “Trezentos Anos da Aula de Fortificação no Rio de Janeiro” e “Centenário de Canudos”, “Sessenta Anos de Eclosão da 2ª Guerra Mundial” e o exemplar, ainda aguardado, referente ao “Bicentenário do Nascimento do Duque de Caxias”.

Desde o início já se falava, no novel Instituto, em “lições estratégicas” do passado – motivo de meditação

dos grandes capitães. De fato, episodicamente, foram sendo realizadas incursões nessa área. Mas o novo Estatuto, aprovado em 26 de agosto de 2003, já adaptado ao Código Civil em vigor e devidamente registrado, tornou oficial a inclusão da Estratégia e da Geopolítica entre as áreas de interesse de nossa associação. Do seu Regimento Interno, que pormenoriza as atividades levadas a cabo para o cumprimento das finalidades estatutárias, pinçamos algumas delas, apenas para exemplificar, desenvolvidas nos últimos anos:

- sessões ordinárias semanais, de março a dezembro de cada ano, para apresentação de temas, palestras, comunicações e debates sobre assuntos da alçada do Instituto, inclusive para o convívio social entre os associados;

- realização de seminários, em épocas oportunas. Além dos já mencionados, por terem dado origem a números especiais de nossa Revista, cito:

- “500 Anos de História Militar Luso-Brasileira” – 1ª fase, no Brasil, em cooperação com a Comissão Portuguesa de História Militar, a Academia Portuguesa de História e a Biblioteca do Exército; e “IV Centenário do Falecimento do Padre José de Anchieta”, em cooperação com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e a Academia Portuguesa de História;

- realização de visitas dirigidas: ao Museu da Casa do Trem / Arsenal



de Guerra do Rio de Janeiro, ao Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, ao Espaço Cultural da Marinha, ao Museu Aeroespacial, ao Museu da República, à Base Aeronaval de S. Pedro d'Aldeia e ao Navio Aeródromo São Paulo;

- excursão aos campos de batalha da Guerra da Tríplice Aliança, tendo visitado o Museu Militar do Paraguai e os sítios históricos de Passo da Pátria, Potrero Bellaco, Tuiuti, Boqueirão, Humaitá, Pilar, Santo Antônio, Luque, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Peribebuí. Tal viagem foi ampliada, a convite do Governo do Paraguai e o apoio em transporte pela Força Aérea daquele país amigo, com uma visita aos sítios históricos da Guerra do Chaco;

- participação em congressos anuais da Comissão Internacional de História Militar, ao qual é filiado, realizados em Praga, na República Tcheca; em Bruxelas, na Bélgica; em Lisboa, Portugal; em Norfolk, nos Estados Unidos da América; em Bucarest, na Romênia e em Madri, na Espanha;

Ressalte-se, todavia, que o comparecimento a tais eventos, bem como as viagens ao Exterior, deram-se às expensas de seus delegados, sem qualquer custo para o Instituto e sem ajuda oficial, inclusive com o uso do passaporte comum;

- cooperação de instrução com a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, o Instituto Militar de Engenharia, a

Academia Militar das Agulhas Negras, a Escola de Instrução Especializada e a Escola de Saúde do Exército;

- finalmente, já pelo segundo ano, vem sendo o executor do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em História Militar, que surgiu de um convênio, entre o Exército, através do Departamento de Ensino e Pesquisa, e a UNIRIO, destarte estendendo à universidade a constatação de que a História Militar se confunde com a própria História pátria.

Este é, em largas pinceladas, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, uma associação de caráter cultural e científico, livre para pesquisar, escrever e pensar – eis que não é subordinado a qualquer órgão de administração pública, militar ou civil, sendo, portanto, pessoa jurídica de direito privado.

Embora pelo Decreto nº 27.502, de 12 de junho de 1949, tenha sido reconhecido como órgão consultivo oficial do Governo Federal, todavia é pena que não venha sendo aproveitado nesse sentido. Se assim fosse, o 25 de Agosto, Dia do Soldado, data do nascimento do maior soldado brasileiro de todos os tempos – Luis Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias –, ao mesmo tempo exemplar cidadão, estadista e pacificador, talvez não tivesse sido esvaziado como o foi com a criação de um discutível Dia do Exército, uma homenagem a um evento sem dúvida memorável, mas que remonta aos tempos do Brasil Colônia de



Portugal, quando estavam em jogo os interesses da coroa lusitana.

Pena, também, que não receba os recursos necessários para produzir mais, na era da informática e da cibernética, e tendo que se manter, quase que exclusivamente, com as contribuições de seus integrantes para a sua sobrevivência. Aqueles que a dirigem exercem atividades *pro bono publico* e não recebem estipêndio, sob qualquer forma e título.

Severino Sombra, nosso fundador! Descanse em paz! Seu sonho, tornado realidade há 69 anos, não acabou! Seus hodiernos confrades, a exemplo do que fizeram aqueles que os precederam ao longo desse tempo, mantêm viva e atuante a sua Casa! Motivados pelos mesmos ideais que levaram aquela plêiade de

homens do saber, em 07 de novembro de 1936, a lançarem a pedra angular desta instituição de cultura a que todos nos orgulhamos de pertencer, prosseguimos hoje na caminhada, procurando sempre acrescentar tijolos na construção deste grande templo. Impulsionamos apenas sadios pensamentos patrióticos, importantes no momento em que alguns maus brasileiros, a pretexto de reescreverem a História, fazem-no a seu talante e só a torcem, segundo seus próprios interesses, em geral ideológicos, e ultrajam a figura de heróis nacionais do passado.

O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil ufana-se de ser uma trincheira do civismo, da tradição, da verdade e da memória nacional.